

2.<sup>o</sup> — *O prédio escolar (problema médico-pedagógico do prédio)* — Dr. J. Cardoso Machado, representado pelo ilustre Dr. Carlos Sá, Dr. Benedito Garcia de Abreu, Dr. Manoel A. da Silva, alunas da Escola Normal Padre Anchieta e Prof.<sup>a</sup>. D. Francisca Eugenia Brand Corrêa.

3.<sup>o</sup> — *Higiene do ensino* — Alunas da Escola Normal Caetano de Campos.

4.<sup>o</sup> — *Instituições peri-escolares — Caixa Escolar* — As instituições peri-escolares foram abordadas implicitamente em muitas teses, visando realçar sua importância incontestável, como obras auxiliares senão vitais da escola.

O Prof. Wenceslau Arco e Flexa, com muita inteligência, apresentou um trabalho exaustivo — “Assistência do escolar” — em que, estudando-a cabalmente, lembra medidas sociais calçadas em atividades educativas sistemáticas, capazes de virem ao encontro dos anseios e necessidades quer dos escolares quer da escola.

O Prof. Edesio Monteiro de Oliveira apresentou uma interessante e vivida tese em que, despretensiosamente, deixa ressaltar sua magnífica atuação na direção do Grupo Escolar Candido Rodrigues e que poderá servir de paradigma para uma atuação proveitosa; extensiva a estabelecimentos similares. Nesta tese, com muita competência técnica, o autor aborda quasi todas as proposições do tema.

A Exma. Sra. D. Perola Ellis Byigton, nome dos mais respeitadas entre as damas paulistas, por suas alcandoradas virtudes e magnanimidade de coração, e que vem desenvolvendo uma atividade digna dos mais justos encômios na Cruzada Pró Infância, apresentou, também, uma tese-relatório em que estuda os problemas do pré-escolar, da idade crucial como chama, e os seus reflexos na saúde escolar.

O Dr. Vicente Cesar apresentou uma interessante tese sobre ficha dentária de tratamento e identificação dos escolares. Esta identificação, como ele disse, é o processo original do seu ilustrado mestre Prof. Silva, que conseguiu organizar um *rugograma* classificando as papilas palatinas, segundo sua natureza e localização, em seis curiosíssimos grupos.

Antes de apresentar aos ilustrados confrades do 1.<sup>o</sup> Congresso Nacional de Saúde Escolar, as minhas conclusões, quero fazer patente que quasi todos os autores frisaram a necessidade de ser desenvolvida uma campanha humanitária e patriótica no sentido de amparar a quantos brasileirozinhos, em idade escolar, se encontram abandonados, sem escolas e à mingua de assistência médica, como que à espera de uma solução cívica que os tire desta situação de menosprezo injustificável, quando eles representam a energia em potencial para as lides camponas do porvir.

## ADITIVO AO RELATÓRIO SOBRE O TEMA II

Apresentado pelo  
PROF. DR. LEONEL GONZAGA

Conquistado que fui pelas idéias do grande patriota Ramon Caicano, ex-Presidente do Conselho de Educação da Argentina, proponho as seguintes conclusões em aditamento ao brilhante parecer do meu colega baiano, Dr. Arnaldo Santana, mantendo quasi que a mesma redação do ilustre homem de ciência e educador, quando em sua obra traçou com mão de mestre a situação do estudante primário nas zonas rurais:

1.º — É indispensavel tirar a escola rural de seu estado atual e dotá-la de um programa escolar que considere as tarefas da vida do campo entre os mais nobres temas da vida do homem.

2.º — É necessário estabelecer uma relação íntima entre a vida da criança e seu meio habitual, buscando maior bem-estar para o primeiro e o progresso para o segundo.

3.º — É conveniente que a criança aprenda pondo em jogo suas próprias atividades, que terão uma finalidade tanto mais educativa quanto melhor reproduzam situações reais da vida.

4.º — É necessário cuidar da alimentação sadia e suficiente como fator decisivo sobre a energia da raça e o carater dos homens, e isso não como obra de beneficência mas como dever social.

5.º — É necessário dar às crianças vestuário simples, segundo o clima e as estações do ano, não só como condição de saude, mas, ainda, de dignidade pessoal.

6.º — É indispensavel fomentar nas crianças o amor à terra nativa, ensinando-lhes sua história, suas produções e belezas, o cultivo de seus cantos, dansas e festas nacionais, os ofícios manuais característicos da zona, exaltando-lhes o orgulho da virilidade e aptidões do povo brasileiro.

7.º — É necessário meditar que isso é ensinar intensamente o amor à Pátria.

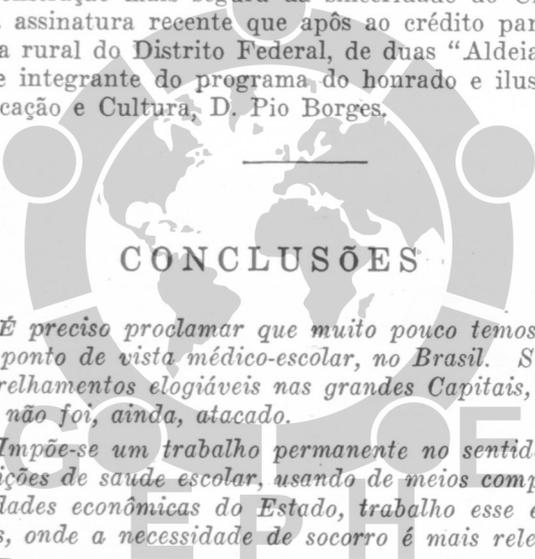
8.º — É necessário ter em vista que as "Aldeias Escolares ou Educacionais" constituiriam, aplicando estas idéias, verdadeiros centros sociais de nova instrução e educação, nutrindo as gerações

nas fontes puras de nosso nacionalismo e realizando a colonização do Brasil com os seus próprios elementos.

9.<sup>o</sup> — Proponho, finalmente, que, voltando aos seus rincões quantos aqui se tenham inteirado do alcance de tais providências, lá procurem executar as idéias que julgo grandiosas e as iniciar em condições de resolver o problema da saúde escolar nos sertões, idéias que fui aprender na obra desse grande amigo do Brasil, o ex-Embaixador argentino em nossa terra, onde é vasto o círculo de seus admiradores.

Assim fazendo, parece-me se cumprirá a realização desse lema salvador do “Rumo ao Oeste” que o Presidente Vargas incluiu no seu programa de Governo e está executando.

A demonstração mais segura da sinceridade do Chefe da Nação está na assinatura recente que após ao crédito para a instalação, na zona rural do Distrito Federal, de duas “Aldeias Educacionais”, parte integrante do programa do honrado e ilustre Secretário da Educação e Cultura, D. Pio Borges,



## CONCLUSÕES

1.<sup>a</sup> — *É preciso proclamar que muito pouco temos conseguido realizar do ponto de vista médico-escolar, no Brasil. Se é verdade que ha aparelhamentos elogiáveis nas grandes Capitais, o problema no Interior não foi, ainda, atacado.*

2.<sup>a</sup> — *Impõe-se um trabalho permanente no sentido de melhorar as condições de saúde escolar, usando de meios compatíveis com as possibilidades econômicas do Estado, trabalho esse extensivo às zonas rurais, onde a necessidade de socorro é mais relevante.*

3.<sup>a</sup> — *Torna-se urgente a construção de prédios escolares. Estes e o respectivo material devem ser construídos à base de técnica pedagógica, obedecendo aos requisitos exigidos para a defesa ou melhoria da saúde dos escolares.*

4.<sup>a</sup> — *Não se deve permitir a abertura e funcionamento de escolas, principalmente no meio rural, sem audiência e parecer favorável do Serviço de Saúde Escolar, sobre as condições de salubridade do sítio a ser dotado de escola e sobre o grau de sanidade de sua população.*

5.<sup>a</sup> — *O velho adágio “mens sana in corpore sano” tem razão de ser, tanto para o mestre como para o aluno, tornando-se mister, pois, para mestre e aluno, exame médico periódico.*

6.<sup>a</sup> — *As instituições peri-escolares, como as obras de cooperativismo e educacionais, são imprescindíveis ao aparelhamento escolar. O que se tem conseguido até agora tem sido pouco. Daí a necessidade da criação de um fundo escolar especial visando maior eficiência e mais amplo raio de ação, ao qual se poderá juntar o auxílio particular, no duplo sentido de facilitar a organização e custeio daquelas instituições, afim de ser facultada integral assistência ao escolar.*

7.<sup>a</sup> — *Consagre-se a maior parte do programa de Biologia do curso normal à higiene, ou melhor, crie-se a cadeira de higiene iniciada no curso ginásial.*

8.<sup>a</sup> — *Pela escola rural, mediante preparo especializado do professor, deve ser desenvolvida uma campanha permanente em benefício da saúde das populações campesinas.*

9.<sup>a</sup> — *É indispensável tirar a escola rural de seu estado atual e dotá-la de um programa escolar que considere as tarefas da vida do campo entre as mais nobres.*

10.<sup>a</sup> — *É necessário estabelecer uma relação íntima entre a vida da criança e seu meio habitual, buscando maior bem estar para a primeira e o progresso para o segundo.*

11.<sup>a</sup> — *É conveniente que a criança aprenda, pondo em jogo suas próprias atividades, que terão uma finalidade tanto mais educativa, quanto melhor reproduzam situações reais da vida.*

12.<sup>a</sup> — *É necessário cuidar da alimentação sadia e suficiente, como fator decisivo para a energia da raça, e, isso, não como obra de beneficência, mas como dever social.*

13.<sup>a</sup> — *É necessário dar às crianças vestuário simples, segundo o clima e as estações do ano.*

14.<sup>a</sup> — *É indispensável desenvolver nas crianças o amor à terra nativa, ensinando-lhes sua história, suas produções e belezas, o cultivo de seus cantos, dansas e festas nacionais, os ofícios manuais característicos da zona, exaltando-lhes o orgulho da virilidade e aptidões do povo brasileiro.*

15.<sup>a</sup> — *É necessário que se criem "aldeias escolares ou educacionais", como verdadeiros centros sociais de nova instrução e educação, nutrindo, assim, as gerações, nas fontes puras de nosso nacionalismo e incrementando o povoamento do Brasil com os seus próprios elementos.*

## A SAUDE DO ESCOLAR NO MEIO RURAL A HIGIENE E A ESCOLA RURAL

MAFOINA DO CARMO, IRACÍ CONCEIÇÃO RAMOS, IGNÊS INOCÊNCIA CAPELINI, HELENA DE ARRUDA RAMOS, ANA DOS SANTOS, LYGIA DE AZEVEDO SÁ, GUIOMAR PIRES DE ALMEIDA, HEBE MAGNIEIRA E HÓRTIS RODRIGUES DE OLIVEIRA (alunas da Escola Normal "Caetano de Campos" — São Paulo).

### CONCLUSÕES

- 1 — *Necessidade da criação de uma escola normal rural.*
- 2 — *Dar à professora primária especializada autoridade para exercer sua dupla missão: ensinar e cuidar da higiene na zona rural.*
- 3 — *Criação de ambulatórios médico e dentário, que percorram a zona rural sob a orientação da professora.*
- 4 — *Com um aumento nos seus vencimentos, fazer da professora uma auxiliar do Departamento de Saúde.*

G O I O E  
E P H E

## A HIGIENE E A ESCOLA RURAL

NOEMIA SARAIVA DE MATOS CRUZ

Diretora do Grupo Rural do Butantan — S. Paulo

*“A Saúde é a base, o alicerce do Edifício Nacional”*

BELISÁRIO PENNA

Parecerá estranho a muitos que uma simples professora primária venha a público discutir questões de engenharia sanitária e assuntos médicos de importância relevante para o nosso país.

E' que um sincero sentimento de solidariedade e amor pela população rural e um grande entusiasmo pelo programa do Primeiro Congresso Nacional de Saúde Escolar me impellem a vir, com minha modesta cooperação, trabalhar também nesta grande obra nacional.

O que aprendi, como educadora rural, acompanhando de perto a vida humilde, penosa e áspera, das crianças pobres do campo, dá-me justas razões para afirmar que o problema máximo do Brasil baseia-se quasi que inteiramente nisto:

### EDUCAÇÃO E SANEAMENTO DA ZONA RURAL

De quasi nada poderão valer os dispendiosos programas de Defesa higiênica, Saneamento, Assistência médico-dentária, se não se pedir a colaboração da humilde Escola Rural.

Se as nossas reservas humanas, que estão no campo, abandonadas pode-se dizer, não forem educadas, desde a escola primária, a praticar a higiene, a instruir-se no trabalho eficiente, sadio e honesto, a aprender a alimentar-se convenientemente, a defender sua saúde, a saber a utilidade das vacinas e a dar valor aos conselhos das autoridade médico-sanitárias, pouco a pátria poderá esperar dessas reservas humanas.

A maior parte das populações dos nossos campos, como pessoalmente já constatei durante os trabalhos de ensino rural que tenho realizado aqui, no nosso Estado e também em outros, onde estive, apresenta três problemas gravíssimos:

*Primeiro* — A falta de Saúde, que impede o trabalho ativo e o progresso natural.

*Segundo* — A falta de Instrução, que inutiliza os esforços da assistência sanitária e agrícola.

*Terceiro* — A falta de recursos, que estiola as iniciativas boas para o melhoramento educativo e sanitário.

É à escolhinha rural que compete o trabalho de instruir adequadamente as populações rurais.

O homem do campo, pobre vítima do impaludismo, do amarelão, do tracoma, da sífilis e do alcoolismo, carregando por esses vastos ser-tões sem fim, sua cruz de desesperança e pessimismo, tem o direito de encontrar na escolhinha rural um oasis, um remédio para o seu sofrimento, um guia para a sua cegueira, um guia amigo para o ajudar na sua caminhada humilde, cheia de tropeços e de dificuldades — que podem ser vencidos.

A vida huamana tem um valor monetário apreciavel e que deve ser considerado convenientemente. Depende do meio e da ocasião, e pode ser diversamente calculado:

- A) Fração da riqueza pública;
- B) Custo de criação e educação;
- C) Valor indireto, pelo preço de saúde, lucros cessantes por doenças, etc;
- D) Valor ou juro de produção.

*O homem é um utensílio de trabalho, ou um capital, capaz de produção. Esse trabalho é o juro ou prêmio do seu valor.* — AFRÂNIO PEIXOTO, Higiene —).

### QUAL SERÁ O VALOR DE UM BRASILEIRO?

Para o nosso país, despovoado ainda, qual será o preço de um habitante rural sadio? Um habitante como deve ser: bem educado e apto para a luta pela vida?

Em parte, o êxodo dos campos é devido à falta de saúde do camponês.

A opilação e a maleita têm roubado muitos braços sadios e robustos ao trabalho do campo.

O emigrado do campo, ignorante e infeliz, atribue a sua falta de saúde à vida rural, ao trabalho da terra, ao ar que respira, ao lugar, que é... "azarento". Entretanto, uma educação primária adequada e uma assistência higiênica imediata e eficiente, devolveria esses braços à lavoura, tão necessitada de vidas sadias, enérgicas e produtoras.

O homem doente, anemiado, deprimido pela infestação verminótica, é, na melhor das hipóteses, um elemento nulo, estranho ao meio, e mesmo pernicioso, porque dissemina moléstias e procrea uma descendência fraca, anemiada, degenerada.

"E' também, justamente, na idade do crescimento, quando a criança deve estar sadia, contente e alegre, que a verminose invade o seu fragil corpinho, para depauperá-lo, miná-lo traiçoeiramente, num suplicio lento, agravado cada dia com o enfraquecimento da inteligência e demais faculdades, diz Belisário Pena em "Saneamento".

O trabalho do campo tem sido, até hoje, considerado como o último dos ofícios, mesmo na opinião de muitos trabalhadores do campo. Esta apreciação pessimista, relativa à consideração que merece o trabalho rural, é devida ao abandono em que vive o homem do campo, sem assistência educativa, moral e material, sem a vivenda higiênica e apropriada, sem a intrução que necessita.

Quem penetrar nas zonas rurais e observar atentamente a vida das populações pobres, facilmente compreenderá a necessidade presente de maior cooperação dos governos para a educação rural.

A escola rural tem que deixar de ser teórica, livresca e enciclopédica, como tem sido até hoje, para ser a verdadeira escola do campo, onde os filhos do lavrador e do pequeno industrial camponês possam receber uma instrução apropriada — e não uma instrução abstrata, cheia de academicismo, que no campo não tem nenhuma aplicação.

Não deve ser obra da Escola Rural a tarefa de armazenar nos cérebros infantis noções abstratas. Porém, em acordo com um programa adequado, um plano estudado e metódico, a Escola Rural deve ilustrar as mentes, adestrar as forças físicas, sanear, disciplinar as vontades, fortalecer os caracteres.

Antes de formar, com a universalidade dos conhecimentos, o cidadão do Mundo, cujo fim parecem ter os frondosos planos de estudos de hoje, preocupe-se a nossa escola primária rural em forjar o homem para o Brasil.

A escola primária rural tem uma grande missão a cumprir, que é: formar o homem de que o Brasil precisa.

É a escolhinha modesta da roça, que está confiada uma grande missão.

O homem do campo, geralmente, é refratário às idéias de progresso e de reforma, quando se trata somente de teoria ou de ciência pura. Mas, converte-se em imitador fiel e discípulo submisso quando, vê, unidos, o exemplo e a teoria, e quando lhe apresentam resultados palpáveis e fatos visíveis.

A criança escolar, no campo, principalmente, é um verdadeiro fio condutor de uma constante corrente de idéias e sentimentos que vai do coração da escola ao coração do lar doméstico.

E, por meio desse ingênuo e fragil mensageiro, quanta beleza, quanta grandeza, quanta felicidade não poderá semear a escolinha rural.

Mas, para que a Escola Rural desempenhe, com verdade e eficiência, sua nobre missão cumpre aos governos fazerem uma reforma nos programas de ensino primário adaptando-o à vida e às necessidades rurais.

Em resultado teremos, fatalmente, ou terão nossos vindouros, que o homem do campo, educado adequadamente, não se sentirá mais um vencido e nem será um descrente, muitas vezes explorado e desprezado. Ele terá iniciativas; amará a vida; terá alegria porque gozará saúde. Fará valer melhor o seu esforço. O seu trabalho será mais inteligente, mais constante e mais produtivo; ganhará mais e no seu lar, ainda que humilde, haverá mais fartura, mais higiene, mais bem-estar, mais felicidade.

A mísera vivenda do nosso homem do campo, casa sem janelas, chão batido, a cozinha escura e cheia de fumaça, em comum com o quarto de dormir; o terreno em volta do casébre de pau a pique sujo e mal-cheiroso, sem privada, tudo isso deverá ser transformado, não do dia para a noite, mas ao fim de anos de ação enérgica e contínua, em uma casinha limpa, simples, clara e arejada, onde haja alegria e onde a saúde e o conforto modesta, mas bom, darão perfume e encanto à vida do homem do campo.

A Escola Rural empenhada como deve estar, em tornar feliz quanto possível a criança camponesa, em prepará-la física e mentalmente para a vida dos trabalhos agrícolas, deve cuidar, principalmente, da saúde da sua população escolar.

Uma campanha tenaz, persistente e contínua deve promover a Escola Rural, em benefício da saúde do camponês.

O Saneamento e a Higiene Rural devem ser a pedra de toque da escola do campo.

Etienne Burnet, do Instituto Pasteur, disse, com sua reconhecida autoridade: "O ensino sistemático da higiene nas escolas públicas é do mais alto alcance social. É por excelência o meio de fixar na mentalidade da população a experiência em higiene, e o espírito de disciplina social, de orientá-la para novos progressos. É pela escola e pela criança que a sociedade age melhor sobre a família.

A Escola primária deve ser a PRIMEIRA e a MAIOR escola de higiene de um país.

A escola primária exerce, com o ensinamento da higiene, uma nova função social.

Este ensinamento deve ser sobretudo prático.

E cada escola deve ser um templo de higiene, onde as crianças se habituem a praticar ritos de asseio, a higiene sendo uma religião cívica.

O ensino da higiene deve ter por finalidade não somente criar a consciência sanitária da própria criança, mas também comunicar-lhe um espírito de proselitismo tal que seja capaz de a tornar conscientemente — "o monitor da higiene da família".

Enfim, o ensino da higiene, na Escola Primária, deve ser a higiene em ação.

### CONCLUSÕES:

Pelo exposto, chegamos à conclusão de que muito pode fazer a pequena escola rural, modesta e obscura, em prol do saneamento do Brasil.

Colaborando, ainda que modestamente, nesta grande campanha em que estão empenhados os governos do Brasil, tomo a liberdade de propôr as seguintes sugestões:

1 — Deverá haver um estágio obrigatório de 2 meses, num Centro de Saúde ou Escola Normal com um curso especial para as professoras recém-nomeadas e que se destinem à zona rural.

Esse estágio deverá ter cunho eminentemente prático, no qual as professoras deverão receber aulas práticas de HIGIENE RURAL, como sejam:

*O Lar Rural* — Disposição, local, orientação, dimensões das habitações rurais, arejamento, luz, remoção dos detritos, lixos e águas servidas.

Desinfecção das habitações, das fezes e das pessoas em caso de moléstias contagiosas.

*A Privada Rural* — Construção, instalação, local apropriado. Fossas perdidas, fossas provisórias.

A privada portátil.

O Amarelão e sua extinção pelo uso obrigatório da privada.

Remoção das camas e excrementos dos animais.

Estrumeiras Rústicas.

Plataformas Cobertas.

Desinfecção das pocilgas, estábulos, coelheiras, galinheiros, etc., para a saúde dos animais domésticos.

*Animais Nocivos* — Destruição dos pequenos animais e insetos nocivos, a saber: Ratos, baratas, percevejos, pulgas, bichos do pé, bernes, varejeiras, mosquitos e moscas domésticas, quasi todos transmissores de moléstias e febres de mau caráter.

*A Água Potável* — A água dos charcos, dos lagos, dos riachos, dos rios, das fontes e a das chuvas. .

O poço na zona rural e o local apropriado.

*Correção das águas* — Arejamento, temperatura, filtração, natural e mecânica.

*Vermínoses* — O Amarelão, a maior calamidade da zona rural. Biologia do ancilóstomo. Ascárides. Tênia. Oxiúros.

*Combate Preventivo* — A higiene dos alimentos, das mãos, do corpo, etc., o calçado — a latrina.

*Combate Curativo* — A cura dos doentes — os vermífugos — dosagem e distribuição grátis de vermífugos.

*A Malária* — *A Febre Amarela* — Biologia dos mosquitos transmissores — a ação do quinino-vacina preventiva — combate aos mosquitos perniciosos.

*O Tracoma* — *A Variola* — *A Aftosa* — As moléstias mais comuns da infância: Sarampo, coqueluche, catapora, caxumba, gripes; profilaxia e tratamentos.

Pequenos socorros em casos de acidentes: Hemorragias, fraturas, contusões, luxações, destroncamentos, queimaduras, mordeduras de cães. A raiva — Instituto Pasteur — mordeduras de cobras venenosas — sôros anti ofídicos. Choques elétricos, asfixias, afogamento, enforcamento. Respiração artificial.

*Combate ao alcoolismo.*

*Puericultura* — Higiene da mãe — Os consultórios de Higiene prenatal — Primeiros cuidados e desinfecção do umbigo do recém-nascido — O colírio nos olhos do recém-nascido — O banho, só 8 dias depois do nascimento.

O mal dos 7 dias na zona rural — O aleitamento artificial — Horários de aleitamento — As amas de leite — O desmame — O leite de vaca, de cabra, fervadura — Pasterização — A aftosa — A tuberculose — As mamadeiras — Desinfecção da mamadeira, bico e vasilhame do leite. — Repouso e sono — O leite — O quarto de dormir — O banho — As roupas e agasalhos — Os beijos e carícias prejudiciais — As “comadres e curiosas”, seus conselhos e sugestões prejudicando inconscientemente os trabalhos dos médicos.

As doenças — Apresentação ao médico quando ocorra qualquer cousa de anormal: um vômito, uma evacuação solta ou aguada; um pouco de febre, ou de tosse, abatimento, fastio, etc. Os brinquedos — Educação intelectual, moral e física da criança. Conselhos.

2 — Cumprimento do Código Sanitário.

Obrigatoriedade pela União, Estado ou Município, das fossas sanitárias nas escolas rurais, sítios, chácaras e fazendas.

A) Não poderá funcionar em todo o território nacional escola alguma, ou ser habitado prédio algum, sem a existência de uma fossa sanitária, simples, perdida, com vaso e sifão, ou séptica, com água para descarga, etc.

Do mesmo modo será obrigatória a instalação e uso de latrinas, em qualquer habitação, rica ou pobre, na cidade ou no campo.

B) Auxílio prêmio ou isenção de algum imposto aos fazendeiros, sítiantes ou pequenos proprietários que instalarem privadas em suas propriedades e obrigarem aos seus agregados o uso das fossas sanitá-

rias. O Serviço Sanitário do Estado de S. Paulo apresentou, tempos atrás, em escala de 1:40, projeto do Dr. Otávio Gonzaga e Mauro Alvaro, um tipo de latrina rural portátil, de fácil construção, de baixo preço e que pode ser removida para outro local facilmente. Nos meus trabalhos de Ensino Rural no município de Juiz de Fóra, em Minas, onde estive um ano comissionada, para reorganização e orientação do ensino na zona rural, tivemos ocasião de instalar privadas rurais construídas de acordo com esse projeto tendo dado ótimo resultado.

3 — Modificação dos programas de Ensino das Escolas Isoladas Rurais, ampliando, de um modo benéfico à população rural, os programas de Higiene pública e privada, puericultura e acrescentando noções rudimentares de agronomia e zootecnia, para melhoramento da alimentação, vida e prosperidade do homem do campo.

4 — As municipalidades, na medida do possível, deverão tentar estabelecer um serviço de Assistência Médico-Sanitária para a zona rural, nos moldes da que já funciona no Município de Juiz de Fóra, Minas Gerais.



## A SAUDE DO ESCOLAR NOS MEIOS RURAIS

PROF. FRANCISCO FARIA NETTO

Poderá parecer estranhavel que uma pessoa não diplomada por Faculdade de Medicina se proponha, perante um congresso de saúde escolar, estudar um assunto que deveria ser, até certo ponto, somente esmiuçado por médicos.

Acontece, no entanto, o caso de nós, educadores, que temos palmilhado por longos anos, como regentes de classes isoladas, diretores de casa de ensino nos meios rurais e exercido os cargos de inspetor escolar e delegado regional do ensino, pelo interior, sentido ao vivo a situação de abandono em que jazem as populações de nossas roças.

O conhecimento das necessidades desse povo, que trabalha para produzir o alimento e as matérias primas para as fábricas de nossas cidades, é que me animou a vir perante este respeitavel Congresso e apresentar meu modesto trabalho.

O problema da defesa à saúde é, sem contestação, o primordial aqui, como em qualquer outra parte do mundo.

Antes de se fazer um trabalho, cogita-se do trabalhador — o braço — e, consequentemente, da eficiência deste, para o trabalho que se tem em mira.

Depois do exame de saúde, vem o exame profissional, quando quem determina o serviço tem o espirito organizador, dentro das normas racionais.

A vida do nosso povo rural, que representa o capital dos capitais, é desperdiçada, impatrioticamente, por aqueles que respondem pela administração nos municípios.

As prefeituras municipais, fieis ao programa urbanista de adornar as sedes de seus municípios, umas com campos de futebol, outras com luxuosas piscinas, nada fazem em beneficio da assistência à saúde de seus municípios rurais. Talvez, porque não possam tributar aos que trabalham no campo. Contudo, é o campo que fornece à cidade a matéria prima para a vida e são os camponeses que, nas cidades, deixam os resultados de seu trabalho.

O fato é que nada de util e permanente sobre a saúde foi realizado pelos municípios, em favor dos habitantes das zonas rurais, a não ser casos que ainda estão desconhecidos.

No que respeita a preservação da vida dos elementos humanos que habitam nossos campos, em nosso país, muito há por fazer. Pois, a existência de nossos patrícios do campo continua sendo desperdiçada, desde os primeiros rebentos até a idade em que eles se tornam mais preciosos aos labores rurais. E, assim, está por fazer o serviço de assistência à saúde do homem do campo, razão por que não temos, verdadeiramente, estatísticas rurais.

Quando tivermos serviço organizado para assistir o trabalhador de nossos campos, então teremos estatística rural. Eis o motivo pelo qual não devemos reclamar do homem do campo mais do que ele pode dar.

Nas atuais condições de assistência em que ele exerce o trabalho rural, a eficiência é prejudicada, não só pela falta de orientação técnica, de que muito se ressentem, e mais do que isso, pela falta de saúde.

Perguntar-se-á, naturalmente, o que está fazendo a escola rural para cooperar na solução do problema. Mas a escola não poderá realizar. Ela também precisa ser assistida, para o desempenho de sua missão.

Para dar uma pálida ideia de um aspecto do problema, direi o seguinte:

Procedi, há anos, um inquérito em quarenta e duas escolas rurais, quando exercia o cargo de inspetor escolar de distrito, e verifiquei das 378 crianças de classes adiantadas, que responderam às perguntas formuladas, as mais interessantes aspirações. Os desejos das crianças davam, precisamente, a ideia da necessidade de um programa educativo adequado aos interesses rurais, manejado por professores com espírito ruralista.

Fiz o inquérito, sem pressa, em minhas visitas às classes não envolvendo as perguntas nenhuma solenidade, para que os escolares, à vontade, se pronunciassem, com a mais perfeita espontaneidade.

Os próprios professores não suspeitaram, em sua maioria, do propósito da "enquete".

As perguntas formuladas foram muito simples:

— Onde você gostaria de morar? Dizer o motivo da escolha.

— Seu pai e sua mãe gostam de morar na roça?

— Que é que diz seu pai sobre a roça?

Das respostas dadas ao primeiro quesito, 234 indicaram a cidade como sendo o local de preferência. Os motivos porque escolhiam a cidade eram os mais variados e demasiadamente infantis; somente 95 crianças se referiram, de um modo mais ou menos claro, à cidade como sendo o local onde melhor poderiam residir, por haver sempre prontos médicos e remédios. Os outros 144 escolares inqueridos dispersaram-se em citar os nomes das mais diversas propriedades agrícolas e bairros onde suas preferências recaíam.

As respostas ao segundo quesito, confirmaram as preferências manifestadas pelos escolares às cidades. Os pais, segundo as variadíssimas respostas dadas pelas crianças, não são, na precisa expressão da verdade, os fixados nas zonas rurais. Eles permanecem, como se poderá concluir, lutando nos campos, na esperança de que virá um dia melhor.

Quanto ao último quesito, as respostas foram as mais diversas, envolvendo, porém, interessantíssimos problemas sociais que não estão, até certo ponto, ligados de modo imediato ao nosso tema.

Todas as respostas, contudo, mostraram que há muito por fazer em benefício do homem do campo. Ele espera os benefícios, mas como estes não chegam vai abandonando o campo, à medida que a oportunidade se lhe oferece. E, assim, trinta em cem, deixam as fainas agrícolas e vão empregar-se nas cidades em mistéres os mais variados.

Essa mudança é natural, é da defesa humana; deixam a vida precária da roça, onde em geral não passam de escravos da gléba, e vão usufruir, com ilusória esperança, os benefícios da civilização urbana dos cortiços.

O recenseamento demográfico de 1940 vai dizer ao país, com dados impressionantes, qual é a verdadeira situação demográfica da zona rural.

Uma coisa convém que se diga, antes que juízo precipitado seja feito, quanto ao professor rural. Este não é o culpado da exarcebação do problema.

Já se disse e com abundância, que uma das mais importantes questões relativas ao ensino rural é o professor. Este é a pedra angular. Colar o professor, por feito de leis ou decretos, na zona rural, oferecendo-lhe vantagens, quando a tudo ele se sujeita, para mais tarde, está claro, galgar a cidade ambicionada, porque sua mentalidade é urbana, sua cultura é da cidade, — não é resolver o problema, é, sob todos os aspéctos, fazer obra contraproducente.

Que estado de alma terá o professor que, preparado para a vida urbana, ao iniciar seu magistério, como estagiário, é enviado para a zona rural?

E na obra educativa a alma é o professor.

Salta ao espirito de quem conhece o assunto ou procura senti-lo em sua profundidade, que, preliminarmente, as escolas não estão aparelhadas para a solução do problema.

À pagina 187 da "A Crise Brasileira de Educação", o prof. Sud Mennucci, com a precisa clareza, mostra a solução para o magno problema, tão intimamente ligado à saúde escolar rural.

Como se verifica, o problema é por demais complexo e, sendo profundamente educativo, reclama grandes recursos económicos para a sua solução.

Com certeza o pensamento evocou o malsinado estribilho: Não temos dinheiro para atender a tão grande trabalho. Onde a verba para a grandiosa obra?

Entretanto, devemos meditar, primeiro, que é mais dispendioso não salvar o capital, — o ser humano — do que salvá-lo.

Quando se tenta estudar um problema social, a primeira coisa que se tem a fazer é manusear a estatística. Esta é que nos informa do estado da questão e nos dá as diretrizes no trabalho a se iniciar. E sobre a assistência médica rural nada temos organizado e não temos, por consequência, estatísticas. A zona rural, nesse terreno, é desconhecida.

Tudo que tenho lido das conferências de proteção à infância, nestes ultimos tempos, só se preocupa com a zona urbana.

Porem, manda a justiça que se faça exceção à monografia do sr. dr. Alkindar M. Junqueira, intitulado "Assistência Médica Rural", publicada em 1933. No brilhante trabalho, o autor estuda, convenientemente o problema de assistência médica rural, propondo com exatidão a solução precisa do problema, patenteando o ilustre médico seu espirito de solidariedade humana.

A Conferência Nacional de Proteção à Infância, realizada em S. Paulo no correr de Setembro de 1933, debateu, abundantemente, o assunto e sobre o direito à assistencia, compreendida nos serviços de ambulatório de higiene pre-natal e infantil, aprovando uteis medidas. Aprovou também as teses que concluíram pela aplicação de 10% das rendas estaduais ao serviço de saúde pública e que a União deveria reverter aos Estados 10% de sua arrecadação em cada um deles para o mesmo serviço.

Em abono a esse espírito, estabeleceu a Constituição de 10 de Novembro, em o art. 137, letra 1, a "assistência médica e higiênica ao trabalhador e à gestante, assegurando a esta, sem prejuizo do salário, um período de repouso antes e depois do parto".

\* \* \*

Outro aspecto que não foi levado em conta é o estado social dos núcleos rurais, em função da escola.

Consagrou-se, a princípio, uma fé exagerada nas virtudes da escola primaria rural, como sendo capaz de educar, convenientemente, as novas gerações e, assim, escoimá-las de todos os senões que se lamentavam em seus pais. Esqueceram-se os dirigentes do ensino que os bandeirantes da educação não estavam armados da técnica precisa, do espírito da causa e não dispunham dos recursos que são imprescindíveis, como nas retaguardas dos exércitos.

Assim, não era possível a realização do trabalho que deles se esperava, com tanta pressa. E como se verificou logo de pronto os efeitos maravilhosos, a fé que era sem obras se esmoreceu. Impunha-se também ao lado do trabalho escolar a preparação dos pais, para a cooperação na obra rural, e como esse serviço não foi feito, o problema permaneceu ainda sem solução.

Como a escola é uma instituição que sofre muito de perto a influência da opinião pública, é natural procurarem os chefes que a orientam reunir os que formam esse público e responsabilizá-los na obra educativa. É, pois, necessário educar o povo no sentido de colaborar com a escola e, auxiliado pelos poderes públicos, municipais, estaduais e federais, atacar o problema da saúde rural em todos seus setores.

Essa obra de colaboração ainda está por ser feita, quasi que na totalidade.

Nestes últimos anos, esse assunto tem sido grandemente debatido na imprensa e nos congressos, nos países que procuram educar o povo para colaborar com a escola, tendo em vista melhorar o serviço de saúde rural.

Para que esse serviço seja quanto possível completo, é preciso que pais, professores, autoridades médicas, escolares e funcionários municipais, do Estado e da União se reúnam em organização perfeitamente conjugada, sob o controle de uma bem representada diretoria.

O notavel relatório do Dr. Lesage recomendou que as comissões encarregadas de elaborar programas e horários compreendam entre seus membros delegados dos pais, assim como médicos especializados em questões relativas à saúde dos menores.

O que importa fazer é mobilizar os brasileiros de boa vontade para a grande obra.

Não será apenas manifestação sob a forma da vontade falada ou escrita, mas sim trabalho. E trabalho é vida.

Fazer trabalhar cada chefe de família, cada membro da sociedade, do mais humilde ao mais alto, do mais pobre ao mais rico.

Quanto maior o número de indivíduos para a causa da saúde, tanto mais perto se achará ela do cumprimento de seus objetivos. Para tanto, deverão ser afastados os preconceitos e indiosincrasias, os inúmeros obstáculos morais, a maior parte imaginários.

Estou de acordo com o plano financeiro do Dr. Alkindar Junqueira, versado de maneira interessante no seu livro já aqui citado, porem não dispenso a cooperação do povo, não só na sua parte financeira como na sua parte administrativa.

Direi, mais adiante, como acho possível a cooperação administrativa do povo no aparelho da saúde escolar na zona rural. É capital, a meu vêr, que o povo tome parte ativa na solução de seus problemas.

Estou de acordo com o ilustre autor da "Assistência Médica Rural", quando diz à pagina 38: "As iniciativas isoladas, fazendo emergir, de longe em longe, uma "ilhota" da saúde, numa fazenda ou noutra, são infrutíferas, porque essas "ilhas" serão logo tragadas pelo oceano de males que infestam e ddizimam as zonas rurais, às primeiras movimentações das correntes migratórias que, cada fim de ano, se formam de fazenda a fazenda, de município a município, de estado a estado".

A participação do povo na manutenção de um aparelho destinado a cuidar da saúde, na zona rural, tomando parte ativa na administração, despertará um interesse profundo e fará surgir uma contribuição moral de máxima importância na vida da instituição.

\* \* \*

Lembro-me de um exemplo vivo, ocorrido em Piracicaba, quando o Sr. Dr. Provedor da Santa Casa apelou à Delegacia Regional do Ensino, no sentido de os escolares da cidade e do município cooperarem na compra de um aparelho de Raio X, destinado à mencionada instituição de caridade.

Como delegado de ensino, estabeleci o plano de cada escolar oferecer uma contribuição, com a venda de algum mantimento, animal, aves ou ovos, da propriedade ou criação de cada um; e os escolares da cidade cooperaram, efetuando trabalhos manuais ou prestações de serviços.

Por esforço próprio, cada escolar fez a sua contribuição, com a consciência de estar cooperando para o bem público.

Para muita gente a campanha, coroada de êxito, foi uma revelação, uma surpresa; mas a verdade é que ela se converteu à maioria dos cooperadores em um princípio de atividade moral. Surgiram a vibração construtiva da consciência e vivacidade da inteligência.

Após o pequeno lapso de tempo de um trimestre, a Delegacia do Ensino entregava à Santa Casa, em nome dos escolares, um cheque na importância de vinte e dois contos de réis, para auxiliar a compra do aparelho, que lá se acha instalado.

Um fato interessante se verificava poucos meses depois. Um menino, aluno de uma escola do município, era vítima de um desastre e, transportado para a Santa Casa, foi levado à sala de Raio X para ser radiografado. No momento em que o radiologista acomodava a perna do menino no aparelho, o Dr. Coriolano Ferraz do Amaral, Provedor da Santa Casa, com muito interesse perguntou-lhe:

— Você está com medo?

— Não senhor — respondeu o rapazinho; e completou: eu ajudei a comprar esse aparelho.

A contribuição, talvez pequena e quiçá trabalhosa, mas viva na sua consciência, para a aquisição de um aparelho útil ao povo, dava àquele menino o espírito de confiança.

Esse estado de alma, tão necessário em nosso povo, para realizarmos a grandiosa obra é que precisamos crear.

\* \* \*

Em cada Estado deveria ser creado o Serviço de Saúde Rural, sob a dependência do Departamento de Saúde, da Secretaria da Educação e Saúde Pública.

Esse Serviço, instalado junto aos postos de Saude existentes nos municípios, cuidaria, por meio de ambulatório adequado, de visitar, semanalmente, as escolas e propriedades agrícolas.

Alem da ambulância permanente, existiria a de emergência, para atender os chamados urgentes.

Por esse meio, a assistência médica se faria eficientemente e com regularidade.

Todos os habitantes da zona rural ficariam, depois de algum tempo, fichados no Serviço, e, desse modo, haveria a vantagem de ser a saude escolar rural acompanhada par e passo, ao mesmo tempo que seria possível a organização de uma estatística sanitária rural, levando-se em conta a situação sanitária dos habitantes do campo.

Para interessar de perto a população campezina a colaborar com o Serviço, de maneira efetiva, na obra de saneamento rural — seria creado o Conselho de Saude Rural, constituído de 2 membros, figurando como membros natos os professores, com exercício em escola rural. Os 12 membros seriam eleitos pelos chefes de familia, fichados no distrito de Saude.

Esse conselho teria um regulamento para orientar seus membros nas diversas funções.

Quanto à quota de cada um, poderia ser adotado o plano financeiro sugerido pelo Dr. Alkindar Junqueira, em seu trabalho já mencionado.

O Estado pagaria médicos e enfermeiros com a aplicação dos 10% das rendas estaduais, o município pagaria as despesas feitas com o transporte de ambulâncias, além da remuneração do motorista, e a União completaria o necessário com os 10% de sua arrecadação devolvida ao Estado.

As ambulâncias seriam adquiridas com os recursos arrecadados entre os elementos residentes na zona rural, por empréstimos resgatáveis pelas prefeituras municipais.

Assim, o problema seria, a meu ver, resolvido.

\* \* \*  
CONCLUSÕES

1.º — Não existindo o serviço de proteção à saude dos escolares residentes nas zonas rurais, conclue-se que o serviço seja instituído, sob a denominação de Serviço de Saude Rural, sob a dependência do Departamento de Saude, da Secretaria da Educação e Saude Pública.

2.º — A assistência médica rural deverá efetuar-se com o uso de ambulatório adequado, para a visita permanente aos núcleos rurais, onde se encontrarem instaladas as escolas primárias.

3.º — Em cada grupo de municípios próximos, servidos por boas estradas de rodagem, deverá ser organizado um núcleo do Serviço, com a sede instalada no município que fôr de maior importância.

4.º — A assistência médica rural terá, na forma da presente tese, a cooperação do Posto de Saude local, do povo e dos poderes municipal, estadual e federal.

## A SAÚDE DO ESCOLAR NOS MEIOS URBANOS E RURAIS

Como conseguir, com economia para o Estado,  
uma eficaz e permanente assistência medico-sa-  
nitaria a todos os escolares.

DR. JAYME CANDELARIA

Para os fins que tenho em vista é preciso alinhar préviamente alguns dados estatísticos, e aqui me encontro em sérias dificuldades, porque, pelo menos no tocante à saúde dos nossos escolares, o material de que dispomos é escassíssimo e incompleto.

Tenho em mãos a "Estatística Escolar" referente a 1937, interessante livrinho que nos permite conhecer a distribuição geral das nossas escolas pelas cidades, sédes distritais e zona rural, com a discriminação municipal; o "Anuário do Ensino", de 1936, do mesmo Departamento, contendo em mapas as localizações das escolas do Estado; o "Relatório do Exmo. Sr. Dr. Interventor Federal", de março de 1940 e o valioso trabalho do Dr. Sílvio de Almeida Toledo, sobre cooperação da Escola Primária no Combate ao Tracoma, abril de 1938.

Com tal acervo, e mais as reminiscências de trabalhos e observações pessoais feitos aqui e alhures, consigo algumas deduções de ordem numérica.

Falo em deduções no seu sentido geral. Quando leio que as porcentagens de escolares tracomatosos na cidade de Ribeirão Preto vão de 4,3 a 40,4 em 15 núcleos escolares, não vou procurar entre esses números o valor representativo de todo o Estado. Para esse efeito, devo levar em consideração um sem número de informações de clínicos do interior, e, conjugados todos os fatores, chego a uma estimativa razoável. E assim com relação à verminose e outros males.

O "Guia Levy" ajudou-me bastante na discriminação das escolas acessíveis por estradas de ferro. É certo que os valores obtidos estão longe de ser exatos, mas nem por isso deixam de ser interessantes.

Confrontando-se o movimento escolar dos anos de 1937 e 1939, em todo o Estado, chegamos ao seguinte resultado:

Discriminação	Cidades		Sédes distritais		Rurais		Total	
	Via ferrea	Outros meios	Via ferrea	Outros meios	Via ferrea	Outros meios	Via ferrea	Outros meios
Classes .....	4.803	548	666	629	397	4.078	5.866	5.255
Matrícula geral .....	213.516	24.650	31.319	31.010	18.939	195.670	263.774	251.330
Matrícula efetiva .....	166.662	18.737	23.793	22.569	13.320	133.866	203.775	175.172
Média das duas matrículas .....	190.089	21.693	27.556	26.789	16.129	164.768	233.774	213.250

A diferença não chega a 50.000 em favor do número de matrículas para 1939.

Posso, pois, jogar com os dados estatísticos de 1937, supondo-os atuais, certo de que esta operação só poderá reforçar as conclusões a que pretendo chegar.

Visto por esse prisma, aceitas as estimativas a que me referi acima e admitidas as aproximações referentes a localizações urbanas, distritais e rurais, o panorama que envolve os nossos escolares primários no interior do Estado é o que dou nas tabelas seguintes:

A) Distribuição geral:

Discriminação	Cidades	Sédes Distritais	Zona Rural	Total
Grupos Escolares .....	360	150	57	567
Escolas agrupadas .....	239	22	47	308
Classes em grupos .....	4.053	863	263	5.179
Classes agrupadas .....	813	65	101	979
Escolas isoladas .....	485	367	4.11	4.963
Total das classes .....	5.351	1.295	4.475	11.121
Matrícula geral .....	238.166	62.329	214.609	515.104
Matrícula efetiva .....	185.399	46.362	147.188	378.947
Média das duas matrículas .....	211.782	54.345	180.898	447.025

B) Acessibilidade por via férrea e outros meios:

Discriminação	1 9 3 7		1 9 3 9	
	Ensino Estadual, Municipal e particular		Ensino Oficial e particular	
Classes .....	14.450		13.839	
Matrícula geral .....	659.127		705.209	
Matrícula efetiva .....	494.138		523.912	
Matrícula média .....	576.632		614.560	

C) Distribuição segundo o número de locais e meios de comunicação:

Denominação	N.º de cidades		Sédes distritais		Localizações rurais		Total		
	Com estrada de ferro	Sem estrada de ferro	Com estrada de ferro	Sem estrada de ferro	Com estrada de ferro	Sem estrada de ferro	Com estrada de ferro	Sem estrada de ferro	
Escolas em geral	189	80	109	209	373	3.842	671	4.131	4.802

D) Frequência do tracoma e verminose entre os escolares:

TRACOMA	{	Urbanos (10%) .....	21.178
		Outras zonas (50%) .....	117.621
		Total .....	138.799
VERMINOSE	{	Urbanos (40%) .....	84.712
		Outras zonas (80%) .....	188.194
		Total .....	272.906

E) Previsão de serviços de assistência clínico-sanitária aos escolares (só a 1.<sup>a</sup> vez):

Discriminação		Urbanos	Outras zonas	Total
Inspeções gerais	Grupos .....	360	207	567
	Escolas agrupadas .....	239	69	308
	Classes .....	4.866	1.292	6.158
	Escolas isoladas .....	485	4.478	4.963
Exames clínicos, alunos .....		211.782	235.242	447.024
Exames de fezes .....		211.782	235.242	447.024
Medicações contra o tracoma .....		21.178	117.621	138.799
Medicações contra verminose .....		84.712	188.194	272.906
Vacinações e revacinações antivaricólicas .....		211.782	235.242	447.024
Outras imunizações .....		—	—	—
Operações oto-rino-laringológicas .....		—	—	—
Outros tratamentos .....		—	—	—
Fichas a preencher .....		211.782	235.242	447.024

OBSERVAÇÃO — A acrescentar o trabalho das viagens, cujo total é de 4.802 menos o número de sédes de serviços.

F) Tempo necessário para a realização de alguns serviços:

Exame clínico, por aluno: 20 minutos ...	Total em horas:	149.008
Exame de fezes, cada: 20 minutos .....	Total em horas:	149.008
Outros serviços .....	Total em horas:	×

G) Serviços que poderia fazer, durante o ano útil (215 dias) um Centro de Saúde, dispondo de um clínico geral, um laboratorista e dois enfermeiros (2 horas diárias). Excluindo as viagens:

Médico, exames clínicos, 1. <sup>a</sup> vez .....	1.290
Laboratorista, exames de fezes .....	1.290
Enfermeiros, enfermagem dos examinados, até .....	1.290

OBSERVAÇÕES — Cálculo em que se prevê uma regularidade comparável à do movimento da terra em torno do seu eixo. Não foi computado o tempo necessário para certas operações preliminares, como preparo de fichas, de medicamentos, de amostras para exames e outros.

Nestes últimos dez anos, o número de Centros de Saúde no interior tem oscilado, com pequenas diferenças, em torno de 75, que existiam em 1939, apresentando pois, uma evolução nada animadora. Isto porque, dentro dos moldes em que se enquadra, o Centro de Saúde é um instrumento assás dispendioso.

Mesmo que houvesse um Centro em cada cidade, estruturado na base dos atuais, é fácil deduzir das tabelas acima que não seria possível prestar ampla assistência clínico-sanitária a todos os escolares do interior.

O mais sério problema com que nos defrontamos nesse ramo de atividade pública é o da enfermagem. Não havendo nenhuma classe isenta destes ou daqueles males, o número de enfermeiros orça pelo de escolas. Porque ha medicações que são diárias, como para o tracoma; repetidas várias vezes durante o ano, como para a verminose. Porque o aluno deve ser acompanhado diuturnamente pelo enfermeiro durante toda a sua vida escolar.

Para a solução desse problema só existe, no momento, um meio, que é a cooperação dos próprios professores primários. Em outros termos, a professora deverá ser a enfermeira dos seus alunos.

Mas, para tal efeito, é preciso prepará-la convenientemente, e aqui temos outro caso a resolver.

Chegado a este ponto, não vejo nenhuma dificuldade para prosseguir. A professora deverá ser preparada nas Escolas Normais durante o seu curso profissional.

Para fazer dela uma ótima enfermeira, ou melhor, uma ótima educadora sanitária, como se diz por aí, duas medidas se impõem, imperativas, improcrastinaíveis:

- 1.<sup>a</sup> — Desdobrar, nas Escolas Normais, a atual cadeira de Biologia, criando a de Higiene e Enfermagem, provida de um bom laboratório;
- 2.<sup>o</sup> — Instalar, junto a cada Escola Normal, um Centro de Saúde, onde os alunos teriam campo para praticar a enfermagem e donde proviriam amostras para pesquisas de laboratório.

Mais adiante apresento sugestões para um projeto de lei nesse sentido, onde se apreciam outros pormenores.

Criada a cadeira de Higiene e Enfermagem e instalado o Centro de Saúde a que me referi acima, os frutos resultantes iriam sendo colhidos no evolver dos anos, de forma que, dentro de não muito tempo, todos os nossos escolares teriam uma assistência magnífica, com um dispêndio insignificante para o Estado.

Aos atuais professores deveria ser propiciado um curso trimensal de enfermagem nos Centros de Saúde das respectivas circunscrições escolares, segundo um plano progressivo, de modo a ir tornando desde já efetiva a cooperação prevista neste trabalho.

Esta cooperação extender-se-ia aos serviços de assistência aos pre-escolares e mesmo aos de profilaxia geral, na medida das possibilidades.

Isto é: O professor exerceria, dentro do raio de ação da sua escola, duas funções distintas, que são a de Freceptor e a de Educador-Enfermeiro. No final das contas, essas duas funções se confundem numa única, qual seja a de preparar as crianças para o seu destino.

Quem melhor do que ele poderá desincumbir-se dessa divina missão? Senhores congressistas:

A criança é a sublimação do Eu paterno, a super-sublimação do Eu materno. Deste conceito individualista já se apropriaram os Estados e as Nações, para os quais a criança está sempre em primeiro lugar.

A Pátria de amanhã será o reflexo da inteligência e dos esforços das gerações de hoje.

Façamos o possível para merecer a estima dos que vão suceder-nos no palco onde se representam os episódios da Vida.

Devemos cuidar carinhosamente de todas as nossas crianças, escolares ou não, onde quer que elas estejam, nas cidades, nos vilarejos, nos campos ou nos recessos dos sertões.

Não será fazendo discursos, escrevendo tiradas pelos jornais ou despejando caravanas de conferencistas para deleite dos frequentadores dos clubes literários das nossas cidades que poderemos chegar a resultados positivos no cultivo e aperfeiçoamento desses valores.

Nem tão pouco instituindo semanas anuais, para disreterear sobre lindos temas de efeitos anódinos.

Este próprio Congresso, como outros muitos que marcaram época nos anais da nossa história, está a instalar-se sob uma auréola de grande brilho e certamente encerrará os seus debates deixando uma impressão magnífica de vitória espiritual.

Entretanto, si depois dele os trens da S. Paulo Railway, da Central e da Sorocabana não forem aboletados de médicos e enfermeiros conduzindo microscópios, escolas de Weck, espéculos, bisturis e galões e mais galões de quenopódio, tetro-cloreto de carbono, soluções de argirol, e quanta coisa mais, rumo aos milhares de locais onde há tantos anos os agurdam os nossos escolares, é certo que aquela vitória ficará gravada em volumosos Anais e irá dormir na escuridão dos arquivos, assim como uma sonata de Beethoven na discoteca de um arquidão que não gosta de música.

Reconhecamos que não será possível, assim de pronto, enviar para o interior milhares de médicos e enfermeiros.

Mas é preciso, é inadiável que se faça alguma coisa mais do que fichar grupos de alunos aqui e acolá, tratá-los incompletamente mediante sorteio e abandoná-los aos azares do seu destino.

Estabelecamos, agora mesmo, as bases para uma próxima assistência integral e perfeita.

De noventa por cento dos serviços de Higiene Escolar propriamente dita ou específica poderá desincumbir-se o Departamento de Educação, com os seus técnicos, inspetores e professores.

O professor-enfermeiro, norteado pelo médico, fará os exames de laboratório, aplicará as medicações, imunizará contra a varíola, a febre tifoide, inculcará hábitos sadios aos seus pequenos clientes.

Eis aí uma risonha perspectiva. Temos diante dos olhos um caminho que nos conduzirá a surpresas maravilhosas.

Os Homens que se acham à frente do nosso Governo, tanto federal como estadual, têm dado inequívocas demonstrações de um são patriotismo quando abordam os problemas de interesse nacional, entre outros o que respeita à saúde e particularmente o que se refere à proteção da criança.

Cerremos fileira em torno deles; prestemos-lhes o adminículo da nossa contribuição, marchemos a seu lado nesta santa cruzada.

Nós, professores, médicos, fazendeiros, industriais, nós, o povo, sem distinção de classes, devemos ajudá-los com o pouco ou muito que esteja ao alcance de cada um.

Estou em que, para o efeito da colaboração universal, temos necessidade de embalsamar algumas concepções emboloradas incompatíveis com o progresso de nossos dias.

Uma delas é esperar do Tesouro o milagre da multiplicação dos pães.

Si há alguma coisa que pode ser feita sem esse milagre, porque não fazê-la?

Estabeleça-se a compulsoriedade da cooperação a que me referi, para tais ou quais serviços, e acredito que ninguém, de boa fé, recusará os seus aplausos a tão salutar medida.

Tudo isso posto, proponho a este Congresso que represente a Sua Excelência o Senhor Dr. Interventor Federal de São Paulo sobre a necessidade e a conveniência de serem postas em prática, mediante legislação adequada, as medidas que, em síntese, passo a expôr:

ART. 1.º — Fica criada a cadeira de Higiene e Enfermagem nas Escolas Normais do Estado de São Paulo.

§ 1.º — A presente medida se estende às Escolas Normais Livres, reconhecidas pelo Governo.

§ 2.º — O ensino de Higiene, que até o presente vinha sendo ministrado pela cadeira de Biologia, passará a ser atribuição exclusiva da cadeira criada pelo presente Decreto.

ART. 2.º — O pessoal da Cadeira de Higiene e Enfermagem, de que trata este Decreto, compreende um professor e um assistente.

ART. 3.º — O provimento dos cargos referidos no artigo anterior deste Decreto será feito mediante concurso de provas e títulos, preenchidos os seguintes requisitos:

- 1.º — Ser o candidato brasileiro nato;
- 2.º — Não contar mais de 40 anos de idade;
- 3.º — Gozar perfeita saúde;
- 4.º — Ser médico, tratando-se do cargo de professor;
- 5.º — Ser médico ou professor diplomado por Escola Normal, tratando-se do assistente.

ART. 4.º — O Governo designará uma comissão de três membros, escolhidos respectivamente no Departamento de Ensino, de Saúde e na Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, para elaborar o programa de ensino da cadeira a que se refere este Decreto.

§ UNICO — O programa de Biologia, alterado em consequência deste Decreto, será revisto pelo Departamento de Ensino.

ART. 5.º — As nomeações para os cargos de professor e assistente da cadeira ora criada serão lavradas:

- 1.º — Nas Escolas Normais oficiais, pelo Governo;
- 2.º — Nas Escolas Normais livres, pelas respectivas Diretorias.

ART. 6.º — Os cargos referidos no artigo anterior, terão caráter efetivo, nos termos da lei.

§ UNICO — Esta efetividade só aproveita aos nomeados para as Escolas Normais livres, enquanto estas não forem extintas, caso em que se considerarão dispensados.

ART. 7.º — Os professores e assistentes que forem dispensados nos termos do parágrafo anterior, gozarão de preferência para o preenchimento das vagas que ocorrerem nas Escolas Normais do Estado.

ART. 8.º — Os concursos para o preenchimento dos cargos de professor e assistente da cadeira de Higiene e Enfermagem das Escolas Normais, serão julgados por uma banca constituída de tres médicos escolhidos pelo Governo, presididos por um representante das respectivas

Congregações, sem direito a voto, ressalvada a fiscalização federal, no caso das Escolas Normais livres.

ART. 9.º — Os vencimentos atribuídos aos professores e assistentes da cadeira de Higiene e Enfermagem e constantes da tabela em anexo, serão pagos pelo Governo nas Escolas Normais Oficiais e pelas respectivas Diretorias nas Escolas Normais Livres.

ART. 10. — Será de dois anos a duração do curso de Higiene e Enfermagem nas Escolas Normais.

ART. 11.º — Cada Escola Normal deverá possuir um laboratório provido do material necessário para o ensino prático de Higiene.

§ ÚNICO — As instalações e o material do laboratório a que se refere este artigo serão padronizados pelo Departamento de Saúde do Estado, ficando desde já fixado o mínimo de 1 microscópio para cada grupo de cinco alunos.

ART. 12.º — As despesas com as instalações de laboratório e respectivo material correrão por conta do Governo nas Escolas Oficiais e das respectivas Diretorias nas Escolas livres.

ART. 13.º — Para o ensino prático de Enfermagem instalará e manterá o Governo, anexo a cada Escola Normal, oficial ou livre, um Centro de Saúde com ambulatório para o tratamento da verminose, malária, tracoma, leishmaniose, sífilis, além de outros serviços peculiares a tal organização, tais como secções de higiene pré-natal, infantil, epidemiológica, educação e polígia sanitária em geral.

§ ÚNICO — A área de ação do Centro de Saúde, será determinada pela Secção competente do Departamento de Saúde do Estado.

ART. 14.º — O Centro de Saúde, a que se refer o artigo anterior, será organizado e terá material bastante para o desempenho das atribuições que lhe forem deferidas.

ART. 15.º — A direção do Centro de Saúde competirá a médico nomeado pelo Governo mediante concurso de provas e títulos, o qual ficará subordinado à Secção competente do Departamento de Saúde.

ART. 16.º — O Centro de Saúde instalado na conformidade deste decreto, franqueará as suas dependências ao professor e assistente de Higiene e Enfermagem das Escolas Normais, bem como aos respectivos alunos, para a prática que se fizer necessária.

§ ÚNICO — O médico chefe do Centro e o professor da cadeira de Higiene e Enfermagem procurarão articular os interesses recíprocos no tocante a horários e distribuição das turmas de alunos e praticantes.

ART. 17.º — Nos seus exercícios de aprendizagem, os alunos prestarão ao Centro de Saúde, sem prejuízo das suas obrigações escolares, os serviços uteis que deles possam provir, tais como exames de laboratórios, medicações, curativos, imunizações, assistência em Higiene Pré-Natal, Infantil, estatística Demógrafo Sanitaria, Propaganda e Educação Higiénica popular.

ART. 18.º — Os diplomados pelas Escolas Normais que tiverem feito o curso de Higiene e Enfermagem de que trata este Decreto, estarão em condições de exercer a Enfermagem nas escolas primárias para que forem nomeados, podendo executar os seguintes serviços:

1.º — Exames microscópicos de fezes, sangue, escarro e outros para os quais tenham adquirido a necessária experiência;

2.º — Médicações contra as doenças endêmicas rurais;

3.º — Pequenos curativos de lesões exteriores;

4.º — Tratamentos dentários de urgência;

5.º — Imunizações e vacinações em geral;

6.º — Propaganda e Educação Sanitária;

7.º — Notificação ao Centro de Saúde da zona de quaisquer irregularidades sanitárias que hajam verificado na área de sua circunscrição escolar.

§ ÚNICO — Os serviços acima enumerados dirão respeito aos alunos, podendo estender-se aos demais habitantes da circunscrição, sem que de modo algum sejam prejudicadas as suas obrigações escolares.

ART. 19.º — Em qualquer caso, as indicações de tratamentos médicos serão feitos por médico do Centro de Saúde, ao qual incumbe visitar as escolas de quinze em quinze dias, para as providências de mister.

ART. 20.º — Dos serviços que fizer, enviará o professor um relatório mensal ao Centro de Saúde da zona, assim como à respectiva Delegacia de Ensino.

ART. 21.º — A colaboração aos Centros de Saúde, a que se refere este Decreto, prestá-la-ão os professores no caráter de Educadores Sanitários.

ART. 22.º — Por tais serviços, perceberão ditos professores uma gratificação mensal variável de 50\$000 a 100\$000 mensais, conforme as obrigações que lhe forem atribuídas.

ART. 23.º — O Departamento de Saúde e o Departamento de Ensino elaborarão, em conjunto, as normas, segundo as quais seja possível a colaboração a que se refere o artigo anterior.

ART. 24.º — Na vigência do presente decreto ficam suprimidos os cursos de educadores sanitários, feitos por professores no Instituto de Higiene, salvo para os professores diplomados antes do regime ora instituído.

ART. 25.º — Os serviços de que tratam os artigos 18.º e seguintes deste Decreto não se entendem com as cidades onde haja Centro de Saúde instalado, que deles deverá desincumbir-se na forma da lei.

ART. 26.º — Os Departamentos de Educação e de Saúde providenciarão no sentido de ser propiciado aos atuais professores em exercício um aprendizado trimestral de enfermagem, no Instituto de Higiene e nos Centros de Saúde regionais do interior, findo o qual deverão ditos professores prestar a sua cooperação na forma prevista por este Decreto.

## CONCLUSÕES

1.ª — A assistência médico-sanitária deve estender-se a todos os escolares primários do Estado, qualquer que seja o título da escola a que pertençam.

2.<sup>a</sup> — O nosso atual aparelhamento médico sanitário é insuficiente para desempenhar-se integralmente de tão vultoso trabalho.

3.<sup>a</sup> — Indispensável se torna a cooperação dos professores primários, na qualidade de enfermeiros educadores.

4.<sup>a</sup> — Essa qualidade, os professores só poderão adquirir mediante um curso regular de dois anos, professado nas Escolas Normais.

5.<sup>a</sup> — É necessário desdobrar a cadeira de Biologia das Escolas Normais, criando a de Higiene e Enfermagem.

6.<sup>a</sup> — Como medida complementar deverá ser instalado um Centro de Saúde anexo a cada Escola Normal.

7.<sup>a</sup> — O Congresso deve representar ao governo no sentido da criação e instalação previstas nesta tese.



## A SAUDE DO ESCOLAR NOS MEIOS URBANOS E RURAIS

PROF. OSCAR AUGUSTO GUELLI

Delegado Regional do Ensino — S. Paulo

1 — Problema dos mais transcendentais é, sem dúvida, o que se refere á saúde dos escolares.

No Brasil tal problema assume importância extrema, pois, sabemos que o índice de vida nacional é baixo.

Se a saúde do escolar nos meios urbanos, pela sua alimentação ineficiente, não satisfaz plenamente ás exigências do organismo, nos meios rurais é, então, simplesmente deplorável. Além de precariamente nutrida, a infância de certas zonas é vítima de terríveis endemias, tais como: *maleita*, *ancilostomíase*, mal de chagas, *tracoma* etc..

Um provector sanitarista patricio já afirmou que “um povo vale pelo seu aspecto sanitário e não pelo número de suas avenidas”. Nada mais verdadeiro. Esta assertiva não merece contestada. Reflete perfeitamente o pensamento de todos que se batem pela melhoria de nossas condições sanitárias.

Necessário se torna encetar campanha sem trêguas em defesa dos supremos interesses da nacionalidade, consubstanciados no aperfeiçoamento racial, através de uma inteligente, racional alimentação da infância. Ao governo cabe concretizar, tornar viável, exequível, as aspirações dos médicos e educadores, promovendo medidas que concorram para a conservação de um padrão nivelado da vida, afim de que *todos* (não sómente os ricos e “remediados”) possam alimentar-se satisfatoriamente, de acordo com os preceitos da higiene. Deveras, nada adiantam conselhos, lições, prospectos, cartazes elucidativos, conferências públicas, em suma, todas as mais belas campanhas tendentes a crear uma consciência sanitária no país, se as classes pobres não ganharem o suficiente para manter-se. Como podem escolher alimentação substancial e apropriada a uma verdadeira nutrição, se não possuem meios pecuniários, em vista da assustadora, apavorante elevação de preços dos alimentos em geral?

Dia a dia as condições de vida se revelam precárias. Os açambarcadores, as *negociatas*, entram tudo, concorrendo para o encarecimento dos gêneros de primeira necessidade. O governo precisa ficar vigilante com esses elementos egoistas. Reconhecemos que os nossos governantes estão empenhados em proteger as classes menos abastadas, tendo mesmo criado uma legislação que lhes assegura certos e determinados direitos. Há tendências, nas esferas governamentais, para solver, na medida do possível, esta questão do pauperismo nacional. Animados por essa boa vontade manifestada pelos nossos administradores, empenhemos, pois, todas as forças, para que o Brasil alcance posição saliente nō concerto das nações civilizadas e apresente, muito em breve,

estatísticas que demonstrem, cabalmente, a queda dos números enormes de mortalidade infantil e de outras formas obtuárias que nos deprimem.

2 — À escola cabe, por certo, papel relevante nesta árdua tarefa. Sabemos que a criança subnutrida fadiga-se com facilidade, torna-se sonolenta, não pode fixar a atenção, tem memória fraca, dentes cariados e está sujeita a doenças graves. O uso diário do leite, legumes, verduras e frutas corrige ou evita muitos desses males. A má nutrição responde muitas vezes pela causa do atraso dos escolares nos estudos, porque o desenvolvimento mental só se faz bem, quando satisfatório é o desenvolvimento do corpo.

A saúde do escolar, portanto merece dos professores salutar interesse, seja nos meios urbanos, seja nos meios rurais. Assim sendo, as CAIXAS ESCOLARES devem desempenhar papel importante em relação ao problema ora ventilado. A *merenda farta, substancial*, rica em vitaminas, a *sopa escolar*, a distribuição do *copo de leite*, o fornecimento dos vestuários e calçado indispensáveis, são iniciativas que já estão sendo postas em prática, onde existem tais instituições escolares.

Entretanto a assistência atribuída às Caixas Escolares é muito limitada, por isso que, mantendo-se as mesmas de mensalidades e de pequenos festivais, não têm recursos que comportem largueza de oferecimentos. Daí o não poderem elas atender a outras necessidades de maiores proporções, tais como as dos cuidados médicos e dentários.

Justo seria, pois, que medidas decisivas fossem tomadas para solucionar esse problema de tanta atualidade na escola. E, pensamos que outras não seriam essas medidas senão as da intervenção direta dos poderes estaduais.

Os Estados poderiam ser divididos em zonas, de acordo com as suas possibilidades e necessidades, sendo mantido, em cada uma delas, um Inspetor Médico Escolar somente para atender, periódica e esporadicamente, a todos os estabelecimentos de ensino, sob a sua guarda e que reclamassem a sua presença.

O médico escolar não deveria se encarregar de serviços estranhos a essa função de grande alcance prático. Por igual, os GABINETES DENTÁRIOS deveriam contar com profissionais, mesmo que não fossem normalistas, de nomeação do governo do Estado, com vencimentos que lhes garantissem a permanência nos estabelecimentos respectivos pelo tempo necessário para atenderem à clientela infantil. É que, na forma pela qual até hoje há sido organizado o serviço em os nossos estabelecimentos de ensino, deixa o mesmo muito a desejar.

3 — Queremos outrossim lembrar a necessidade que têm as Escolas Normais de orientar os futuros professores quanto ao ensino de higiene, visto que a prevenção da saúde é uma das questões mais palpatantes da atualidade e que mais interessam às condições da vida rural.

Deverão, pois, as Normais, na respectiva cadeira, imprimir às aulas de higiene um cunho acentuadamente prático afim de, na escola que irá reger, possa o educador sentir-se capaz de resolver as dificuldades, remover os elementos causadores dos males físicos ou, quando não estiver isso ao seu alcance ou depender de especialistas ou técnicos, saiba que providências deverá tomar para que a sua ação se torne efetiva.

Orá, uma das medidas que nos parece de alcance a tal propósito, é a de confiarem-se as aulas de higiene a professores especializados que deverão, no caso e para haver mais eficiência, ser médicos, os quais

poderão ter a seu lado, como auxiliares ou assistentes, educadores sanitários.

4 — Os prédios escolares precisam ser dotados de todos os requisitos higienico-pedagógicos, afim de contribuírem para a melhoria da saúde dos alunos, pois, estes devem passar o dia em ambientes agradáveis e salutarés.

A campanha do melhoramento do prédio escolar que já vai se esboçando por meio da "Associação dos Amigos da Escola", feita pelos professores e recebida com muita simpatia pelos pais e particulares, não deverá ser esquecida, pois, constitue ótimo meio de higiene, tal a maneira porque são construídos e conservados.

5 — Há, não importa, por aí a fora, nos mais longínquos rincões de nossa Pátria, aspectos tristonhos e desoladores. Mas, o mestre-escola, o humilde e obscuro baluarte da nossa grandeza não desfalece, ante as asperezas e urzes da sua santa peregrinação.

Onde quer que uma escola se instale no Brasil, e um professor se ponha a seu mister, logo começam a aparecer as primeiras providências de saneamento e higiene porque a sua ação, inteligência e abnegação levam aos habitantes, por meio das crianças, os primeiros conselhos, as primeiras lições e os primeiros cuidados afim de que todos se sintam felizes e capazes de enfrentar a luta pela vida.

Artífice da Pátria, o mestre envereda logo, decididamente, pelos rumos traçados e que é, na hora atual, o problema nacional mais sério — o bem estar cômum e, com muita especialidade, a saúde da criança. E assim, de mãos dadas aos nossos atuais governadores que se desdobram em esforços pela nossa prosperidade, vai prestando aos nossos patricios uma soma incalculável de benefícios.

Muito pode a escola ainda fazer em beneficio do escolar, além do que já tem feito. Senão vejamos:

A vacinação, as aulas de higiene e puericultura, os pelotões de saúde, a educação física, a alimentação sadia, a caneca individual, as aulas de higiene alimentar, a revista de asseio, a distribuição de prospectos das repartições sanitárias que as crianças levam a seus pais e os tornam conhecidos dos conselhos médicos; os exames de visão e audição (com ratificação ulterior do médico); as fichas antropométricas, a instituição do escotismo, que além de avivar o amor à Pátria e inculcar na criança outros hábitos morais, ainda os colocam em contacto diréto com a Natureza, aumentando-lhes a força e o vigor físicos; as excursões escolares que igualmente lhes proporcionam a saúde e a alegria; estas e outras providências que são tomadas pelos mestres, ninguém jamais poderá negá-lo, faz de todo o professor um verdadeiro apóstolo, muito embora, seja ele humilde e obscuro na sua faina nobilitante de transformar o Brasil numa colmeia feliz.

Todo esse trabalho que o mestre-escola vem prestando aos escolares, aliado à assistência do médico que é indispensável, como já ficou dito, proporcionará, indubitavelmente, às crianças de nossa terra a higiene de que elas necessitam para o seu bem estar e saúde, transformando inteiramente essa legião de flores humanas que por aí campearão, em cidadãos robustos e uteis à Pátria.

\* \* \*

Trabalhem, portanto, nós os educadores, que jamais desertamos das batalhas incruentas. Ensinemos ao povo através da criança, os

princípios básicos da alimentação racional, do repouso, da higiene pessoal etc..

A nossa obra não é pessoal. Não lutamos pelo nosso interesse particular; lutamos — nunca será demasiado afirmá-lo — sem favor dos sagrados interesses de uma geração que deverá ser, no futuro, o sólido sustentáculo da Nacionalidade.

## CONCLUSÕES

I — Faça-se, por intermédio da escola, a educação sanitária do nosso povo.

II — Organizem-se boticas e ambulatórios nos estabelecimentos escolares, supridos de medicamentos de mais urgência, para atender à população escolar.

III — Proporcione o Estado meios para que os escolares brasileiros, a exemplo do que se tem feito nos países vanguardeiros da instrução, tenham em mãos aparelhos projetores e filmotecas constituídas de celuloide cujos assuntos se prendam a determinadas matérias que, no momento, careçam de atenção.

IV — Reerga-se o escotismo no Brasil, para que as nossas crianças tenham, pelo menos contacto directo com a Natureza.

V — Sanem-se as glebas das nossas populações ribeirinhas, para que o hematozoário de Laverad não seja mais responsável pelo obtuário da malária.

VI — Instituem-se pratos de sopa, copo-de-leite e regime alimentar de frutas e ver-se-ão sadia a criançada de nossas escolas.

VII — Dotem-se os prédios escolares de todos os requisitos higiênico-pedagógicos, afim de contribuírem para a melhoria da saúde dos alunos.

VIII — Consagre-se a maior parte do programa de Biologia do Curso Normal à higiene.

IX — Divida-se o Estado em zonas, de acordo com as necessidades e designe-se um Inspetor Médico-Escolar.

X — Acrescente-se aos programas das festas escolares, para que devem ser convidados os pais dos alunos, preleção atraente sobre qualquer assunto de higiene;

XI — Fundem-se, onde proventura não exista, a “Associação de Pais e Mestres” ou “Associação de Amigo da Escola”, que se incumbirá também do combate às moléstias endêmicas locais, bem como convidará profissionais que realizem, perante os habitantes do bairro palestras sobre puericultura e eugénia.

XII — Finalmente, melhore-se a situação do professor afim de que ele possa proporcionar aos seus aquilo que abnegadamente lhe compete dar aos filhos dos outros e veremos então, com grande alegria e entusiasmo, que o momentoso assunto que ora preocupa os altos desígnios da Nação haverá de ter uma solução, senão rápida, como seria necessário, pelo menos, satisfatória e crescente.

E o Brasil, esta grande Pátria onde todos podem viver na mais completa felicidade, verá dia a dia que o seu engrandecimento não é um mito e nem tão pouco um problema de difícil solução, porque não existe na terra obra, por mais grandiosa que seja, que o homem não resolva com trabalho perseverante e inteligente.

## OS PROBLEMAS DO PRÉ-ESCOLAR E SEU REFLEXO NA SAÚDE DO ESCOLAR

PÉROLA ELLIS BYINGTON

Tese apresentada como contribuição da Cruzada Pró Infância,  
ao 1.º Congresso Nacional de Saúde Escolar.

Digno de toda a consideração, é o problema da educação e saúde da criança na idade pré-escolar, ou seja, de 1 a 6 anos.

Período de formação e crescimento, em que o desenvolvimento físico e mental é rápido, as impressões vividas, a aquisição de hábitos, constante, é tão cheia de experiências novas, que, segundo afirmam os psicologistas, um mês na vida do pré-escolar, representa muitos anos na vida de um adulto.

Por outro lado é, nessa idade, que começam a aparecer os defeitos e lesões que poderão atuar de um modo muitas vezes decisivo, na idade escolar, prolongando sua influência nociva, até a idade adulta.

Este é um fato confirmado pelos médicos que encontram, a miúdo, a prevalência de hipertrofia de amídalas, vegetações adenoides, de defeitos de visão, de audição, defeitos do esqueleto, cáries dentárias e outros defeitos que afetam o desenvolvimento da criança.

A desnutrição também é frequente, nessa idade, assim, como certas moléstias contagiosas e afecções do aparelho digestivo, e respiratório, para, as quais, o pré-escolar demonstra grande suscetibilidade, pelo que resultam extremamente perigosas, ocasionando-lhe, muitas vezes, a morte.

Com efeito, recorrendo aos dados demográficos, referentes ao pré-escolar, dados que nos foram cedidos pela Secção de Estatística Sanitária, do Departamento de Saúde, verificamos que, em 1940, a distribuição dos óbitos, pelas causas, foi a seguinte, na capital de S. Paulo;

Causas de morte	M	F	Total
Meningite cérebro espinhal (meningocócica) .....	1	2	3
Escarlatina .....	1	1	3
Coqueluche .....	2	21	36
Difteria .....	15	16	38
Erisipela .....	22	1	2
Tétano .....	1	—	3
Tuberculose do aparelho respiratório .....	3	26	53
Tuberculose das meninges e do sistema nervoso central ..	27	10	24
Tuberculose dos intestinos e do peritônio .....	14	1	2
Tuberculose, outras localizações .....	1	—	1
Tuberculose disseminada .....	1	4	10
Infecção purulenta e septicemia .....	6	3	19
Desintéria bacilar .....	16	15	33
Desintéria amebiana .....	18	13	29
Desintéria não especificada ou devida a outras causas ..	16	35	64
Paludismo .....	29	2	2
Sífilis .....	—	4	10
Gripe com complicações respiratórias mencionadas .....	6	16	33
Gripe sem complicações respiratórias mencionadas .....	17	13	35

Causas de morte	M	F	Total
Sarampo	22	6	19
Poliomielite aguda e polioencefalite aguda	13	—	1
Varicela	1	1	2
Tifo exantemático	1	—	2
Anquilostomíase	2	3	5
Outras doenças devidas a helmintos	2	20	35
Micoses	15	1	1
Cancer e outros tumores malignos	—	5	7
Tumores cujo carater não foi especificado	2	1	2
Reumatismo articular agudo febril	1	2	3
Doenças das glândulas tiroide e paratiroide	1	1	1
Doenças do timo, inclusive hipertrofia	—	1	2
Esorbuto	1	1	1
Raquitismo	—	2	2
Outras formas de avitaminoses	—	1	4
Anemias perniciosas	3	2	2
Lucemias	—	2	4
Encefalite (não epidêmica)	2	—	1
Meningite simples	1	15	37
Meningite cérebro espinhal aguda não meningocócica	22	4	12
Lesões intra-craneeanas de origem vascular	8	2	3
Convulsões das crianças menores de 5 anos	1	4	8
Outras doenças do sistema nervoso	4	1	1
Endocardite	—	1	1
Afeções crônicas das válvulas cardíacas e do endocárdio	2	3	5
Doenças do miocárdio	—	1	1
Outras doenças do coração	1	—	1
Gangrena	5	4	9
Doenças da laringite	1	3	4
Bronquites	11	4	15
Bronco-pneumonia (inclusive bronquite capilar)	149	119	268
Pneumonia lobar (pneumocócica)	33	25	58
Pneumonia não especific. inclusive congestão pulmonar aguda	28	40	68
Pleuresia	14	12	26
Congestão crônica ou não especificada do pulmão	3	1	4
Asma	1	2	3
Enfisema pulmonar	1	—	1
Outras doenças do aparelho respiratório	1	2	3
Afeções dos dentes e gengivas	1	1	2
Angina estreptocócica	1	3	4
Outras afeções das amídalas e do faringe	—	1	1
Úlcera do estomago	1	—	1
Outras doenças do estômago	1	—	1
Diarréa e enterite (abaixo de 2 anos)	291	266	557
Diarréa e enterite (2 anos e acima)	77	82	159
Apêndice	1	—	5
Obstrução intestinal	3	2	1
Outras doenças do intestino	1	4	5
Outras doenças do fígado	3	2	5
Peritonite sem causa indicada	2	—	2
Nefrite aguda	25	22	47
Nefrite crônica	3	1	4
Nefrite não especificada como aguda ou crônica	—	1	1
Pielite, pielonefrite, pielocistite	6	22	28
Outras doenças dos rins	2	—	2
Doenças da bexiga (exceto tumores)	1	—	1
Doenças da pele e do tecido celular	—	1	1
Doenças dos ossos e dos órgãos da locomoção	2	6	8
Vícios de conformação congênitos	1	3	4
Mortes violentas	22	23	45
Mal definidas	1	3	4
<b>Total</b>	<b>992</b>	<b>918</b>	<b>1.910</b>

No espaço de 20 anos, ou seja, de 1920 a 1940, foi a seguinte a mortalidade de 1 a 5 anos incompletos, na Capital:

COEFICIENTE POR 1.000 HABITANTES DESSA IDADE

Anos	População calculada de pré-escolares	Total de óbitos pré-escolares	Coeficiente por 1.000	
1920	55.126	2.096	38,02	38,78
1921	57.453	2.036	35,43	
1922	59.880	2.083	34,78	
1923	62.408	2.618	41,94	
1924	65.044	2.533	38,94	
1925	67.790	2.904	42,83	32,48
1926	70.653	2.791	39,50	
1927	73.637	2.316	31,45	
1928	76.746	2.604	33,93	
1929	79.987	2.511	31,39	
1930	83.365	2.179	26,13	20,76
1931	86.885	2.296	26,42	
1932	90.554	1.763	19,46	
1933	94.878	2.314	24,51	
1934	98.364	1.512	15,37	
1935	105.206	1.903	18,08	18,07
1936	109.662	2.508	22,87	
1937	114.307	1.896	16,58	
1938	119.149	2.024	16,98	
1939	124.196	2.383	19,18	
1940	129.457	1.910	14,75	

Ainda que a mortalidade, nessa idade, não possa ser comparada com a da primeira infância, uma vez que, por exemplo, em 1940, foram registados na capital, 1.910 óbitos, para uma população de 129.457 pré-escolares, tal cifra, nada representa, em comparação com o número dos que, em idade tão precoce, já marcham, para a vida com seus corpos tarados e seus espíritos contaminados por influências e deformados por hábitos que repercutirão, mais tarde, em forma mais ou menos perigosa para eles mesmos e para a sociedade.

\* \* \*

## GOLE

### ASSISTÊNCIA AO PRE-ESCOLAR

Pelo visto, a criança, nessa idade, precisa de cuidadosa assistência, pois, do contrário, ao chegar à escola, grande número de lesões já estará implantado no organismo, defeitos graves já se consolidaram e foram contraidos hábitos, que sóem ser definitivos, dos quais, ninguém suspeitava e que vão agravando, cada vez mais, sem se falar das influências nocivas que já se fizeram sentir sobre seu caráter e individualidade.

Daí, a necessidade de voltarmos nossa atenção para a idade que já se convencionou chamar "esquecida", a idade "crucial", segundo Newman, idade que, no entanto, precisa de tanta assistência, da parte dos pais, como na primeira infância, talvez mais, de modo a ajudá-la a se tornar uma criança normal, sadia, preparada para a sua próxima grande aventura, que é o "ir para a escola".

Razões de ordem higiênica e de ordem educativa militam a favor de melhor assistência ao pré-escolar: maior plasticidade da criança, que a leva a amoldar-se a toda a orientação; sua extrema receptividade, para a aquisição de bons hábitos; a sua individualidade, o seu caráter, que se amoldam, facilmente, às condições do ambiente. Dentro

de tais e tantas possibilidades, impõe-se à coletividade o traçado de um plano largo de proteção ao pre-escolar.

**Objetivos** — Expostas as razões, resta-nos apontar os objetivos de um trabalho, nesse sentido, e que se propõe a:

- a) salvaguardar a saúde do pre-escolar;
- b) restabelecer a saúde aos que sofrem de defeitos físicos ou moléstias;
- c) amoldar a criança ao meio ambiente, no caso de dificuldades emotivas;
- d) afastar os fatores que prejudicam, direta ou indiretamente, a sua saúde física ou mental: as dificuldades econômicas, os alojamentos inadequados, a falta de emprego, os focos de moléstias contagiosas etc..

**Meios de ação** — Quanto aos meios que a comunidade pode pôr em prática, para a proteção ao pre-escolar, assim podem ser enumerados:

- a) exame e vigilância médicos periódicos dos pre-escolares, julgados sãos, como medida profilática;
- b) facilidade de tratamento médico em hospitais e dispensários;
- c) propaganda e instrução sanitárias;
- d) policiamento da alimentação, principalmente, do leite e da água; saneamento das habitações; controle das moléstias transmissíveis;
- e) regulamentação e controle da segurança nas vias públicas, pela regulamentação do tráfego; criação de zonas de jogos e brinquedos, livres de perigos.

**Medidas gerais** — *Indiretamente*, ha certas medidas a serem postas em prática pelos organismos oficiais:

- a) imunização e isolamento, quanto a moléstias contagiosas;
- b) inspeção das habitações, alimentos, saneamento etc.
- c) pensões às mães, subsídios, seguros de operários etc.

**Obras pre-escolares** — Particularmente, porem, ha certas obras especialmente destinadas à educação e assistência ao pre-escolar, nas quais, reunidos, em grupos, mais facilmente podem ser atingidos pelas medidas protetoras e defensivas contra os fatores prejudiciais ao seu desenvolvimento.

Incluem-se, entre essas, as instituições que agem, diretamente, sobre a criança, e são: a “Crèche” e “Ecole Maternelle”, na França; a “Casa dei Bambini”, criada, na Itália, por Montessori; a “Nursery School” e a “Day Nursey”, na Inglaterra; os “Jardins da Infância”, as classes “jardineiras” junto às escolas primárias, os lares adotivos etc., e, também, os *play grounds*, as colônias de férias etc..

**Orientação das obras pre-escolares** — Com a evolução da obra educativa que se observa, atualmente, não se concebe a organização das obras pre-escolares, sem uma orientação, toda especial, ou seja no ponto de vista educativo ou no da higiene.

Os métodos científicos, de Montessori, de Decroly, aí estão, para nos indicar como os frágeis intellectos infantís podem adquirir o máximo de proveito quanto aos conhecimentos adaptados a essa idade, com o mínimo de esforço.

Por outro lado, a vigilância do médico e educadora sanitária deve ser mais cerrada do que na idade escolar, em torno dos itens que passamos a enumerar:

- a) combate às moléstias transmissíveis, mais graves nessa idade, pela falta da imunidade, que caracteriza essa época da vida;
- b) tratamento das moléstias comuns a essa idade, prevenção da desnutrição e despistamento das avitaminoses dissimuladas;
- c) correção dos defeitos físicos: ortopédicos, de atitude, cuidados com as cáries dentárias, principalmente, as do molar de 6 anos;
- d) prevenção de acidentes;
- e) observação, constante, da evolução do crescimento e curva de peso;
- f) regime alimentício adequado;
- g) exercício físico apropriado;
- h) ensino das práticas de asseio: bons hábitos de alimentação, banho, escovação de dentes etc., exercício, brinquedos, boa posição, eliminação.

**Pessoal especializado** — Um plano de assistência ao pre-escolar não pode dar bons resultados, si, para a sua organização, direção, ensino e vigilância médico-sanitárias, não fôr empregado pessoal técnico, especializado.

Assim, tornam-se indispensáveis, para o seu funcionamento:

- a) professora especializada no ensino pre-primário, ou jardineira;
- b) educadora sanitária, especializada em higiene escolar, ou seja a educadora sanitária escolar;
- c) a psicóloga e a visitadora psiquiátrica;
- d) médicos e dentistas;

Deste plano, não se pode eximir a responsabilidade dos pais, no que se refere a:

- a) saneamento do lar;
- b) coadjuvação do trabalho da educadora sanitária, quanto à implantação dos hábitos sadios, no lar, pelo conselho e pelo exemplo;
- c) observação do aspeto e atos habituais da criança, em casa, e suas reações físicas, psíquicas e afetivas, nas várias situações da vida diária, bem como, descoberta precoce de sinais e sintomas estranhos, "desvios do normal";
- d) proteção contra infecções, por meio de medidas profiláticas e cuidados médicos adequados.

**Extensão das obras pre-escolares** — Para que a influência benéfica das obras pre-escolares possa se refletir na vida do escolar e, mais tarde, na do adulto, é preciso que elas se multipliquem.

O aspecto econômico é digno de ser considerado nesta questão: os gastos investidos nesses serviços resultam em benefícios que passam aos anos subsequentes, diminuindo os gastos que, agora, se fazem com a idade escolar: haja vista a tuberculose, cardiopatia etc., que tiveram suas raízes na vida pre-escolar.

É preciso que se multipliquem as obras pre-escolares de maneira que cada estabelecimento de ensino conte, ao menos, com uma classe e, cada bairro, com um Jardim da Infância, com quatro classes.

Os asilos e crèches conservando, embora, sua organização atual, teriam de adaptar o ensino aos métodos modernos e melhorar a assistência médico-sanitária.

Dotados os organismos de assistência ao escolar, de pessoal especializado e sob orientação eficiente, conseguiríamos, servindo-nos dos recursos educativos sanitário e social, "passar o pre-escolar da terra de

ninguem para a terra de todos”, dando-lhe o lugar que lhe compete na sociedade, para o cumprimento integral de sua tarefa como cidadão.

## O PROBLEMA DO PRE-ESCOLAR E A CRUZADA PRÓ INFÂNCIA

Foi sob a consciência da magnitude do problema e, sentindo, mesmo, o hiato, a falha de assistência que medeia entre a 1.<sup>a</sup> infância e a idade escolar, e considerando, ainda, que o ensino pre-primário não atingiu, em 1938, em S. Paulo, nem a 10.000 crianças, para a população de mais de 100.000 pre-escolares, só na Capital, foi atendendo a tais razões que a Cruzada Pró Infância concentrou sua atenção sobre o assunto, propondo-se a fazer algo, dentro de suas possibilidades, para remediar os males apontados.

Isto, em obediência aos seus próprios estatutos que, prevendo a assistência e proteção à criança, mesmo em antes de seu nascimento, determina a continuidade desta atuação até à idade escolar.

De há muito, vinhamos nos batendo para conseguir um agrupamento de crianças, nessa idade, para, sob nossas vistas, observação e vigilância, constantes, poder estudar, de perto, suas condições e corrigir, quanto possível, o que se apresentasse prejudicial ao seu desenvolvimento harmônico e integral. E isto só conseguíamos por meio de “classes jardineiras” junto aos nossos Centros de Assistência Social.

**Classes de Jardim da Infância** — Após contínuos esforços conseguimos, afinal, em 1938, mercê da boa vontade do saudoso Dr. Alvaro Guião, com a aprovação do DD. Interventor Federal, o comissionamento de professoras primárias junto a esta Instituição, o que nos facultou poder-mos contar, em 1940, com 7 dessas classes, com a matrícula de 300 crianças.

**Instalação** — Instaladas tais classes em ambientes que deixam muito a desejar e com material improvisado, mesmo assim, conseguimos bons resultados.

**Cooperação** — Com a colaboração de diversas entidades oficiais e particulares, conseguimos atacar o problema: O Departamento de Educação, pela sua Delegacia de Ensino Particular, exercendo a fiscalização necessária e orientação técnica; o Laboratório de Psicologia da Universidade de S. Paulo, pela sua digníssima Diretora e competentes auxiliares, Eulálias Alves Siqueira e Dra. Betti Katsenstein, em trabalho especializado, de psicologia: a Liga Paulista Contra a Tuberculose realizando os exames da especialidade.

**Organização das classes** — Organizadas as classes, paulatinamente, dentro das instruções emanadas do Serviço de Ensino Particular, começaram a funcionar regularmente, nos horários de 8 às 12 e de 13 às 17 horas com ótima frequência.

## ASPETO EDUCATIVO

No que toca à parte educativa, vem sendo desenvolvido um programa baseado nos modernos métodos pedagógicos, tendo mostrado resultados satisfatórios, não só pelo interesse por parte dos alunos, como pelo seu aproveitamento, verificado no fim do ano, como provam os termos elogiosos exarados pelos inspetores escolares, em suas visitas de fiscalização e orientação.

## ASPETO MÉDICO-HIGIÊNICO, PSICOLÓGICO SOCIAL

Com o fim de melhorar, estudar e observar cada criança, para, em face dos dados colhidos, estreitar, cada vez mais, a rede da assistência e cuidados em torno de sua saúde física, mental, emotiva, moral e social, para o revigoramento de sua personalidade e a supressão das condições prejudiciais ao seu desenvolvimento normal, foi organizada uma *ficha individual*, cujo estudo e elaboração correm por conta do Laboratório de Psicologia, com a cooperação das professoras das classes.

A ficha conta, na sua primeira parte, além das generalidades, com a anamnese pessoal e da família do aluno.

Vêm, a seguir, os estudos e observações do psicólogo. A seguir, o trabalhos desenvolvidos pela Jardineira (professora) e, após, as condições do meio familiar e, finalmente, os serviços médicos.

Tais fichas estão sendo preenchidas, com grande cuidado e interesse, dignos de todo o elogio, por parte das professoras. É um trabalho grande, que vem sobrecarregar a tarefa, já, de si, árdua, de entreter 35 crianças, durante 4 horas. É que, essas professoras já compreenderam o alcance desses estudos e investigações que, pondo a descoberto a razão de ser das atitudes e reações da criança, facilitam, de muito, o seu trabalho.

**Assistência Médico-Sanitária** — Todos os alunos matriculados (300) receberam os cuidados e assistência necessários, neste campo, a saber:

a) *exame médico-periódico* — todos os alunos passaram por rigoroso exame médico, tendo, ainda passado por exames especializados, como os que foram realizados em 261 crianças, graças à Liga Paulista Contra a Tuberculose;

b) *exames de laboratório* — foram feitos os determinados pelos médicos, em numero de 65 como, também, foram submetidos à *vacinação anti-variólica* 264 alunos;

c) *tratamentos* — foram feitos os tratamentos prescritos, sendo: 45 anti-luéticos; 159 serviços dentários e 39 aplicações de raios ultra-violeta;

d) *observação, contínua, de sua curva pondo estatural*, o que constituiu, aliás, nossa primeira preocupação, verificando-se, na matrícula, as seguintes ocorrências:

	P Ê S O		
	Normal	Sub-normal	Super-normal
Dispensário Central .....	3	26	19
Centro Braz-Moóca .....	12	45	18
Centro Brooklin .....	24	9	8
Centro Itaim .....	15	30	31
Centro Pinheiros .....	22	17	13

Apesar de todos os cuidados, verificou-se, no fim do ano, que muitos alunos com *deficit* de peso não o aumentaram, como era de esperar.

Procurada a causa, verificaram-se falhas quanto à *Assistência Alimentar*.

Embora todas as crianças, no período de aulas, tivessem recebido, diariamente, uma merenda, constituída por um copo de leite, frutas e pão, quando não a traziam de casa, mesmo, assim, continuaram com o peso sub-normal.

Examinados os ordenados dos pais, observamos a sua exiguidade e, como consequência, quão deficiente era a alimentação da criança no lar.

E, outra observação: a criança, ao deixar o período das sopas e mingaús e ao começar a tomar a alimentação dos adultos, esta não lhe apetece, deixando-a de lado, o que é prejudicial ao seu estado de nutrição.

Ainda mais, além de deficiente a alimentação, no lar, é, quasi sempre, inadequada ao organismo em formação.

Em vista dessas observações, a Cruzada Pró Infância resolveu ministrar a essas crianças, a partir d'êste ano, uma refeição mais farta e nutritiva e observar os resultados.

No Campo da Psicologia é que tivemos, como já foi frisado, a colaboração do Laboratório de Psicologia.

Aliás, os problemas relativos à vida psíquica da criança, nos preocuparam, desde logo, por sabermos que nessa idade preparatória para a escola, poderíamos descobrir e emendar muitos defeitos e qualidades, que corrigidos ou desenvolvidos, poderiam transformar a criança num ser mais feliz, mais adaptado ao meio social, de maior produtividade para o país.

De início, foram levantados certos dados estatísticos, como trabalho preparatório: número de matriculados; razão da matrícula; frequência anterior em outros estabelecimentos, quando e por quanto tempo; impressões no dia da matrícula etc..

Foram, a seguir, aplicados em algumas crianças *testes* para classificação das crianças pela idade psicológica, trabalho que já está preparado para aplicação em todas as crianças.

Estudos e observações se seguiram quanto ao comportamento social e emocional; concepção e linguagem; atividades manuais e motoras; *handicaps*; aptidões especiais etc..

No ambiente familiar — Feitas visitas aos lares, para maior conhecimento do meio e suas condições, foram entrevistados os pais e anotados, na ficha, as observações colhidas quanto aos fatos relativos à espécie de habitação; pessoas que vivem com a família, grau de parentesco, ambiente familiar, alimentação, limpeza etc..

Estabelecida, assim, a relação de causa e efeito entre as condições observadas e a atitude da criança, em classe, ficaram as professoras (jardineiras) melhor capacitadas para seguir, com mais proveito, as crianças na sua

Vida no Jardim — No decorrer das atividades educativas, propriamente ditas, vêm as professoras, anotando as atividades preferidas pelas crianças, as manifestações que chamam a atenção, observando o convívio social etc..

Para uns e outros casos, toma providências, observando o efeito destas na correção da conduta e na formação da personalidade da criança.

\* \* \*

Aí, em linhas gerais, o resumo das atividades desenvolvidas pela Cruzada Pró Infância no desenvolvimento pela assistência ao pre-escolar.

Pelas considerações expostas, já nos convencemos da necessidade de transformar as classes, cujo funcionamento descrevemos, em *Escolas Maternais*, para que as ditas crianças permaneçam maior nú-

mero de horas num ambiente são, desviando-as do convívio nocivo das ruas, dos porões e dos cortiços, *abandonadas* enquanto suas mães trabalham, muitas vezes, até fechadas em quartos, em banheiros, como tivemos ocasião de apurar.

Isto viria favorecer a mãe que trabalha, entregando-se, esta, com socego, à sua tarefa, na certeza de que, instituições idôneas estariam velando pela integridade física e mental de seus filhos.

\* \* \*

Assim fazendo e estendendo as obras pre-escolares nos bairros operários, iríamos contribuir para melhorar as condições de um grupo da população que, logo mais, ao procurar a escola, estaria apto a aproveitar, desde o primeiro dia, o trabalho escolar, mercê de uma formação física, mental e moral estabilizada por um trabalho sério, preparatório, que seria como que o *substratum*, o potencial de energias para a assimilação completa e integral dos modernos processos educativos.

Ambiente e material não são o bastante para um largo plano de proteção ao pre-escolar. Há mistér de pessoal técnico especializado, com aptidão e interesse pelo assunto.

Isto vem sendo comprovado pela Cruzada Pró Infância, que se consegue apresentar algum resultado, é porque conta com cooperadores desse gênero.

O que é preciso é aumentar o número desses agentes especializados.

\* \* \*

Tais são as considerações que, em torno do tema que nos propuzemos a defender, apresentamos, à guiza de contribuição ao I Congresso Nacional de Saúde Escolar, como resultado da experiência já realizada pela Cruzada Pró Infância e, em nome da qual, ousamos sugerir, perante este egrégio Congresso, as seguintes:

#### CONCLUSÕES

I — Os problemas médico-higiênicos, psíquicos e sociais da vida do pre-escolar refletem-se na saúde física, mental, emotiva, moral e social do escolar.

II — Há necessidade de criar e ampliar as obras pre-escolares: Crèches, Escolas Maternais, Classes Jardineiras, Jardins da Infância etc., na proporção de uma para cada bairro.

III — É indispensável empregar pessoal técnico especializado na organização, direção e orientação das obras pre-escolares.

IV — Cada um dos aspetos: a) educativo; b) médico-higiênico; c) psicológico; d) social; devem ser tratados, com especial cuidado, para bons resultados de um plano de trabalhos para as obras pre-escolares, não devendo ser descurada a assistência alimentar.

# PRÉDIO ESCOLAR E AMBIENTE EDUCACIONAL

FRANCISCA EUGENIA BRAND CORRÊA

Tenho a honra de apresentar ao PRIMEIRO CONGRESSO DE SAUDE ESCOLAR, patrocinado pelos Srs. Presidente da República e Interventor Federal em São Paulo, este trabalho que tem por fim fixar pormenores vários que nem sempre são lembrados.

É trabalho de educadora sanitária que na luta contínua, no contacto direto e diário com as crianças, no afã de todo aquele que labora na construção da nacionalidade, que aproveita o momento para mais uma vez salientar o importante problema dos prédios escolares.

Abordarei o tema sob o ponto de vista educacional, tratando somente no que diz respeito ao poderoso auxílio que a construção adequada do edificio escolar vem prestar aos trabalhos educativos em geral, e principalmente ao que concerne à educação sanitária. Será portanto sobre a formação do ambiente em que se deve desenvolver a educação da criança.

## AÇÃO EDUCATIVA EM FACE DO PRÉDIO ESCOLAR

Ao tratar-se do ambiente educacional, nós deparamos com numerosos elementos que o compõem. Não me deterei em nenhum deles, embora sejam muitos de transcendental importância. Ficarei apenas na parte material e primária que é a da edificação escolar, em face porem da ação educativa; subordinado a este elemento estarão todos os outros.

Para maior clareza dividi o assunto em diversos tópicos que julguei dignos de serem realçados.

### O AMBIENTE ESCOLAR DEVE IDENTIFICAR-SE COM O DA VIDA

Com o dinâmico progresso dos nossos tempos, as sociedades atuais ganharam tal complexidade, constituindo-se por uma série de artes, ciências etc., que impossibilitam a integração da criança a elas. Daí, a necessidade das escolas. Longe vão os dias em que a simplicidade do meio permitia que as crianças se educassem na participação imediata da vida social.

Desta observação resulta que o natural seria a participação direta da vida, mas como hoje isso se torna impossível, o primeiro passo da escola será a transformação desse ambiente complexo em acessível e gradual à compreensão infantil, ou, em outros termos, levar à escola o ambiente requerido, isto é, a vida.

Com o fito de preparar a criança para a sociedade, transmitindo através do ensino todas as múltiplas manifestações do progresso dos conhecimentos humanos, a escola perdeu a sua verdadeira significação. Tudo o que for aprendido fora do lugar real que tem na vida, foge com isso do seu sentido e do seu valor.

A sala de aula, por exemplo, como as temos hoje com filas de carteiras, onde se sentam crianças silenciosas, não apresenta, parece, ambiente semelhante à vida. A escola deverá apresentar um meio social vivo, cujas situações sejam tão reais como as encontradas fora da escola. Pois só se aprende o que se pratica.

### IMPORTÂNCIA DO MÉTODO NA EDUCAÇÃO PRIMÁRIA E O AMBIENTE ESCOLAR

Este tópico é dos que mais de perto se relacionam com o prédio escolar. Sendo inadequado o edifício, este limitará as possibilidades do educador, obrigando-o muitas vezes a dar uma orientação ao seu trabalho em desacordo com os seus conhecimentos e ideais de educação. Se não reúne o prédio as menores condições pedagógicas e de ambiente, não poderão aplicar os métodos de ensino, principalmente aqueles que se baseiam na atividade dos escolares. Mais importa à escola primária o modo por que se ensina, do que aquilo que se ensina; educação e instrução se identificam em suas finalidades, isto é, ambas modificam a conduta do indivíduo. Se o conhecimento não conseguiu essa modificação é porque não houve de fato conhecimento; "quando a criança fala errado uma regra de gramática, embora a saiba de cor, é porque não a sabe..." já o dizia Montaigne e Kant também o disse.

A função da educação primária é mais do que ensinar a ler, escrever, contar etc., mas conseguir a libertação íntima do indivíduo em sua consciência e em sua atividade social. Para que esta concepção da escola se realize será necessário que ela seja ativa, na qual o indivíduo não adquira por transmissão os conhecimentos, mas mediante seu próprio esforço. O ensino deve ser objetivo, experimental, manual o quanto possível. Para isso requer um ambiente todo especial que a escola de hoje não oferece.

### O AMBIENTE E O RESPEITO AS CARACTERÍSTICAS BIOLÓGICAS DA CRIANÇA

Os traços principais da imaturidade da criança são dependência e plasticidade. É devido a esta que a criança tem um campo indefinido de adaptações e readaptações sociais. A sua dependência física se traduz pela riqueza de dotes sociais. Isto se afirma nas palavras de Dewey: "À medida que um homem cresce em independência pessoal reduz de algum modo a sua capacidade social como indivíduo".

Imitar, como obedecer, outras características da infância, não se presuppõe cópia servil, da qual resultaria em anulação da personalidade. Ao contrário, a criança imita para criá-la. Só imita, no entanto, os que julga dignos de serem imitados, aqueles em quem reconhece real autoridade.

O educador, que consegue ser exemplo, não necessitará da utilização de prêmios ou castigos. A criança procurará nele ansiosamente o aplauso ou a censura, o que lhe darão a consciência de si mesma. Inútil dizer do benefício que disto decorre em proveito da educação. Para captar essa confiança dos escolares será necessário que o professor conheça os seus alunos e isso só será possível se o ambiente for tão natural que os deixe livres e à vontade, para que apareçam na máxima espontaneidade de que sejam capazes. Aproveitar essas características da infância, receptáculo maravilhoso de impressões, compete em grande parte à escola, afastando do seu ambiente todas as influências reconhecidamente maléficas do meio social, tornando-o ao mesmo tempo de poderosas sugestões. Só assim será a escola órgão de contínua melhora.

### O AMBIENTE E A DISCIPLINA INTERNA

Para que haja aprendizado há necessidade de haver disciplina, mas obtida através do interesse e não a disciplina formal, que constitui entrave ao progresso e que destrói a plasticidade que é forma permanente de adquirir novos hábitos. A forma natural de disciplina é o trabalho, pois toda obra exige esforço concentrado, desde que haja interesse e se adapte as possibilidades naturais da criança. A disciplina deve fundar-se no trabalho, na influência mútua entre as crianças e na colaboração da família.

O interesse será obtido através do ambiente constituído de materiais e de recursos físicos, bem como sociais e intelectuais. Um instrumento poderoso que desenvolve no indivíduo, espontaneamente, o hábito da disciplina é a prática de educação física. Esta pode estar dividida em duas partes:

1.<sup>a</sup>) — compreendendo exercícios de desenvolvimento e trabalhos manuais;

2.<sup>o</sup>) — exercícios de aplicação compreendendo: jogos e brinquedos.

Quanto mais se desenvolve a educação intelectual, mais necessário se torna buscar o equilíbrio somato-psíquico, pela prática da educação física.

Os seus resultados são representados em síntese, pela saúde, beleza e formação moral. "Levar ao ensino os métodos do exercício físico será a melhor pedagogia moral", no dizer de autorizados pedagogos. Colaborando na formação do caráter e do desenvolvimento da confiança em si mesmo permite ao indivíduo resolver as suas próprias dificuldades. Cria ainda no indivíduo a consciência da sua capacidade na representação mental daquilo que pode e deve e daquilo que não pode e não deve tentar.

Esta é a verdadeira disciplina, fundada na liberdade e na autonomia da criança.

Será imprescindível a escola possuir o seu campo de jogos.

### A ESSÊNCIA DO AMBIENTE ESCOLAR DEVE SER VITAL

Esta essência deve estar presente ao espírito do educador, em todos os momentos de sua ação educativa; ele é pois o criador do ambiente.

Uma das finalidades da educação é despertar na criança o gosto estético, fazendo-a sentir e amar o belo. O meio material que rodeia a criança em seu desenvolvimento, exerce uma influência decisiva na sua formação. A disposição do mobiliário, a limpeza, a decoração etc., criam nela hábitos fecundos que transformam a sua conduta. "A educação não é obra de coação, nem de conselhos, sinão de influência e de ambientes". Nada, por mais simples que pareça se deve considerar como alheio à necessidade de criar um ambiente favorável à educação infantil. Devem as crianças ter nela participação direta como de administrar a biblioteca, tratar do jardim, garantir ordem e a limpeza, organizar festas infantís etc.. Desta forma o ensino será baseado na responsabilidade, o que os preparará para a verdadeira autonomia. A inspiração do professor para esse fim desejado está indubitavelmente na dependência do que o prédio e o seu mobiliário lhe possam proporcionar.

### ESCOLA COMO AMBIENTE DE INTEGRAÇÃO SOCIAL

A escola tem que contribuir para o progresso e desenvolvimento da comunidade. Ela é ao mesmo tempo resultado da vida social e da sua organização e o seu trabalho não pode ser isolado do ambiente em que se desenvolve. A escola, no dizer de Spencer, tem por finalidade ensinar a viver, facilitando a adaptação ao meio em que se acha. A escola proverá esse ambiente de integração social possuindo a sua fisionomia própria ou personalidade. Pois, pela sua própria aparência já podemos julgar dos seus trabalhos.

### A ESCOLA E A RELAÇÃO QUE DEVE MANTER COM O AMBIENTE FAMILIAR

São imprescindíveis as palestras individuais ou coletivas entre pais e educadores. Essa preciosa cooperação irá influir no trato que a criança recebe em sua casa, sob o ponto de vista higiênico pedagógico e obter ainda dados acerca do seu caráter e de sua reação em face da escola. Isto evitará que a família possa influir desfavoravelmente em relação aos trabalhos escolares. Preparar também desta forma um terreno favorável onde a criança possa atuar com maior segurança, no sentido de contínua melhora desse meio. Isto se traduz em melhoramento, em transformação e progresso da comunidade.

O prédio escolar concorrerá para tão alto desiderato oferecendo simplesmente uma sala especial para as referidas reuniões de pais e mestres.

### A ESCOLA PRECISA COMPLETAR A AÇÃO EDUCATIVA

Sendo a educação o processo que dura toda a vida do homem, a escola não pode ser uma instituição autônoma de formação individual. Sua obra terá de ser completada por outras instituições tal como as bibliotecas. Estas não poderão deixar de existir em toda a escola que baseie o seu ensino na auto-atividade dos alunos, na sua própria experiência. Ensinando a ler ensinará o gosto e o hábito pela boa leitu-

ra. Será o que de mais alto a escola possa oferecer, instrumento de auto educação e instrução post-escolar. A biblioteca da escola deve estar integrada dentro dos limites da ação educativa, tanto quanto o papel da família e da sociedade.

“O máximo valor que podemos oferecer a um aluno não é a ciência mas uma sã disposição para conquistá-la e uma atitude independente para atuar na vida”, diz Kerchensteiner.

## IMPERATIVOS HIGIÊNICOS E AMBIENTE ESCOLAR

A moderna Pedagogia, encarnado a educação como um processo físico, moral e intelectual, coloca o problema da saúde em primeiro lugar. A civilização contemporânea é avaliada pelo índice de saúde e cultura de seus filhos e não mais pela extensão de suas cidades.

É nas escolas que deve ser feito o maior esforço educativo, procurando que a criança, antes de tudo, viva em um ambiente perfeitamente higiênico. Daí a importância do edifício escolar com todos os requisitos de higiene. Desde a preferência pelos terrenos altos, cujo solo é mais sêco, à escolha do material empregado na sua construção; tanto a importância é dada ao recanto arejado e batido de sol, como sobre a jardinagem do terreno ao redor e plantação de arbustos, trepadeiras, árvores etc.. Na preocupação de torná-lo ameno e agradável o quanto possível. A luz e o ar são elementos principais da higiene da habitação, quanto mais em se tratando de estabelecimentos escolares.

## DAR HÁBITOS SADIOS A ESCOLARES SERÁ FORMAR A CONCIÊNCIA SANITÁRIA DE UM POVO

Todo trabalho que visa a saúde dos escolares é principalmente com o intuito de formar bons hábitos, pois o nosso maior problema é dar aos brasileiros a força de uma consciência sanitária.

É preciso tanto para a saúde, como para a linguagem, primeiramente formar o hábito, depois dar a instrução que o reforça e completa.

A escola terá que atuar de duas maneiras principais: Oferecendo o ambiente material, com possibilidade para execução dos hábitos e pela presença da educadora sanitária, que, através de seu espírito e esforço, dará a essência do ambiente, tornando-o vital.

O ambiente material será representado pelo fornecimento de água filtrada, chuveiros, instalações sanitárias suficientes, lavatórios devidamente aparelhados, vestiários, mobiliário adequado etc..

Deve possuir ainda além dos campos de jogos já referidos, piscina, solário e cozinha dietética.

O papel da educadora será na formação de bons hábitos de saúde física e psíquica, que deverão repousar na própria prática das crianças. Mas nunca se deve buscar a eficiência mecânica de um hábito sem fazê-la acompanhar de uma idêntica eficiência de pensamento. É êsse elemento intelectual que dá flexibilidade e força aperfeiçoadora ao hábito. Dêste modo êle será ação inteligente, e, como tal, apto a toda a sorte de reajustamentos que a vida exige.

## A EDUCAÇÃO FÍSICA É TÃO NECESSÁRIA COMO O ALIMENTO E O SONO

Desenvolver a força de resistência mais do que a força muscular, preparando o corpo para a luta contra as moléstias e as fadigas físicas e morais é o que a higiene procura alcançar por todos os meios, principalmente através do exercício físico cuidadosamente ministrado. Assim, a prática da natação, aconselhável em todas as idades é hoje considerado elemento indispensável da educação em geral. É um dos esportes mais completos para o desenvolvimento harmônico de todo organismo e apresenta magníficas possibilidades para o aperfeiçoamento do aparelho respiratório e do sistema neuro-muscular. É por estas razões que se explicam a grande capacidade vital dos que a praticam. Do ponto de vista psíquico, reforça a coragem e a confiança em si. Tem valor utilitário e ação educativa. A aquisição do hábito ativo (muscular ou motor) facilita a formação de outros de ordem intelectual, moral etc..

Além da piscina deverá possuir o seu solário no qual as crianças recebendo os benefícios dos raios solares consecutivamente aprenderão sobre a salutar influência que exercem sobre todo o organismo. Há inscrições que mostram que há 20 séculos já eram utilizados na cura de certas moléstias. Não se compreende mais um edifício escolar sem esses 2 importantes requisitos higiênicos: *piscina e solário*.

Para a prática da ginástica e dos esportes, com a finalidade de proporcionar a continuidade da saúde e mesmo no propósito de enriquecê-la, será necessário encontrar condições propícias a essa tarefa, como seja o de organismos bem nutridos e sadios.

## A SAÚDE DEPENDE FUNDAMENTALMENTE DA ALIMENTAÇÃO

O ser humano, como todos os seres vivos, nunca está estruturalmente terminado, isto é, está sempre se refazendo. Assim, da alimentação que lhe for ministrada hoje, dependerá em grande parte a sua realidade de amanhã. Se for de boa qualidade, reunir os elementos necessários em quantidades suficientes, harmônica em sua composição íntima e adequada à sua finalidade, resultará um homem sã em sua estrutura e eficiente em suas atividades. Entre todos os fatores que podem influir sobre a manutenção de tais condições de vigor, nenhum tem tanta importância como o que deriva da boa alimentação.

Não há quadro mórbido, no qual os fenômenos nutritivos não desempenhem um papel importante. O homem precisa selecionar os alimentos de que o seu organismo necessita e que já estão demonstrados pela experiência e pela ciência.

Será preciso que adquira conhecimentos sobre a questão, que infelizmente não estão suficientemente difundidos.

Tanto como aos que podem possuir como àqueles que vivem em dificuldades econômicas, faltam, na maioria das vezes, conhecimentos para escolhê-los segundo os seus valores nutritivos. A sociedade precisa libertar-se dos numerosos enfermos, a que conduz invariavelmente uma alimentação insuficiente ou inadequada. Disto decorre a necessidade de possuir a escola a sua cozinha suficientemente aparelhada para fornecer alimentos sadios aos escolares.

As crianças, aprendendo a conhecer os valores nutritivos dos alimentos, saberão escolhê-los, interessar-se-ão mais pela saúde, cujo índice elas obtêm através da pesagem sistemática. Aprenderão ainda os princípios de higiene alimentar, adquirindo hábitos de boa mastigação, conservação e trato dos dentes etc..

*“O hábito de aprender diretamente da própria vida e fazer com que as condições da vida sejam tais, que todos aprendam o processo de viver, é o produto mais rico que pode a escola alcançar”.*

DEWEY.

## EVOLUÇÃO DO PRÉDIO ESCOLAR

A evolução do prédio escolar é semelhante em todos os países do mundo. De um modo geral nunca se tem adaptado às necessidades reais da educação. Com a organização de governos democráticos é que a função educativa adquire maior dignidade, com a concepção de que a garantia da existência é a cultura do povo.

“Se fizéssemos um estudo comparativo da evolução das construções escolares e dos métodos educativos essa inadaptabilidade se evidenciaria”.

Os primitivos locais obscuros, sem ventilação, improvisados em casas particulares, acanhados para o número de crianças que comportavam, sem as menores condições higiênicas, foram substituídas quasi sem transição, pelas magníficas edificações, que nem sempre satisfaziam as exigências educacionais do momento. Nestas eram observadas pelo menos medidas higiênicas, o que já representava um progresso ante as improvisadas escolas.

Contra elas no entanto ouviram-se vozes autorizadas, sendo repetida a frase de Rousseau, “que a melhor escola era a sombra de uma árvore”.

Decorreu assim até fins do século passado na Suíça, na Alemanha, na França e Inglaterra e mais tarde nos Estados Unidos. Também em importantes cidades espanholas.

\* \* \*

Em São Paulo é também com o alvorecer da República que surge a preocupação com o prédio escolar com o intuito de dar à escola a adaptação que ela exige.

Com a Monarquia, todo o peso da organização escolar estava sob a responsabilidade exclusiva das províncias então pobres. Essa indiferença absoluta pelo problema fundamental do país, permaneceu desde o ato Adicional de 1836, até a sua queda em 1889.

Com a República, embora tratassem do assunto com entusiasmo e ardor, não obtiveram os resultados que se poderiam esperar, pois faltava-lhes o devido conhecimento da questão, recenseamentos prévios e sobretudo as dificuldades sociais, advindas do espantoso crescimento demográfico. Por fim, o que é de maior importância para os educadores, é não terem percebido que ao lado da quantidade não poderiam esquecer principalmente a sua qualidade.

Enormes casarões, cujo aspecto exterior e amplitude de suas salas eram adquiridos na possibilidade de transformá-las em casas de ensino. Disto se conclue que a mentalidade da época considerava somente im-

portante o ensino e não a maneira por que se ensinava, isto é, a disposição do edifício em que a educação se ministrava.

Em 1910 os responsáveis pelo ensino, fizeram sentir até que ponto estávamos atrasados nessa questão e fizeram passar no Congresso do Estado uma lei que uma vez cumprida, veio abrir novos horizontes. Daí o ser espalhada pelo território paulista uma grande quantidade de prédios escolares. Houve infelizmente um intervalo com a mudança de governo nessa magnífica iniciativa que sem dúvida iria colher os melhores frutos.

Somente em 1919, aparece a lei de 18 de Dezembro no sentido da edificação em massa. Esta segunda tentativa, como a outra, destinou-se a não continuidade pelo mesmo motivo da mudança administrativa. Nessa ocasião a repartição de Engenharia Sanitária chegara a publicar um folheto em que se apresentavam tipos de grupos escolares, escolas reunidas etc..

Foi um esplêndido trabalho, mas não foi posto em prática.

Muito se tem feito e maiores são as necessidades que tendem aliás a crescer.

Das tentativas de resolver o problema, sobressaem as de Dr. Amadeu Mendes e a do Dr. Orlando Prado. A do primeiro em 1927, quando diretor Geral da Instrução Pública e a do segundo, em 1928, quando Deputado Estadual.

Foi a última tentativa do período constitucional que precedeu a revolução de 1930. Apesar da brilhante fundamentação do seu projeto não logrou sua transformação em lei.

Em 1933, foi criado em São Paulo um serviço especial de Prédios e Instalações Escolares, composto dos seguintes membros: — um representante do Serviço de Educação e Saúde Escolar; um técnico de educação, um educador de conhecimentos especializados e um engenheiro arquiteto da Secretaria da Viação e Obras Públicas, época em que dirigia o ensino paulista o Dr. Fernando de Azevedo. Ficou designado pelo diretor de ensino uma comissão permanente para dar parecer sobre as condições higiênico-pedagógicas dos prédios escolares a serem construídos, competindo, ainda, a essa administração o preparo de um plano para a solução progressiva desse problema fundamental.

Há quatro anos que os resultados desse Serviço tem-se feito sentir com a numerosa construção de prédios escolares. Poder-se-ia mesmo dizer que São Paulo recuperou um pouco do atraso em que se mantinha, se não fosse o seu extraordinário crescimento demográfico.

Foi também já posta em foco a questão do auxílio pelos particulares que embora muito já tenham feito, o governo a eles nunca se dirigiu.

Não obstante, o magno problema de São Paulo ainda está para ser resolvido, mas dadas as condições de interesse do atual governo é de esperar-se para muito breve a sua solução.

## CONCLUSÃO

São Paulo está intelectualmente preparado para oferecer às suas crianças a educação a que têm direito.

Isto se afirma pela formação de seus técnicos em todos os ramos da ação educativa: professores primários, bibliotecários, instrutores de educação física, nutricionistas, educadores sanitários e outros, faltando somente pô-los em atividade, para que o Brasil tenha a formação do homem de que precisa.

Será necessário, no entanto, que trace com a rapidez dinâmica de que é dotado, as características ineludíveis de uma instituição moderna, adaptando as condições do edifício às exigências pedagógicas. São Paulo terá cumprido a sua mais alta missão: EDUCAR.

### BIBLIOGRAFIA

- JOHN DEWEY — *Vida e Educação* — Tradução e Estudo Preliminar por Dr. Anísio Teixeira. Biblioteca Educação, volume XII. 1930.
- ANTONIO BALLESTEROS Y FERNANDO SÁINS — *Organización Escolar* — Biblioteca Pedagógica. 1934.
- A Edificação Escolar em São Paulo — Publicação da Diretoria Geral do Ensino. 1934.
- J. P. FONTENELLE — *Higiene* — 1932.
- NOEMY DA SILVEIRA RUDOLFER — *Discurso* — Paraninfo da turma de alunos do Curso de Aperfeiçoamento do Inst. de Educação. 1935.
- WILLIAM HEARD KILPATRICK — *Educação para uma civilização em mudança* — Tradução por Noemy Silveira — Biblioteca da Educação, vol. XVIII. 1933.
- W. FERRAZ — *A Biblioteca* — 1940.
- DR. ARTURO LEON LOPES — “*Conciencia*” del alimento — (artigo do n.º extraordinário da revista “*Viva cien Años*” — Buenos Ayres). 1938.
- LOURENÇO FILHO — *Introdução ao estudo da escola nova.*



## CONDIÇÕES HIGIÊNICO-PEDAGÓGICAS DOS PRÉDIOS ESCOLARES

Alunas do 1.<sup>o</sup> ano A do Curso de Formação Profissional da Escola Normal "Padre Anchieta"  
São Paulo

### CONCLUSÕES

*Tais são os resultados das observações por nós realizadas, em 7 prédios escolares de São Paulo, de cujas condições higiênico-pedagógicas, apresentamos o presente relatório e, de cujo estudo, chegamos às seguintes conclusões:*

*I — Os prédios escolares estudados no presente trabalho, apresentam em linhas gerais, boas condições higiênico-pedagógicas.*

*II — Há, no entanto, certos requisitos, ainda falhos, quanto à sua localização, construção, iluminação, ventilação, mobiliário, instalações sanitárias, dependências etc..*

*III — Compete, aos poderes governamentais, o estudo e a realização de um grande plano de modernização dos prédios escolares, por meio da construção de prédios que obedçam seus mínimos detalhes às exigências da Higiêne e da Pedagogia.*

*IV — Resolvido o problema da edificação escolar, poderá, o prédio escolar, melhor adaptar-se às necessidades reais da educação, desempenhando, de maneira integral, a sua função educadora.*

## ASSISTÊNCIA AO ESCOLAR

WENCESLAU DE ARCO E FLEXA

Oficial do Quadro de Professores da Armada Nacional,  
ex-diretor do grupo escolar da CRUZ AZUL, em São Paulo.

I — Data de mais de trinta anos o aparecimento de organizações peri-escolares e atividades correlatas, no aparelho de ensino paulista, surto que não foi coletivo, nem simultâneo, mas fruto apenas de espaçadas iniciativas de professores mais interessados em melhor desempenho das respectivas funções. De sua utilidade, entretanto, muita gente ainda não tomou conhecimento...

As próprias autoridades superiores da instrução só ultimamente sobre elas lançaram suas vistas, para sujeitá-las, aliás, a fiscalização que se fez precisa.

Porisso mesmo, não perderam, até nos dias que correm, o seu caráterístico de "instituições eventuais"...

II — É supérfluo provar a necessidade imprescindível das instituições peri-escolares e das atividades correlatas. Quando bem conduzidas, elas sempre apresentaram ótimos resultados.

Mas dificuldades sérias surpreendem, a cada passo, a quem pretenda incentivá-las.

Diretores e professores, assoberbados aqueles por sobrecarga excessiva de obrigações onímodas, premidos estes, quasi sempre, pela exiguidade dos períodos escolares e pela impropriedade da instalação de suas escolas ou classes, só mediante dedicação invulgar e muito sacrifício, pôdem promover a existência e continuidade de semelhantes organismos.

Daí, a situação desconcertante atual: elas vivem em função exclusiva de efêmeras vontades pessoais...

III — Meréce, porisso, atenção demorada, o problema tendente a generalizá-las e estabilizá-las definitivamente, envolvendo-as nos trabalhos da escola, com ação demarcada, de sorte a aproveitar-lhes a valia inestimável, em prol do pequeno estudante, notadamente no que concerne à saúde deste.

A multidão dos anormais de toda espécie enche os bancos dos estabelecimentos de ensino, num desafio perpétuo aos esforços sem par dos mestres, inspirando, inconciente, a antipatia de pais ignorantes ou pérfidos, para com esses leais servidores da instrução...

Ha total impossibilidade de se lhes proporcionar uma assistência adequada, dentro dos recursos normais do orçamento. Enquanto isso, o peso morto desse magote excêntrico irrita, pertinaz, os algarismos sombrios da estatística, como um atestado clamorosamente injusto, de incapacidade de nosso aparelho educativo!...

Quanto não nos alegraria poder abrandar, ao menos, a impertinente atoarda numérica!...

IV — As organizações peri-escolares e atividades correlatas podem oferecer enormes vantagens à infância das escolas, em geral. É um engano pensar que somente favorecem os doentes e os pobres. Para que se consiga resultado compensador, entretanto, cumpre facultar-lhes justa oportunidade.

De que forma se, ainda hoje, seu aproveitamento é apenas facultativo?

Tornando-as obrigatórias?

Não basta a imposição. Existência, tão só, nada adianta, se proveito certo não houver. E, para haver proveito, só com dedicação expon-tânea singular, improvável, segundo já vimos.

As preciosas instituições ressentem-se de orientação segura, de estímulo; pedem que se lhes fixem novos rumos, dando-lhes sólidas garantias de estabilidade. Vivem isoladas, sem conexão que lhes proporcione o indispensável dinamismo.

V — Eis, pois, o que providenciar:

1.º — Facultar-lhes meios de existência em conjunto, de modo a se ampararem mutuamente;

2.º — Garantir-lhes continuidade de ação, efetividade.

Porque, isoladas, como atualmente, pouco produzem e, sem efetividade, não chegarão jamais a impor-se, a convencer. Ha por aí tanta gente cética!...

Emprestando-lhes esses dois fatores de êxito, conseguiremos generalizá-las e estabilizá-las, livrando-as, por conseguinte, em definitivo, do característico deprimente, de "instituições eventuais".

VI — Temos, portanto, em mãos, dois elementos com que jogar, para resolver o problema: *coexistência* e *efetividade* das organizações.

A equação estabelece-se nestes termos, em que a incógnita representa o *proveito absoluto*:

$$X = \text{COEXISTENCIA} + \text{EFETIVIDADE}$$

isto é: utilização de *todas* as instituições, com garantias de *permanência*. Assim, todos os agrupamentos escolares teriam o *conjunto*, funcionando em *carater definitivo*.

VII — Para o desenvolvimento da fórmula, são, entretanto, precisos dois outros dados: *dinheiro* para manter o grupo de organismos, de vez que, se ha atividades e organizações *produtivas*, também as ha *deficitárias*; e *pessoal* para movimentá-las.

VIII — Preso ao compromisso de mil e uma verbas assás pesadas dos seus orçamentos normais, o Estado não poderá arcar com a responsabilidade exclusiva de mais essa despesa. Por outro lado, aos pais dos alunos, diretamente interessados, não é lícito pedir o numerário equivalente ao gigantesco dispêndio. A cooperação para a indispensável *efetividade*, neste caso, tem que surgir de *fóra*; do *povo*, portanto.

Paralelamente, a escola, pelo esforço único de diretores e professores, não pode, está provado, incumbir-se, ela só, da propulsão e direção de todo o aparelho que assim 'continuará a mercê de vontades discrecionárias, com prejuizo enorme para sua eficiência. De *fóra*, do *povo* ainda, deve partir o concurso preciso para realizar a propugnada *coexistência*.

Podemos, então, operar:

se EFETIVIDADE = ESTADO + POVO

e COEXISTÊNCIA = ESCOLA + POVO

teremos:

X = ESTADO + POVO + ESCOLA + POVO

ou

PROVEITO ABSOLUTO = ESTADO + ESCOLA + 2 x POVO

Logo, o Estado, a escola e o povo, este por ação dupla, podem proporcionar, em colaboração íntima, o funcionamento regular e eficiente do sistema de organizações auxiliares do ensino e atividades correlatas, com *proveito absoluto*.

IX — É o que preconizamos no plano adiante delineado, com a criação dos Serviços de Assistência ao Escolar.

Esses serviços visam a ligação da escola, por meio de seus órgãos auxiliares, a iniciativas externas, exercidas por instituição de larga envergadura, — a Associação de Assistência ao Escolar — a qual agirá paralelamente aos estabelecimentos de ensino, com a dupla função de:

a) cuidar da parte administrativa de todas as organizações peri-escolares e atividades correlatas;

b) providenciar o provimento de recursos concernentes à efetivação de uma integral assistência aos alunos de todas as escolas públicas do município.

Mercê desse trabalho, a par do conjunto aludido, perfeitamente coordenado, haverá, em todos os agrupamentos de escolas, um Centro de Educação Sanitária Escolar, com o objetivo de exercer sobre o estudante a intervenção útil à constatação de suas condições de vida e de saúde, a fim de ajuizar quanto ao auxílio de que o mesmo carecer; proporcionar a instrução geral, no que respeita a hábitos e exercícios de finalidade higiênica; e estender esses ensinamentos aos lares dos alunos, por meio de visitas especiais.

Culminando as atividades do conjunto, instalar-se-á o aparelho especial de assistência integral aos pequenos estudantes na situação de precisarem de cuidados, aparelho que terá, pelo menos, um dispensário e um ambulatório.

A colaboração íntima do Estado e do povo ficará a salvo de qualquer possibilidade de choque; antes se exercerá na mais estreita comunhão de vistas, graças a uma perfeita delimitação dos âmbitos respectivos.

X — A escola, através dos seus órgãos auxiliares, representa em todo o sistema, o agente de ligação geral. Por sua mediação, a associação de assistência exercerá sua tríplice campanha:

a) investigação da necessidade, qualidade e quantidade do auxílio ao estudante e à sua família e pesquisando todos os elementos úteis, a fim de processar, com segurança, a defesa individual ou coletiva, em face de afeções de natureza grave;

b) fazendo a distribuição do socorro aconselhável, dentro de um espírito de rigorosa oportunidade e de total eficiência;

c) promovendo a coleta do numerário preciso para enfrentar seus importantes compromissos.

Ao Estado ficará afeta a missão de custear, em parte e fiscalizar, por interferência de órgão apropriado, o funcionamento do conjunto.

Caberá ao povo, por influência de sua associação, a tarefa de estimular a atividade associativa, em proveito imediato de suas classes menos possuidoras de recursos.

XI — A Associação de Assistência ao Escolar é a total articulação de todas as instituições peri-escolares, com o escopo de prestar ao pequeno estudante uma assistência integral, no que concerne às suas necessidades pessoais, assistência que poderá ser extensiva à família do aluno. Tão grande é a projeção dessa ajuda, que emprestará à nova entidade proporções de instituição beneficente de caráter eminentemente social, cuja influência se infiltrará por todas as classes populares, atingindo em sua ação prestímosa, as camadas necessitadas dos centros urbanos e das zonas rurais.

Organização de origem popular, por excelência, terá ampla liberdade de ação, dentro do seu objetivo, que lhe permitirá até haurir da generosidade pública os recursos de que carecer, na medida do preciso, faculdade que é defesa ao Estado. E nós todos sabemos quanta solididade e espontaneidade sobram aos nossos patrícios, em se tratando de coadjuvar obras de beneficência!

XII — Todo o sistema peri-escolar conjuga-se a um órgão central, a Diretoria dos Serviços de Assistência ao Escolar (D. S. A. E.) mantida pelo Estado.

Suas bases econômicas firmam-se:

- a) nas dotações orçamentárias e outros suprimentos de procedência oficial, da União, do Estado e dos Municípios;
- b) nas dotações particulares;
- c) em rendas eventuais.

A D.S.A.E. exercerá a função propulsora do sistema geral de assistência, orientando e estimulando, pelo uso de instruções adequadas e da distribuição das verbas de que dispuzer, o dinamismo global.

Em cada município, haverá, pelo menos, uma associação de assistência, com administração própria, tendo como orientador e consultor técnico, um professor designado pelo Diretor do Departamento de Educação, por proposta da D.S.A.E., como seu representante direto.

As associações reger-se-ão por estatutos e regulamentos elaborados pela D.S.A.E. e terão dois órgãos diretivos autônomos, em suas respectivas órbitas: a *diretoria* e o *conselho técnico*, aquela, encarregada da parte administrativa e este, incumbido de movimentar as instituições auxiliares da escola, sob a presidência do representante da D. S. A. E..

Os centros de educação sanitária escolar funcionarão anexos aos agrupamentos de escolas e ficarão a cargo de educadoras sanitárias, sujeitas diretamente às repartições chefes.

As clínicas, autônomas também, mas sujeitas às respectivas repartições chefes, serão dirigidas por médicos de preferência dos quadros oficiais, designados em comissão, sem prejuízo das funções efetivas, ou afastados destas, a critério do Govrno, quando os trabalhos o exigirem.

XIII — Por atuação das associações, terão os escolares:

- a) *assistência direta*, material, dentária e médico-cirúrgica;
- b) *assistência intelectual*, nas bibliotecas, museu, em palestras, cursos de emergência e bolsas de estudos;
- c) *diversões*, por meio de excursões, festas, cinema, rádio, campos de jôgos (play-grounds);
- d) *proveito econômico*, graças às cooperativas, às oficinas vocacionais e clubes agrícolas;
- e) *proveito físico*, mercê das sopas e lanches, de jôgos apropriados, de exercícios especializados, das colônias de férias;
- f) *proveito moral*, pela convicção de que as próprias contribuições não beneficiam unicamente a terceiros e pela diminuição da possibilidade do mau aproveitamento das horas de lazer.

XIV — A cobertura dos gastos com todas essas modalidades de socorro será efetuada com o concurso:

- a) das caixas escolares;
- b) do cinema educativo;
- c) das cooperativas;
- d) dos clubes agrícolas;
- e) das oficinas vocacionais;
- f) das associações de pais e mestres;
- g) de festividades escolares;
- h) de festas públicas;
- i) de doações particulares diretas;
- j) de verbas oriundas da D.S.A.E.;
- k) de contribuições de sócios.

A importância dos recursos e arrecadar fica sempre em função das necessidades, à semelhança do que ocorre nas sociedades de feição religiosa, pela improvisação de festas públicas, *kermesses*, espetáculos beneficentes, donativos comerciais etc.

Essa faculdade é que investe o aparelho aqui preconizado das garantias de êxito completo, seja embora crença geral que as despesas subam a quantias assustadoras...

A assistência ao escolar, segundo propomos, não impõe a inversão descomunal de numerário exagerado, numa aventura financeira de resultados duvidosos. Ela intervem, precisamente, protegida sempre por seguras condições econômicas.

Exemplifiquemos: sobrevem a necessidade da instalação de um laboratório em qualquer das associações. Os fundos em caixa não permitem a aquisição dos aparelhos. Nem ha possibilidade de se conseguir verba, dentro dos meios ordinários. A associação improvisa, então, um torneio esportivo, uma *kermesse*, um espetáculo; solicita o apoio do comércio e de particulares e, com essas providências, tenta levantar o montante das despesas orçadas. Se o conseguir, adquire e instala o laboratório; se obtiver apenas uma parte do dinheiro, realiza também parcialmente, a instalação em apreço, guardando-se par totalizá-la em ocasião menos advérsa.

Nenhuma despesa imprecindível e inadiável é exagerada.  
Não se deixa morrer o enfermo, à mingua de remédios, porque estes são caros...

XV — Para realização de uma grande parte dos serviços de assistência ao escolar, conta o Estado com um preciosíssimo cabedal, constituído por várias instituições em funcionamento; pelo quadro numeroso das educadoras sanitárias e por professoras com esse curso especializado; pelos gabinetes dentários, existentes em muitos estabelecimentos de ensino; pelas clínicas da capital, excelente padrão por que se organizaram as de outras cidades; pelos centros de saúde. A utilização de todo esse acervo científico especial e de ainda outros recursos porventura existentes, concorrerá para diminuir a quota de seus compromissos para com a obra a que se destina. De sorte que o aumento das despesas oficiais não chegará a causar receios, quanto ao tamanho de suas cifras!

XVI — Mesmo para os serviços públicos relativos à instrução e à higiene, de enorme utilidade será a maior projeção que a assistência ao escolar venha a alcançar, notadamente no meio rural, com as possibilidades seguintes:

- a) localização mais fácil e precisa dos agrupamentos de população infantil, em idade escolar;
- b) maior facilidade de fixação do professor rural, pelo oferecimento de melhores condições de conforto e estabilidade;
- c) aumento da capacidade de aprendizagem do aluno, — com valorização, portanto, das verbas do ensino, — pelo auxílio constante, em prol de sua saúde;
- d) educação sanitária das populações rurais, através das lições das educadoras sanitárias aos alunos das escolas de bairro;
- e) melhoria considerável dos hábitos eugênicos do campônio, pela interferência educativa que visar induz-os a boas práticas higiênicas e a combater as endemias;
- f) colaboração inestimável com as autoridades sanitárias, para a localização de focos epidêmicos ou de moléstias transmissíveis;
- g) diminuição sensível do efeito das doenças para cuja evolução a escola concorre.

XIV — Pelo exposto, podemos enunciar as seguintes

## CONCLUSÕES

1 — As organizações peri-escolares e atividades correlatas são necessárias, como auxílio imprescindível, ao ensino e à saúde do escolar.

2 — As organizações peri-escolares e atividades correlatas precisam existir em conjunto sistemático, a fim de produzirem proveito absoluto.

3 — O Estado, embora sujeito a essa obrigação, não pode prover a efetividade das organizações peri-escolares, sem o concurso direto do povo.

4 — A escola, sem a coadjuvação do povo, não pode promover a existência dos órgãos peri-escolares e atividades correlatas, em conjunto.

5 — A ligação dos poderes públicos à população, por intermédio da escola, é o processo capaz de patrocinar a dupla colaboração popular, necessária à coexistência permanente das organizações peri-escolares e atividades correlatas.

6 — A Associação de Assistência ao Escolar, sob o patrocínio da Diretoria dos Serviços de Assistência ao Escolar, mantida pelo Governo, garante plenamente o funcionamento do aparelho de assistência ao pequeno estudante.

7 — Pela articulação perfeita de seus elementos, a Associação de Assistência ao Escolar encontra facilidade em obter os recursos necessários à maior extensão dos benefícios a que se propõe, sem outros onus para o Estado.

8 — Com a utilização de serviços e recursos já existentes, os encargos do Estado, nos trabalhos de assistência ao escolar, reduzem-se a cifras relativamente diminutas.

9 — O escolar, particularmente nas zonas rurais, em face de uma assistência efetiva, material, intelectual e física, facilita a ministração do ensino e acusa sensível melhoria de saúde.

10 — A continuidade da ação educativa do escolar contribue para a aquisição de hábitos eugênicos por parte das populações que melhoram, assim, as próprias condições de saúde.

11 — A assistência permanente ao pequeno estudante pode auxiliar consideravelmente o Departamento de Educação, numa distribuição melhor do ensino, especialmente nas zonas rurais.

12 — O trabalho metodizado de investigação e pesquisa das educadoras sanitárias constitue inestimável colaboração, no descobrimento de focos epidêmicos ou de moléstias transmissíveis.

13 — O APROVEITAMENTO SISTEMÁTICO DAS ORGANIZAÇÕES PERI-ESCOLARES E ATIVIDADES CORRELATAS, FINALMENTE, IMPÕE-SE COMO UM MÉTODO RACIONAL DE PROMOVER A SAÚDE DO ESCOLAR E DE SUA FAMÍLIA.

## FICHA DENTÁRIA DE TRATAMENTO E DE IDENTIFICAÇÃO DOS ESCOLARES

VICENTE CESAR

Dentista escolar da I. G. S. D. E.

Lentamente, mas em contínua ascensão, forma-se o papel do dentista na obra de cooperar para preservar a saúde dos escolares. Para isso, muito tem contribuído a perfeita organização técnica da Inspeção Geral do Serviço Dentário Escolar, sabiamente dirigida pelo dr. Guilherme de Oliveira Gomes que, como chefe dedicado, não poupa esforços para conseguir o melhoramento contínuo desse Serviço. A eficiência do trabalho odontológico é cabalmente demonstrado pela ficha-dentária individual, adotada pela I. G. do Serviço Dentário Escolar, cuja estenografia dentária anualmente se amplifica, para o registro das várias modalidades de diagnóstico e de tratamento.

Nessa ficha poderíamos reservar uma parte para a identificação física dos alunos, como complemento dos serviços clínicos, formando-se, desse modo a ficha única de tratamento e de identificação, cujo modelo apresentamos mais adiante.

Esse trabalho de identificação, de grande valor, não tomaria tempo nem causaria despesas, pois o odontopediatra, após o exame estomatológico dos escolares, poderia observar, por meio do estomatoscópio, as papilas palatinas e facilmente organizar a parte de identificação da ficha pelo método *rugoscópico palatino*.

Estaria, pensamos, resolvido, em parte pelo menos, o problema de identificação escolar, preconizado pelo Congresso Nacional de Identificação de junho de 1934. Apenas, a identificação seria feita de maneira lenta, à medida que os alunos fossem passando pelo gabinete dentário. Essa identificação é de notável valor, porque as eminências palatinas apresentam, como as papilas digitais, os elementos indispensáveis à identidade do indivíduo.

Devemos tão notável método de identificação ao grande odontologista prof. Luiz Silva, cujos trabalhos são reconhecidos no país e também além das nossas fronteiras. De longe chegam até nós os ecos de louvores e de reconhecimentos ao insigne professor Luiz Silva, que muito tem trabalhado para a grandeza da missão social do dentista.

O problema de identificação escolar, dada a sua importância, figura entre as conclusões do Congresso Nacional de Identificação, de junho de 1934, com a redação seguinte:

“O Congresso sugere ao Governo a necessidade de se tornar obrigatória a identificação dos escolares, para a admissão à matrícula em cursos primários nos lugares onde houver serviço de identificação”.

Ora, lendo-se atentamente a conclusão dos congressistas, notamos logo as numerosas dificuldades por eles enfrentadas para resolverem a redação acima. O trabalho de identificação pelo processo usado, só poderia ser feito onde houvesse serviço de identificação, ou teria o Governo de criar novos centros para esse serviço.

Adotado que fosse o método da ficha Rugoscópica palatina, em numerosos grupos escolares da Capital e do interior, tal serviço, como acima dissemos, seria feito juntamente com o exame estomatológico. E em pouco tempo, ou em alguns anos, todos os alunos estariam identificados, sem atropelo e sem as dificuldades que acarretariam se se tornasse obrigatória a identificação dos candidatos, para admissão à matrícula em curso primário.

Julgamos, pois pelo que em linhas gerais expusemos, ser possível adotar o sistema ideado pelo professor Luiz Silva e que competeria aos dentistas escolares tal trabalho.

Na "Ficha Rugoscópico-Palatina" — Sistema Luiz Silva", as papilas estão divididas em simples e compostas. Estas resultam da combinação de papilas simples.

As eminências palatinas simples, em número de seis, são representadas na ficha pelo algarismo correspondente, da maneira seguinte:

<i>reta</i>	— 1	.....
<i>curva</i>	— 2	.....
<i>angular</i>	— 3	.....
<i>circular</i>	— 4	.....
<i>sinuosa</i>	— 5	.....
<i>ponto</i>	— 6	.....

As papilas palatinas compostas serão marcadas pela reunião dos algarismos que formam as papilas simples.

A ficha em apreço pode começar por qualquer algarismo. Exemplo — Sendo a primeira papila uma linha sinuosa, a ficha começará pelo algarismo 5. Quando na mesma ficha encontrarmos papilas seguidas, essas serão separadas por um traço. Exemplo — na mesma linha encontramos duas papilas retas seguidas: 1 — 1. Outro exemplo: Na mesma linha encontramos um ponto, uma curva, e mais um ponto: 6 — 2 — 6. As papilas encontradas dentro de outra devem ficar entreparêntesis na ficha. Exemplo: encontramos uma papila composta formada por uma sinuosa e um ponto, estando este ponto dentro de uma curva: 52 (6). Outro exemplo: uma papila formada por uma reta dentro de uma angular: (1)3. Representamos por "Fração" figuras compostas com inclinação para a direita ou para esquerda, ou dirigidas para cima ou para baixo. Exemplo: papila formada por uma sinuosa, tendo em cada extremidade uma linha reta dirigida uma para

1

cima e outra para baixo: 5 — outro exemplo: Papila réta tendo em

1

cada extremidade uma linha sinuosa, dirigidas ambas para cima:  $\frac{55}{1}$

5 5

1

É tão engenhoso o dispositivo dos números na ficha ideada pelo prof. Luiz Silva, que uma "Fração" apresenta a morfologia da papila palatina.

A papila palatina mediana, também denominada *rafe* (Raphe), apresenta as quatro espécies: SIMPLES, na ficha representada por S, quando é uma eminência sem prolongamento; CURTA, na ficha representada por C, quando o seu prolongamento não vai além de uma linha imaginária, que atinge as faces distais do canino direito e do esquerdo; MÉDIA, na ficha marcada por M, quando seu prolongamento pode somente atingir a linha que passa pelas faces distais dos segundos premolares; LONGA, anotada na ficha por um L, quando seu prolongamento vai além da linha transversa que passa pelas faces distais dos segundos premolares.

O rafe pode apresentar particularidades, que na ficha, serão representadas do seguinte modo:

Com dupla prolongação .....	d
Com prolongação independente à direita ....	id
Com prolongação independente à esquerda ..	ie
Com prolongação unida à direita .....	ud
Com prolongação unida à esquerda .....	ue

As marcações dessas particularidades devem ser feitas juntamente com a anotação normal: S ou C, ou M ou L. Exemplo — Se encontramos um rafe longo, com um prolongamento independente à direita, anotaremos na ficha deste modo: Lid.

Notemos que se coloca a letra "u" junto de uma papila para representar que ela está unida ao pseudo prolongamento do rafe.

Cuidou o prof. Luiz Silva de organizar um método perfeito de arquivamento, que permite encontrar a ficha procurada com toda rapidez.

Para arquivar uma ficha temos que "decompor o rugograma" pela contagem de linhas simples. Exemplo: Da aplicação das regras resultou o seguinte rugograma:

	L	
	13	6-2
	21	5
	6-12	1 1
	5	35
	6-5	(6)31

que decomposta resultou:

<i>do lado direito</i>	<i>do lado esquerdo</i>		
papilas retas .....	3	papilas retas .....	3
papilas curvas .....	2	papilas curvas .....	1
papilas angulares .....	1	papilas angulares .....	2
papilas circulares .....	2	papilas circulares .....	2
papilas sinuosas .....	2	papilas sinuosas .....	2
papilas pontos .....	2	papilas pontos .....	2

Do lado direito do rugograma formou-se o número 32.122, e do esquerdo o número 31.222. Somando-se esses números temos: 63.344. Este rugograma possui do lado direito 5 linhas papilares e do esquerdo, 4, que somados dão 9.

O rugograma será arquivado com a soma obtida pela contagem das linhas simples decompostas, acompanhada pela soma das papilas não decompostas, separadas por um traço. O número do arquivamento será, portanto, 63.344-9.

Eis, em suas linhas mestras, a Ficha Rugoscópica Palatina — Sistema Luiz Silva, que possui as qualidades de uma classificação ideal.

A Ficha de Tratamento e de Identificação será arquivada pelo método seguido na I. G. S. D. Escolar. É necessário, para a parte de identificação dessa ficha, o emprego de uma contra-ficha, com o número correspondente ao arquivo rugoscópico e o nome do escolar. Quando necessitarmos da ficha, para fins de identificação, facilmente a encontraremos, guiados pela contra-ficha.

### CONCLUSÃO

O dentista escolar anualmente organizará a "Ficha de Tratamento e de Identificação" das crianças matriculadas no 1.º ano. Julgamos, do maior interesse, que a referida ficha acompanhe o aluno no decorrer da sua vida escolar. Desse modo, a riqueza de particularidades odontológicas acumuladas, ano a ano, terão grande valor, não só sob o ponto de vista odontoclínico, como também de identificação. Terminada a vida escolar do aluno, o dentista enviará uma cópia da referida ficha para o arquivo da Inspeção Geral do Serviço Dentário Escolar.

G O I O E  
E P H E

## INSTITUIÇÕES PERI-ESCOLARES

PROF. PAULO SOMMEWEND

S. Paulo

*"A primeira e a mais respeitavel de todas as artes é a agricultura"* — J. J. ROUSSEAU — Emilio.

Não é preciso ser observador arguto para, viajando pelo nosso interior, notar a falta de hortas. Ao lado das habitações rurais, quando muito há: hotelã, pimenta, losna, herva doce ou outras plantas próprias para mezinhas. Nas vilas e cidades, o fato é idêntico. Há exceções, raras, bem raras.

Constitue lugar comum, afirmar que somos uma nação essencialmente agrícola. Oliveira Viana, em sua obra "Evolução do povo brasileiro" afirma ter sido: "essa ausência de riqueza organizada, essa falta de base para uma organização puramente comercial, é que levou os peninsulares, para aqui transportados a se dedicarem à exploração agrícola".

Somos de fato agricultores, mas com poucos conhecimentos de agronomia, pois a rotina ainda impera de maneira sensível nos meios de produção. É reduzido o número de agrônomos que possuímos. É curioso notar que aqueles que plantam feijão, milho, arroz etc., não deem atenção às hortas. É também curioso por outro lado, pois descendemos do português, conhecido por todos, como zeloso amigo delas. Qual é a causa? Preguiça? Falta de instrução? Aversão aos trabalhos manuais? Talvez não haja causa e sim causas. Primeiramente, o *desconhecimento do valor* representado por uma horta. Se vissem nela uma segunda despesa e soubessem o valor que as verduras possuem para a saúde, certamente sua conduta seria bem diversa. A preguiça, apontada por muitos, será antes uma causa secundária, porque é esse preguiçoso que labuta de sol a sol em suas roças, e o trabalho exigido por uma horta é mínimo em relação ao outro. A *instabilidade* dos camaradas também seria outra causa. Sem moradia estavel, uma vez que procuram sempre melhores condições de vida, não é de estranhar-se o fato de cuidarem dos proventos próximos. Pouco seriam os que procederiam como o velho da lição de leitura...

Nossa gente é avessa ao consumo de verduras. Na roça não comem verdura, porque não estão habituados, não estão habituados, porque não conhecem, não conhecem, porque não há, não há, porque não plantam. Um verdadeiro círculo. Poderíamos apontar as poucas verduras consumidas na roça: serralha (nativa), cambuquira (broto de abóbora) e couve. O mais é desconhecido e, portanto, desusado.

E nossas escolas o que tem feito? Quantas hortas se teem visto ao seu lado? Poucas, bem poucas. Ela está numa concordância perfeita com o meio, é bem o reflexo dele. A escola ainda continua a ser para muitos: uma sala, carteira, alunos, programa, exame e promoção...

Não é nosso intuito abordar o debatido problema da educação rural. Fernando de Azevedo, Sud Menucci, Renato Sêneca Fleury e outros, já o fizeram com proficiência. Nossa intenção é bem mais modesta — mostrar as possibilidades da instalação de uma horta e as vantagens que disso decorrem. Contudo, não podendo deixar de citar um pequeno trecho de Fernando de Azevedo (O problema da educação rural — Conferência pronunciada no Rio de Janeiro a 17 de agosto de 1933): “O professor da escola rural não pode, de fato, desenvolver os seus melhores esforços enquanto não sentir, de um lado, identificado com os ideais e as necessidades rurais, e de outro, um residente senão permanente, ao menos por um período bastante longo para lhe permitir constatar e colher os resultados de sua ação”.

O professor Almeida Junior, numa concisão romana, diz: “A escola não convem ao professor e o professor não convem à escola”.

### AS VANTAGENS DAS HORTAS

Lucraria a escola em possuir uma horta? As vantagens saltam aos olhos. Vejamos:

#### 1.º) MORAIS:

- a) *Cooperação* — Não recomenda a pedagogia o trabalho por grupos? Eis boa oportunidade para aplicação: um objetivo único que pode ser atingido pelo esforço de muitos;
- b) Amor ao trabalho;
- c) Desenvolve a iniciativa, o zelo, a perseverança;
- d) Dá satisfação à criança, porque vê que é capaz de produzir alguma coisa útil. O êxito obtido lhe redobrá as energias.

#### 2.º) HIGIÊNICAS:

- a) Trabalho ao ar livre. Pelos movimentos que executa e pelas variadas posições que toma, desenvolve os músculos;
- b) Favorece a aquisição do hábito sadio de consumir verduras.

#### 3.º) ESCOLARES:

- a) Valoriza a escola, que deixa de ser meramente alfabetizadora;
- b) Constitue excelente campo de observação;
- c) Fornece material e ocasião para aulas práticas.

Percebemos melhor as vantagens escolares, se consultarmos o programa em uso nas escolas. Assim temos para o 1.º ano — Lições de coisas: ponto número 2: Feijão, arroz e milho. Batata e fécula. Mandioca e farinha.

5 — Os insetos nocivos.

10 — A folha, a flor e a raiz.

2.º ano — Geografia:

8 — Animais úteis e nocivos.

9 — Observações sobre a germinação do milho e do feijão. Partes, de uma flor do jardim. A flor e o fruto. Utilidade dos vegetais.

3.º ano — Ciências físicas e naturais:

1 — Conselhos higiênicos sobre alimentação.

4 — Animais nocivos e perigosos; meios de os evitar e extinguir.

6 — Idéia geral sobre a germinação: causas que a favorecem e a prejudicam. Diversos processos para a reprodução artificial dos vegetais: estaca, mergulha e enxertia.

Muita coisa desses itens poderá ser ensinada sem a horta, mas com o auxílio dela, melhores seriam os resultados. Não seria descabido, por exemplo, que, num determinado dia, sob a orientação do professor, os alunos com o material da horta preparassem os alimentos para uma merenda. Ficaria mal satisfeita a mãe (geralmente pobre) que visse seu filho voltar da escola sobraçando verduras?

Se as vantagens são tantas, porque o número delas é tão reduzido em nossas escolas? Haverá tantas dificuldades? Todos sabem, por exemplo, das vantagens que aufeririam com gramas de radio, no entretanto, não as possuem, em virtude das dificuldades em obtê-los. Com as hortas tal não acontece, há vantagens e facilidades. É o que iremos demonstrar. Vejamos, primeiramente, as dificuldades, que comumente são apontadas:

1) *A hora do trabalho* — Será o trabalho executado dentro ou fora do horário? Sendo dentro do horário, *poderá prejudicar o desenvolvimento do programa*, no fim do ano há exames de aritmética, leitura, linguagem e não de hortas. Se não for possível o trabalho extra-horário, não vemos inconveniente em ser ocupado com esse mister uma parcela do tempo escolar. Esse prejuízo, essa redução do tempo, será mais que compensada. Além do mais, precisa-se de mais tempo no início da horta, depois menos, como é natural.

2) *Má vontade dos alunos influenciados pelos pais* — É natural que isso aconteça e não deverá constituir impecilho para nossa ação, seja, ao contrário, um incentivo. Se assim procedem, não será por maldade e sim por incompreensão. A “escola é para aprender a ler e escrever e não para trabalhar”, respondamos com visitas diplomáticas à casa do pai do aluno. Isso redundará em melhores resultados que nossos lamentos e desânimos. Com habilidade e bondade, muito conseguiremos dos nossos patrícios. Seria essa má vontade, tão geral, a ponto de não contarmos nem com um reduzido número de alunos?

3) *Falta de espaço* — É uma dificuldade real para a maioria dos grupos escolares. Uma porcentagem elevada de prédios escolares não possui espaço suficiente, dentre muitos, citaremos; G. E. de Fatura, Santa Cruz do Rio Pardo, Água da Rosa, ex-Aparecida de S. Manuel, onde as terras são de custo baixíssimo etc.. Mesmos certos grupos de *construção recente*, não fogem à regra, o G. E. de Ourinhos, de Bernardino de Campos e o de Laranjal. As áreas são insuficientes, mas, como é nosso costume, criar problemas para resolvê-los, o fato não deve causar admiração...

### Facilidades:

1) Se a terceira dificuldade é um fato incontestável para a cidade, não o é para a maioria de nossas escolas rurais. Terras temos em excesso. Muitas escolas possuem uma área considerável para a escola, tais como as de Bastos, as da Colônia Japonesa de Sete Barras etc..

2) *O material* — Necessitamos de uma cerca? Temos o bambú, a embaúba partida ao meio, madeira branca não falta em nossas matas. Falta-nos o arame, possuímos o cipó, a embira. E o adubo? Aproveitemos o lixo da escola, as matérias orgânicas etc.. E as sementes? Se não arranjarmos de graça, não custa comprá-las. Não gastam mais, muito mais de seus minguados vencimentos, os colegas, na aquisição de outros materiais? Com um décimo desse gasto teríamos sementes de sobra. E as enxadas, as foices? Não é preciso adquiri-las, as crianças trarão. A produção da horta não está em função da beleza de suas cercas...

### CONCLUSÕES

1) *Julgamos necessária uma conjugação de esforços entre as secretarias da Agricultura e Educação e Saúde Pública.* Os técnicos da primeira nos forneceriam os ensinamentos. O Departamento do Fomento de Produção Vegetal tem publicado ótimos folhetos sobre adubação, rodízio de culturas, combate às pragas etc., pois bem, nunca encontramos tal material em nossas escolas. A elas é que deveriam ser distribuídos, fariam parte do material escolar e constariam do próprio livro de inventário. Removido o professor, lá ficariam as publicações para o uso do substituto.

2) Enquanto outras medidas de caráter rural não forem tomadas, poderíamos utilizar as hortas, tendo em vista as suas vantagens. *É mister um plano delineado calculadamente* pelos nossos dirigentes.

3) *A instabilidade do professor não constitui obstáculo à instalação das hortas.* O mesmo zelo que se exige para com a classe, deveria ser exigido para com as hortas. Que importa que o professor passe as férias fora ou seja removido, seu trabalho não teria sido improficuo, o substituto que *terá o dever* de continuá-lo, terá mais facilidades. Se o substituto continua o *ensino* de seu antecessor, porque não poderá fazer o mesmo com as hortas?

Que um plano prático seja estudado. Os quadros do magistério aí estão para cumprir as determinações. O professorado paulista mais uma vez estará a postos, disposto a todos os sacrifícios.

## CENTRO DE SAUDE INFANTIL COM FINALIDADE EUGÊNICA, ANEXO ÀS ESCOLAS NORMAIS

DR. PEDRO CESAR SAMPAIO

Prof. de Biologia da E. N. Oficial de S. Cruz Rio Pardo — S. Paulo

Irmanado também com o inadiável, salutar e patriótico desejo de contribuir na solução do problema da SAUDE INFANTIL, que é a causa primordial do Brasil, venho apresentar-vos esta despreziosa sugestão, dentre as inúmeras, nesse mesmo assunto, em boa hora aventiladas.

Ciente de que na questão de saúde em nosso País, em todas as classes, há necessidade de uma bem conduzida assistência médica, estou também convencido de que em correlação a essa, é inadiável e imprescindível uma orientação preventiva, uma instrução tenaz e paciente, de acordo com o nível cultural de nosso povo; eficiente, devido à suas necessidades prementes; salvadora, dado o prejuízo irreparável, que a nossa gente já vai sentindo.

Deve já causar preocupação o despenhadeiro mórbido, que tão depressa se nos avizinha, pois, não se trata mais do indivíduo e sim da raça, em que todas as deficiências se refletem, tornando-se então, um dever precípua, que todos contribuam para sanear o brasileiro, apontando qualquer prática preventiva, para torná-lo o feliz, num futuro bem próximo.

Não sei se como um dos primeiros, há tres anos atrás, fundei nesta Escola Normal o "Centro de Alimentação Racional Dr. Alvaro Guião", dando a esse patrono a justa homenagem de nossa admiração, pelos inestimáveis serviços à causa da instrução, tendo sido por nós guardadas do mesmo, as mais encorajadoras palavras de estímulo e de agradecimento.

Se houve durante esses anos, para as diretorias deste Centro, formado tão somente de professorandos, qualquer mostra de desfalecimento, essa é justificável pela exiguidade de tempo ao Curso Profissional de Formação de Professor (sugestões aos programas — Outubro de 1939 e Novembro de 1940), e aos poucos recursos, para a impressão de conselho nessa finalidade, a serem distribuídos, principalmente na zona rural.

As preleções, conferências públicas para a educação das mães, o ensino de uma alimentação apropriada para os filhos, as visitas aos lares, num estreitamento de laços entre a família e o professor, que ali ensina a criança a comer convenientemente e a mãe a preparar e escolher os alimentos racionais, mostrando ao mesmo tempo os prejuízos decorrentes das perturbações alimentares, ainda é pouco, sendo apenas uma das finalidades do nosso "Centro de Alimentação Racional".

Hoje, nesse Conclave de benemeritos da infância do Brasil, empenhados todos nessa Cruzada Saneadora, numa convicção perfeita de

que a escola ativa é frequentada por crianças sadias, apresento minha modesta sugestão, para nas obras peri-escolares ser instituído um Centro de Saude Infantil com finalidade eugênica, em toda a Escola Normal.

Esse Centro anexo às Escolas Normais, seria por sua finalidade junto à criança e aos pais, um campo de aprendizagem prática de que tanto precisa o professor moderno em nosso País.

A medicina possui seus hospitais de clínicas diversas; o direito, a engenharia, a agronomia têm seus departamentos, seus campos de experimentação, para a indispensável aprendizagem. O professor tal não possui. A prática do ensino que servia para o século da escola, não é o bastante para o século do escolar, onde a educação é saude publica, física e mental do individuo em crescimento.

O Centro de Saude Infantil como anexo das Escolas Normais, alem de ser um recinto de instrução sempre aberto ao povo, visando principalmente acobertar a criança, quer na primeira infância, na fase pre-escolar, e escolar amparando-o por preceitos sadios de tudo que possa diminuir seu estado eugênico, seria para o professor não somente o campo de aprendizagem consciente, mas tambem um meio facil de interessá-la ainda mais à causa da educação infantil.

Ali, pelo convívio, pelo exercício diário, aprendendo, vendo e fazendo, o futuro professor compreenderá melhor como exercer sua bendita profissão na Escola Nova, tornando-se para o Estado, pelo hábito, pela prática e pela ciência, um precioso elemento de rápida seleção e aperfeiçoamento sadio do filho do povo, numa noção perfeita de instruir para construir.

E esse desideratum com pequenos gastos se conseguirá.

### SUGESTÕES

I — Creação de um Centro de Saude Infantil com finalidade eugênica, anexo a toda a Escola Normal, sob a orientação do professor de Biologia.

.. II — Todos os serviços de finalidade do Centro, serão executados por professorandos ou professores que o quizerem, sob a chefia de uma Educadora Sanitária, designada e nomeada para a Escola Normal.

III — Essa Educadora Sanitária desempenhará tambem o cargo de Assistente ou Preparadora da Cadeira de Biologia de que tem tanta necessidade.

IV — Esse Centro será acessível, principalmente aos pobres e terá a maior divulgação na zona rural.

V — As demais sugestões terão finalidades decorrentes das primeiras.

## CAIXAS ESCOLARES

Contribuição da Escola Profissional Feminina "Aurelino Leal", de Niterói, ao Primeiro Congresso de Saúde Escolar, pela diretora, profa. MARIA PEREIRA DAS NEVES.

Não saberemos bastante louvar o valor educativo das Caixas Escolares, as funções múltiplas que pôde exercer na vida escolar, os vários aspectos em que se enquadra já como serviço de assistência material ao aluno e fator de educação social e econômica, já como laço de estreitamento entre a família e a escola, objetivo de suma importância na obra educativa.

Tomamos por isso a liberdade de trazer ao conhecimento dos snrs. Congressistas, em linhas gerais, o plano atual da nossa C. S. E., resultado de esforços, tentativas e observações de alguns aspectos de suas atividades.

Nas caixas escolares, de modo geral, há três coisas principais a considerar:

- a) como provê-las dos necessários fundos;
- b) como manter o interesse geral em torno de suas atividades;
- c) a quem devem beneficiar.

Na concepção que temos de Caixas Escolares procuramos solucionar os problemas acima do seguinte modo:

- a) todos os alunos são obrigatoriamente sócios cooperadores;
- b) a caixa escolar aparece como cooperadora em todas as horas da vida escolar, embora seu primeiro escopo seja assistir, discretamente, os alunos necessitados.

- c) beneficiando em qualquer circunstância os discentes comprovadamente pobres e estendendo seus favores a todos os sócios, de qualquer categoria.

Procuramos resolver os itens a, b e c, respetivamente, fazendo com que todos os alunos e professores sejam sócios da C. S. E.. Aqueles que não podem contribuir com a mensalidade estipulada, contribuirão com um trabalhinho escolar que será vendido; com um livro para a biblioteca; um livro usado no ano anterior que o aluno promovido pode dar a outro discente; qualquer coisa enfim que, se não corresponde a importância da mensalidade, tem entretanto o valor material de uma contribuição e, moral, de uma colaboração;

- b) procuramos manter o interesse em torno da C. S. E. apresentando balanços mensais; favorecendo com assistência dentária e, em dias de festa, merendas supletivas para todos; recursos para excursões recreativas e pedagógicas, sorteando, de quando em vez um objeto, preferivelmente para uso escolar, entre as diversas turmas; adquirindo prêmios para competições esportivas internas; distribuindo, como fizemos no ano p. p., emblemas da escola e, este ano, aventais para serviços domésticos, um benefício em que todos têm a sua parte;

c) a C. S. E. assiste de modo especial as alunas reconhecida-mente necessitadas, estendendo por vezes seus benefícios até o próprio lar onde procura resolver situações aflitivas; mas beneficia também a todos os discentes com os favores acima referidos no item b, pequenos empréstimos etc.; a todos os docentes por intermédio da “biblioteca do mestre” que cada ano se enriquece com alguns volumes; as ex-alunas com uma agência de informações para encomenda de trabalhos; biblioteca e, em casos muito especiais, assistência dentária e os sócios estranhos, brindando-os com o sorteio anual de um objeto de utilidade e arte, executado na escola.

Dentro desse plano demos à nossa caixa a designação de “Caixa de Solidariedade Escolar”, procurando afastar todo o conceito de uma caixa de esmolas e imprimindo-lhe um aspecto de assistência recíproca. Por exemplo: uma aluna carece de um par de óculos — e muitos são os casos em que custam 60\$000 e, às vezes, mais. Sócia da caixa tem os seus óculos imediatamente. Realmente a sua contribuição não corresponde ao valor do material do objeto recebido, mas, obteve-o com o resultado de um esforço de que foi colaboradora.

Outras vezes, a dificuldade da discente é acidental: — uma doença em casa, um contratempo econômico na família etc.; em tais circunstâncias a C. S. E. auxilia com o necessário para que a aluna não deixe a frequência às aulas e, restabelecido o desequilíbrio financeiro, a caixa é reembolsada, em pequenas parcelas (casos raros, mas, já verificados). Em outras circunstâncias não interessa a aluna custear um determinado trabalho do programa, um chapéu, por exemplo, na oficina de modas; a C. S. E. fornece o material necessário — põe o trabalho à venda e, se há lucro, a aluna tem a sua parte recolhida na Escola na “Caixa de pequenas economias” de onde ela a retirará quando terminar o curso, ou em caso muito especial, com autorização, porém, dos pais e da diretoria da Caixa.

Para desenvolver o programa traçado são objetivos da C. S. E.:

- a) uma cooperativa de consumo para uso exclusivo das alunas e professoras (material didático);
- b) uma cooperativa de produção manufatora de trabalhos, por alunas e ex-alunas;
- c) uma seção de informações para facilitar o trabalho das alunas e ex-alunas;
- d) uma “caixa de pequenas economias” para mínimos depósitos e adiantamentos às alunas;
- e) uma caixa de auxílios para merendas supletivas quando o estado de saúde exija alimentação especial; livros, objetos de estudo para as comprovadamente necessitadas;
- f) manter o serviço de assistência dentária para todas as alunas, e médico a domicílio, quando for mister, nos termos do item e;
- g) assistir, em casos excepcionais, a aluna, mesmo em domicílio;
- h) facilitar às alunas, fisicamente débeis, as colônias de férias, auxiliando-as no que for necessário;
- i) promover excursões educativas e contribuir para o brilhantismo das festas cívico-escolares e para o grêmio literário-esportivo.

O pensamento que orienta todas essas atividades é o desejo de desenvolver o espírito de solidariedade e cooperativismo e laborar na formação econômica da adolescente.

As diversas atividades se distribuem em secções e sub-secções, cada uma sob a responsabilidade de dois membros — uma professora, aluna, ex-aluna ou um pai, — segundo as suas finalidades, e subordinadas à Diretoria.

Sem duvida, é afanoso manter num ritmo harmônico e constante todas essas atividades, mas a satisfação do que se pode realizar supera todas as dificuldades.

Convencido da importância das caixas escolares, na educação integral dos escolares — formação física, intelectual, social e moral — fazemos votos para que, ao encerrar-se o Congresso de Saúde Escolar, tenham-se multiplicado as possibilidades de tais realizações para o que propomos:

a) que sejam estudados os meios de mantê-las economicamente e, quando o tipo da escola não ofereça as possibilidades de uma Escola Profissional, — que se obriguem os pais a uma pequena anuidade, diminuindo na proporção do maior número de filhos matriculados, como no Estado de Minas — ou reverta para a Caixa de cada escola a importância empregada em selos e estampilhas, para as respectivas matrículas.

b) sejam as professoras, obrigatoriamente, sócias efetivas das C. E. dos estabelecimentos onde tenham exercício;

c) tenham as C. E. o aspecto de uma cooperativa ao invés de ter unicamente um caráter de caixa de donativos.



## TRATAMENTO DOS DESPEJOS DO PRÉDIO ESCOLAR ONDE NÃO HAJA REDE DE ESGOTOS

Trabalho apresentado pela Sociedade  
IMHOFF LTDA. — São Paulo

Em nosso país está disseminado o hábito de derivar os despejos domiciliares para um poço-negro, sempre que no local não exista a rede de esgotos.

É disposição que aberrta dos conhecimentos alcançados pela moderna Engenharia Sanitária. O poço-negro constitui um foco permanente de infecção — tornando-se o principal responsável pela propagação e contágio das mais variadas e perigosas verminoses e moléstias. No poço-negro a decomposição da matéria orgânica opera-se por via da putrefação. O líquido ambiente, altamente poluído, infiltra-se pelas camadas do solo indo contaminar, fatalmente, a água do lençol subterrâneo, provedor, quasi sempre, da água para o consumo da moradia. Pela putrefação, a decomposição da matéria orgânica nunca é total; certos corpos, como as gorduras etc., resistem por mais tempo à ação dos enzimas e permanecem em suspensão na água ambiente; esta água, infiltrando-se pelas camadas do solo, deposita nas paredes do poço a matéria orgânica não consumida que ali vai formando uma camada cinzenta e espessa. Em pouco tempo a superfície molhada do poço impermeabiliza-se, o que motiva uma elevação do nível da água. Vai, assim, o poço reduzindo gradativamente o seu volume útil até encher-se completamente, provocando o transbordamento do seu conteúdo nauseabundo e altamente contaminado. Este fato ocorre preferentemente, na ocasião das chuvas, por isso que o aumento do volume da água afluyente facilita e acelera a plethora do poço-negro. Nestas ocasiões o transbordamento é altamente perigoso, por isso que o seu enxurro será fatalmente levado pelas águas pluviais que se escoam, indo contaminar as fontes, córregos, rios etc..

O poço-negro constitui a maior ameaça que paira sobre milhares de residências em nosso país, sabido como é que poucas são as nossas cidades dotadas de rede de esgotos. É preciso notar que o caso aumenta de gravidade quando se considera a exiguidade dos nossos quintais, o que motiva a existência de numerosos "poços-negros" em cada quarteirão. O caso assume o aspecto grave quando na rua não ha água canalizada, o que motiva a abertura, em cada quintal, de um poço destinado a fornecer água potavel, poço este fatalmente localizado muito próximo do "poço-negro" e com o qual estabelecerá, mais cedo ou mais tarde, inter-comunicação. Vem a pelo citar o resultado de pesquisa realizada nos Estados Unidos, recentemente. Ficou evidenciado que um simples "poço-negro", após um ano de funcionamento como depósito dos esgotos de uma residência de 8 pessoas, havia contaminado o lençol d'água subterrâneo numa área de 80 metros da resi-

dência citada. (Minimum Sanitary Standards for Water and Sewerage Systems at Public Schools — North Dakota, State Department of Health, 1938. Bismarck).

Se o caso apresenta um aspecto tão grave para uma simples residência de 8 pessoas, qual não será a extensão do perigo, quando se considera a existência de pequenas coletividades, como são as Escolas, Grupos Escolares, Escolas Normais, Ginásios etc., onde centenas de pessoas permanecem várias horas do dia, frequentando pátios e recreos de solo intensamente contaminado? De que valem, nesses casos, os mais requintados cuidados com a saúde do escolar, se no pátio existe um poço-negro em franca putrefação, contaminando a água e o solo, formando um ambiente de contágio de graves doenças e verminoses, além de expor a todos aos perigos da septicemia? O poço-negro põe em cheque toda a nossa organização sanitária no setor da salubridade das habitações.

Esse estado deplorável do saneamento domiciliar, desde logo chamou a nossa atenção de técnico. Estudando o assunto em seus detalhes e enquadrando-o no âmbito das possibilidades do nosso meio, submetemos a pacientes experiências diversos dispositivos destinados a dar solução ao problema. Afinal o resultado foi alcançado de modo satisfatório, sendo estabelecidos planos de tratamento para as diversas modalidades apresentadas pelos problemas. Entre eles destaca-se pela sua relevância o processo especialmente estudado para o tratamento dos despejos do prédio escolar, naqueles lugares desprovidos de rede pública de esgotos. E esse processo, motivo desta comunicação, consiste do seguinte:

#### PROCESSO PARA TRATAMENTO DO EFLUENTE DOS ESGOTOS DE PEQUENA COLETIVIDADE TAIS COMO ESTABELECIMENTOS ESCOLARES, FÁBRICAS, HOSPITAIS, PRESÍDIOS, PROPRIEDADES AGRÍCOLAS ETC.

De acordo com a planta anexa, o efluente geral do estabelecimento é dirigido para uma fossa séptica Imhoff, onde sofre a decantação de 96% da matéria orgânica; o líquido decantado, com grande limpidez, mas ainda contaminado do ponto de vista bacteriológico, passa por aparelho especial onde sofre a ação de energético esterilizador, preferentemente o hipoclorito de cálcio; isento praticamente de matéria orgânica, expurgado do seu teor bacteriológico, passa finalmente o líquido pelos filtros biológicos saindo perfeitamente inócua e limpa. Esta água, assim purificada, é coletada num poço absorvente, ou derivada para as galerias de águas pluviais ou mesmo para os cursos d'água, conforme o caso concreto.

I — *A fossa séptica.* É a base da instalação. Grande foi o nosso trabalho em adaptar ao nosso meio um aparelho que satisfizesse plenamente os princípios enunciados por Travis e que constituem a famosa doutrina de Hamptom, hoje aceita e seguida por todas as autoridades sanitárias do mundo. A nossa preferência inclinou-se pela fossa idealizada pelo sanitarista alemão, Dr. K. Imhoff e que serviu para o saneamento do vale do Emscher, na Westfalia. De fato, é este o decantador mais eficiente até hoje conhecido. Tivemos, apenas, o trabalho de adaptá-lo às condições mesológicas do nosso país, o que foi conseguido com algumas modificações nos seus dispositivos e determina-

ção dos coeficientes que devem interferir no cálculo da capacidade, tempo de detenção etc.. Do resultado do nosso trabalho diz bem o certificado que nos foi passado pela Repartição de Águas e Esgotos, desta Capital, sem nenhum favor a maior autoridade no assunto em nosso país. De tal valia, julgamos esse documento que nos poupamos ao trabalho de exhibir uma centena de outros, aliás muito significativos, que já possuímos. Julgamos que o uso da fossa Imhoff deve ser difundido entre nós, de vez que as demais apregoadas no mercado não reúnem as condições técnicas requeridas. Inaproveitavel tambem a fossa do Dr. Mohr e que contribue a base do Otto Mohr System, tambem conhecido pela abreviatura de OMS. Esta fossa, talvez boa, para os paizes nórdicos, para os quais foi idealizada, não satisfaz, em absoluto, os imperativos do nosso clima. Aquí ela não pode fornecer um efluente com a totalidade de "oxigênio bioquímico", conditio si ne qua non de um moderno decantador.

O decantador Imhoff por nós empregado é composto de duas câmaras, sendo uma de decantação e outra de digestão. Na primeira realiza-se a separação dos corpos sólidos do líquido ambiente. Esta separação é realizada naturalmente, pela ação da gravidade. Os corpos mais pesados deslizam pelas paredes inclinadas da câmara, atravessam a fresta existente no fundo daquela e penetram na câmara de digestão; os corpos mais leves flutuam e vão formar uma camada espumosa na superfície da câmara. Pela oxidação aquela camada ganha em densidade e vai aos poucos, como os corpos mais pesados, se precipitando e se sedimentando na câmara de digestão. A câmara de decantação tem, no mesmo nível, as aberturas de entrada e de saída. Na câmara de decantação o despejo não permanece mais que duas horas. Graças à disposição desta câmara o seu conteúdo não se mistura com o da câmara de digestão. O ambiente da câmara de decantação é aeróbio, enquanto que o da câmara de digestão é anaeróbio. A fermentação que se opera nesta ultima é exotérmica, desdobra a uréa e mineraliza o lodo que se sedimenta no fundo. Esta fermentação gazeifica completamente a matéria orgânica, dando lugar a um intenso desprendimento de metana, que em certos casos pode ser captado e utilizado como combustível ou força motriz. Esse desprendimento gasozo é completamente inodoro e inócuo para a saúde. A fossa séptica Imhoff não requer cuidados especiais e a sua limpeza basta ser feita uma vez cada 3 anos ou mesmo em tempo mais dilatado.

*Aparelho esterelizador* — Este aparelho, de nossa invenção e patente, é constituído de uma câmara, que recebe o efluente da fossa Imhoff e no qual está instalada uma bóia solidária a um pistão; de uma câmara, superposta à primeira e que serve de reservatório do agente esterilizador (hipoclorito de cálcio). Nesta câmara move-se o êmbolo do pistão acionado pela bóia. A descarga da primeira câmara é conseguida automaticamente por um dispositivo de sifão. As oscilações do nível d'água na câmara determinam a posição da bóia, fazendo subir ou descer, conforme a câmara enche-se ou esvasia-se. Os movimentos da bóia são transmitidos ao êmbolo que retira, de cada vez, uma determinada dose de hipoclorito da câmara superior derramando-a na câmara inferior, onde o esterilizador se mistura intimamente com a água ali existente destruindo completamente todos os micróbios, ténias etc..

Construído em tamanho conveniente, este aparelho requer apenas uma carga mensal, sendo o seu funcionamento automático, dispensando os maiores cuidados com a sua conservação.

*Filtros biológicos* — A água efluente do aparelho esterilizador é encaminhada para uma ou mais linhas de manilhas de irrigação, que repousam sobre uma conveniente camada de pedras britadas de tamanhos decrescentes e que atuam como aparelho filtrador; sob a camada de brita estão dispostas uma ou mais linhas de manilhas drenantes, que servem para recolher a água filtrada e derivá-la para um poço absorvente, para a galeria de águas pluviais, córregos, rios, etc., como anteriormente foi dito.

*Limpeza da instalação* — Periodicamente, a instalação deve sofrer uma limpeza geral, preferivelmente durante o período das férias. Esta limpeza consiste em remover, por meio de uma bomba ordinária, o lodo depositado na câmara de digestão, secá-lo e vendê-lo como ótimo adubo que é, ou simplesmente recolhê-lo numa pequena valeta e cobri-lo com uma camada de cal viva e terra. Verificar se as linhas de manilhas estão entupidas ou avariadas e finalmente, fazer passar através toda a instalação uma forte descarga de solução concentrada de hipoclorito de cálcio.

*Proteção e abrigo* — Nos estabelecimentos escolares é sempre bom que a fossa séptica e a câmara de esterilização sejam protegidas por um abrigo fechado, afim de impedir que crianças, sempre curiosas, ali introduzam corpos estranhos ou sofram os efeitos das exalações do cloro.

## CONCLUSÃO

Onde não ha rede de esgotos, o despejo do estabelecimento escolar deve ser tratado "in loco". Deve ser abolido o hábito de encaminhar-se o efluente final para o "poço-negro", afim de evitar-se a poluição da água subterrânea, a contaminação da superfície do solo, e, consequentemente, a propagação de graves moléstias e verminoses e formação de ambiente septicêmico.

O tratamento "in loco" é facil e eficiente, bastando para tanto equipar o prédio escolar com uma instalação adequada, no tipo da usada nos Estados Unidos e da que ora é proposta, na qual o esgoto é submetido a decantação em aperfeiçoada fossa séptica Imhoff, em seguida esterilizado pelo hipoclorito de cálcio e finalmente filtrado. A água efluente dos filtros é perfeitamente cristalina e absolutamente inócua, podendo ser recolhida a um poço absorvente ou ser derivada para as galerias de águas pluviais, córregos, rios, etc.

A instalação forma um conjunto que não ocupa espaço, por isso que é toda subterrânea, de facil inspeção, conservação e limpeza.

## INSTITUIÇÕES PERI-ESCOLARES DE ODONTOPEDIATRIA

DR. RAPHAEL LANSAC TOHA

Preparador da Cad. de Hist. Natural do Ginásio do Estado, em  
S. João da Boa Vista — São Paulo

Fator de êxito pedagógico e, sem dúvida alguma, a boa saúde do educando, para bem adaptar-se às obrigações impostas pelo educandário.

Entre os fatores de saúde, aponta-se, com acerto, uma alimentação adequada, sem o que fatalmente a resistência infantil há de sentir-se, mais cedo ou mais tarde, na tarefa educacional que se lhe impõe.

Esta observação não trata do problema alimentar, mas da assistência odontológica, infantil, um dos sérios problemas de saúde escolar, e em que ainda iniciamos os primeiros passos.

Dentes bons, digestão regular; alimentação adequada, saúde promissora.

A odontologia pediátrica ocupará em breve o seu posto de relevo, em serviço de saúde que constituam instituições pre-escolares.

Está-lhe reservada, não há negá-lo, uma tarefa honrosa, em que figurará conciente e eficientemente, quando em todas as cidades do interior, gabinetes dentários sob a direção de profissionais esclarecidos, deram às escolas em que se instalarem, a colaboração preciosa reclamada pela saúde das crianças, atualmente orfãs desse amparo periódico imprescindível.

Se a saúde dos alunos de nossas escolas reclama a implantação de hábitos sadios, da educação alimentar, e mesmo de jogos infantis, aulas ao ar livre, passeios e colônias de férias, os serviços de assistência odontológica assumem uma tal importância, em nosso meio, que grita, insistentemente, por uma solução dos beneméritos governos de nossa terra.

Que predisposição pode ter a criança para o estudo, se a sua atenção, nas aulas, se a sua alegria infantil, se a natural expansão da idade escolar estão sufocadas, escravizadas, pela dor horrível de uma infecção dentária, pelo martírio das cáries em grau adiantado, subtraindo-lhe o sono normal, o próprio desejo de alimentação?

E não fôge à percepção dos interessados que, em nossas escolas primárias, cerca de 80% dos alunos reclamam imediato cuidado de seus dentes em deplorável estado de conservação.

## RESUMO HISTÓRICO

Data de pouco tempo o tratamento racional dos dentes das crianças.

Mesmo na França, na Inglaterra, Itália e outros países foi o problema por muito tempo descurado. Tomou a dianteira desses trabalhos a ciência alemã. Na Alemanha, Jessen iniciou em 1885 uma campanha inteligente em defesa dos dentes da criança. Em 1888 conseguiu inaugurar em Strasburgo, na Universidade do Imperador Guilherme, o *ambulatório* para moléstias dentárias; e em 1902 instalava-se a primeira clínica dentária escolar do mundo.

Nos Estados Unidos da América do Norte, foi o problema tratado com carinho, existindo ali modelares clínicas dentárias infantis.

Em Boston foi criada a mais importante clínica de assistência às crianças, existente no mundo, isso em 1912, sendo seu dirigente Thomaz Forsytti.

O Japão é hoje o país que possui um dos mais completos serviços dentários escolares, mantendo consultórios em todas as escolas primárias e com um corpo profissional de 5.250 dentistas.

Os países da América do Sul vão, pouco a pouco, organizando suas clínicas dentárias para crianças.

No Brasil, particularmente no Rio de Janeiro — na Assistência Dentária Infantil — recebem tratamento completo e gratuito centenas de crianças. Ali ainda, higienistas de nome ensinam aos meninos o modo de usar as escovas de dentes, o tamanho apropriado destas, os cuidados que devem ter com os dentes, o valor da mastigação demorada dos alimentos, a dieta mais conveniente para os dentes desde a respectiva formação, enfim, uma série de ensinamentos uteis, que as crianças vão recebendo sob uma feição prática e simples.

Em São Paulo, foram os professores Vieira de Melo e Gustavo Pires os criadores da assistência dentária escolar. E tem sido incansável nessa cruzada de proteção à infância o ilustre médico e cirurgião dentista Prof. Antônio Campos de Oliveira.

Com o objetivo de difundir a prática de asseio e tratamento constante dos dentes, organizam-se anualmente, nos Estados Unidos, reuniões sob a denominação de *Semana da Escova*, cujo programa principal é inculcar no espírito da criança o uso desse utensílio de higiene bucal. Para isso ilustram seus trabalhos, entre outros meios, com cartazes onde figuram escovas desenhadas em tamanhos aumentados, e de todos os tipos.

Outra fase do trabalho é a instituição de concurso de bons dentes, com prêmios às crianças vencedoras.

## LIGEIRAS NOTAS PROFISSIONAIS

Os dentes das crianças devem, como fatores de boa saúde, merecer as melhores atenções. Não se compreende uma boa mastigação, perfeita, numa boca falha de dentes ou com dentes imperfeitos.

Há, ainda, com a deficiência apontada, o perigo constante das infeções à distância, provenientes do contacto dos alimentos com os vários focos e impurezas existentes na boca. E esta já é, normalmente, a sede de inúmeras espécies de micróbios.

Os dentes perfeitos concorrem, ainda, para a perfeita articulação da palavra, e sobretudo para a regularidade dos traços fisionômicos. Todas essas circunstâncias não podem passar sem um detido exame, num Congresso cujo escopo é o estudo e apreciação dos elementos da boa saúde escolar.

Por passividade, ignorância ou abandono dos pais, mas em maior número de vezes, diante da impossibilidade financeira de pagar os serviços dentários, sofrem as crianças a destruição dos dentes, que tão importante papel desempenham no seu desenvolvimento, quer físico, quer, indiretamente, intelectual.

Não somente os trabalhos normais de assistência profissional constituiriam o programa dos gabinetes dentários junto às instituições escolares oficiais: Conselhos sobre hábitos salutarés de higiene, sobre a repercussão em toda a saúde das infeções resultantes dos maus dentes, enfim, uma série de objetivos uteis e construtivos em prol do alevantado ideal de amparo à criança brasileira.

Um fichário completo das crianças atendidas pela instituição odontológica de cada uma das cidades, seria, sem dúvida alguma, como corolário da obra de assistência, um repositório precioso de informações, quer sob o ponto de vista médico, como de estatística, para as autoridades sanitárias ou escolares do Estado.

Como se assinalou linhas atrás — e é observação do nosso exercício profissional —, cerca de 80% das crianças matriculadas em nossas escolas primárias reclamam imediato cuidado de seus dentes.

E essa porcentagem assustadora representa, por certo, um sério problema oferecido à solução capaz de nosso governo.

## CONCLUSÕES

De quanto se acabou de expôr, no resumo deste tema para o Primeiro Congresso Nacional de Saúde Escolar, ressaltam, desde logo, as seguintes conclusões:

a) que os serviços de odontopediatria, de assistência odontológica às crianças de nossas escolas, a cargo de profissionais idôneos — como já se pratica em São Paulo — constitui um dos elementos preponderantes para o êxito que se tem em mira, da saúde escolar;

b) que tais serviços devem ser estendidos a todas as cidades do Estado, cooperando na instalação dos gabinetes dentários e sua manutenção, não só o governo estadual, como, também, as Prefeituras e instituições particulares interessadas pela saúde infantil.

c) que problema urgente, todos os esforços devem ser conjugados no sentido de dotar, cada cidade, PELO MENOS com um gabinete dentário escolar, servindo às diversas escolas radicadas na localidade enquanto não seja possível dotar com esses serviços cada grupo escolar ou Ginásio.

## DEPARTAMENTO DE SAUDE ESCOLAR

CONTRIBUIÇÃO DO LABORATÓRIO DO  
CENTRO MÉDICO-PEDAGÓGICO OSWALDO  
CRUZ" a cargo do DR. NELSON DE OLIVEIRA  
MENDES ao 1.º Congresso Nacional de Saude  
Escolar.

### O LABORATÓRIO NO SERVIÇO ESCOLAR

A nova orientação dada ao Serviço de Saude Escolar fez com que o diagnóstico precoce figurasse em primeiro plano da orientação médica, assumindo o laboratório desde esse momento uma importância extraordinária, sendo a sua colaboração tornada imprescindível junto às diversas especialidades, não só esclarecendo diagnósticos, como também descobrindo infecções ou infestações parasitárias, cujos sintomas clínicos ainda ligeiros não despertariam a atenção dos especialistas.

A experiência obtida durante dez anos na então Clínica Escolar "O. Clark" onde foram executados mais de 70.000 exames de laboratório em crianças, sempre sob as vistas dos médicos, que além do diagnóstico acompanham a ação terapêutica dos diversos medicamentos, fizeram com que o laboratório, colaborando no diagnóstico precoce, experimentasse técnicas mais adequadas para a sua finalidade simplificando-as para poderem ser executadas sistematicamente e em grande quantidade, usando os controles necessários para afastar os erros possíveis.

A título de exemplo, faremos um comentário sobre o soro-diagnóstico da Sífilis sumariando como é executado e a razão da preferência das técnicas usadas.

A simplicidade com que atualmente são retiradas amostras de sangue em grande número é o resultado do encorajamento e confiança que as enfermeiras encarregadas desse mistér procuram permanentemente infundir nas crianças, que algumas vezes fazem competições entre si e saem do laboratório fazendo alarde de sua coragem e, inconscientemente, uma propaganda entre os demais alunos das escolas, o que muito nos facilita o serviço a executar.

Para evitar as grandes retiradas de sangue, em vez de tubos de ensaio utilizamos frascos pequenos, facetados, onde o sangue coagula em grande superfície fornecendo um ótimo rendimento de soro.

No diagnóstico da Lues usamos uma reação de fixação de complemento e uma reação floculação. Para a primeira, utilizamos a técnica apresentada por Arlindo de Assis, que até o presente momento tem correspondido às esperanças nela inicialmente depositadas. Como antígeno usamos um extrato alcoólico colesterinizado, de coração de boi, previamente extraído pela acetona e preparado no Laboratório de Sorologia da Saude Pública do Rio de Janeiro. A reação finalmente é executada com

pipetas mecânicas do tipo das utilizadas no laboratório da Saude Pública com modificações introduzidas pelo dr. Mário de Abreu. As referidas pipetas mecânicas poderão ter uma precisão de milésimos se assim desejar o técnico, tornando as reações mais precisas do que se forem executadas com pipetas comuns.

Para o diagnóstico com uma reação de flocculação as nossas preferências recaíram sobre a reação de Müller (M. B. R. 11) com antigenio fornecido pela Casa Schering. Julgamos esta reação tão boa quanto qualquer das outras, quando não executados pelos autores.

Poderemos exemplificar com a reação de Kahn executada por técnicos de nomeada, nos diversos congressos de sorologia sempre com resultados nitidamente inferiores aos do próprio autor com os mesmos sôros.

Tendo de trabalhar com grande número de sôros, frequentemente com mais de duas ou três centenas, procuramos um método cujos resultados fossem de facil leitura principalmente quando se tratasse de resultados fracamente positivos, onde influe bastante o fator pessoal e os resultados são discutíveis. Julgamos ter encontrado na reação de Müller a reação de flocculação ideal para as leituras em grande quantidade, sem com esta preferência desmerecer o valor das outras reações, cujos antigênios preparados por técnicos nacionais de grande valor, nos merecem absoluta confiança.

Não apresentaremos nesta oportunidade os resultados estatísticos das reações sorológicas já executadas, em virtude de não podermos, no momento, analisá-los conjuntamente com os dados fornecidos pelo exame clínico, prometendo em outra ocasião fazer apreciações sobre o valor dos diversos sinais clínicos em relação com os resultados sorológicos, pois julgamos que somente esta comparação dirá mais que o simples relato de percentagens encontradas.

Outro setor das atividades de laboratório que nos mereceu particular interesse foi o exame sistemático das fézes para ovoides de helmintos. Seria praticamente impossível o exame minucioso de várias lâminas de um mesmo material mesmo utilizando alguns métodos de enriquecimento. Após algumas investigações foi a nossa atenção despertada para uma modificação do método de flutuação, praticada pelo dr. Mário de Abreu, método esse de grande simplicidade e de eficiência fora do comum. Manda o referido técnico dissolver as fézes em um soluto saturado de cloreto de sódio, coloca-la em um tubo e centrifugar durante 5 minutos a 2.000 rotações. Após isto examinar o material colhido com uma alça de platina da superfície do líquido junto das paredes do tubo.

O material colhido de 5 ou 6 pontos diferentes apresenta-se livre de detritos podendo ser examinado rapidamente com pequeno aumento microscópico e sem lamínula.

O método acima referido tem o defeito de todos os métodos de flutuação, não consegue evidenciar os ovos de Trematodeos, sendo porem excelente para ovos de outros parasitos.

Adotamos a norma de repetir mais duas vezes, com o intervalo de alguns dias, todos os exames negativos.

Outras provas de laboratório devem ser executadas sistematicamente, mas somente em casos especiais com as provas pre-operatórias com o fim de afastar acidentes devidos a diáteses hemorrágicas, como as provas de coagulação, sangramento, fragilidade capilar, retração de coágulo e contagem de plaquetas.

As provas bioquímicas, bacteriológicas etc., não oferecem maior particularidade, por esse motivo não nos deteremos nesse assunto.

Finalmente não deverá o técnico se descuidar da organização de secretaria e normas de trânsito do material pelas diversas secções, com a divisão exata de responsabilidades de todos os funcionários para tornar muito difícil qualquer troca de resultados e finalmente organizar um serviço de estatística que sirva para dar-lhe ensinamentos sobre o trabalho produzido.

O laboratório do Centro Médico-Pedagógico "O. Cruz" articula-se com os laboratórios dos Postos Médico-Pedagógicos centralizando grande número de exames. O exame é requisitado em uma ficha dupla, picotada ao centro com os mesmos dizeres de cada lado. É preenchida em parte pelo médico requisitante sendo completada pelo laboratório com o resultado, destacando a ficha pelo picotado e devolvendo-a. Este sistema evitará guardar grande número de requisições e fará voltar ao médico sua própria requisição.

Julgamos serem estas as normas para o funcionamento eficiente de um laboratório destinado a colaborar no diagnóstico precoce das enfermidades de nossas crianças, concorrendo para que elas amanhã sirvam o Brasil, trabalhando, servindo-o e defendendo-o, evitando que se tornem um fardo pesado à coletividade e inútil à Pátria.



## TEMA III

### CONDIÇÕES DE SAUDE FÍSICA E MENTAL, PARA O EXERCÍCIO DO MAGISTÉRIO

Relator — Prof. Dr. LEONEL GONZAGA,  
do Departamento do Serviço de Saúde Escolar do Distrito Federal

Sobre o tema III foram apresentados os seguintes trabalhos, lidos em a sessão de 22 de abril:

- 1.º — “Exame médico-pedagógico. Razões para a aposentadoria. Incapacidade física e psíquica. Leis protetoras do professor” — pelo *Prof. Nestor Freire*.
- 2.º — “A incidência das doenças mentais no magistério” — pelo *Dr. Oswaldo de Camargó*.
- 3.º — “A aposentadoria do professor primário” — pelo *Dr. Mendes de Castro*.
- 4.º — “Sobre os distúrbios mentais entre os professores públicos. Estudo estático” — pelo *Dr. José Arruda*.
- 5.º — “Leis protetoras do professor:
  - a) Razões de proteção ao professor.
  - b) O que a lei deve assegurar ao professor particular” — pelo *Prof. Hilarião França*.
- 6.º — “Razões para a aposentadoria do educador primário” — pelo *Prof. Dr. Oscavo de Paula e Silva*.

Depois de discutidas as teses, foram apresentadas à sessão as seguintes conclusões:

## CONCLUSÕES

- 1.<sup>a</sup>) *E' questão pacífica a necessidade da proteção ao professor incapacitado para o exercício do magistério, não só para a sua própria defesa, como para a defesa dos alunos contra os malefícios resultantes da ação de um professor incapacitado ou ineficiente.*
- 2.<sup>a</sup>) *Medidas propostas para se atender à proteção do professor e dos alunos de acordo com o item anterior:*
  - a) *seleção prévia dos candidatos à matrícula no curso de professores das Escolas Normais;*
  - b) *exame médico periódico dos alunos durante o curso nas escolas Normais;*
  - c) *adoção da caderneta de saúde durante o referido curso, na qual se anotarão, pelo menos uma vez por ano, os dados clínicos obtidos em exame;*
  - d) *exame médico por ocasião do ingresso ao magistério;*
  - e) *exame médico durante todo o exercício do magistério, periodicamente feito;*
  - f) *adoção da caderneta de saúde para o professor, na qual se anotarão, pelo menos uma vez por ano, os dados clínicos colhidos em exame;*
  - g) *realização dos exames médicos por equipes de especialistas.*
- 3.<sup>a</sup>) *O professor primário, cuja soma de porcentagem de alfabetização dividida por 25 der 75%, ou mais, será aposentado com vencimentos integrais.*
- 4.<sup>a</sup>) *O professor primário, cuja soma de porcentagens de promoção dividida por 25 der 85%, ou mais, será também aposentado com vencimentos integrais.*
- 5.<sup>a</sup>) *No caso de haver o professor lecionado classes de 1.<sup>o</sup> ano e classes de promoção, o cálculo se fará do seguinte modo: estabelecida a preliminar de que as parcelas de alfabetização e aprovação jamais poderão ser inferiores a 25 alunos, somam-se as parcelas de alfabetização e o resultado divide-se pelo número delas; do mesmo modo se procederá com relação às parcelas de promoção; se a média aritmética dos dois resultados encontrados for 80%, ou mais, o professor será aposentado com vencimentos integrais.*

## CONDIÇÕES DE SAUDE FÍSICA E MENTAL PARA O EXERCÍCIO DO MAGISTÉRIO

Prof. NESTOR FREIRE

Catedrático de Francês da E. Normal Oficial de Campinas — São Paulo

A incapacidade, física ou pedagógica, do professor, é uma das causas mais eficientes da improdutividade do ensino. É preciso considerar, friamente, que os cargos no magistério não existem para amparar seus ocupantes e, sim, para que possa ser integralmente atendida uma necessidade social.

Infelizmente ha casos numerosíssimos em que professores ou professoras, totalmente incapazes, seja por seu estado físico ou psíquico, seja por deficiências pedagógicas, causam a ruina de classes inteiras, de pobres criancinhas que buscam na escola a edificação de seu futuro. Esses professores ou professoras, uma vez integrados na carreira, passam a ser verdadeiros pensionistas do Estado, que os ampara com os vencimentos mensais, acrescentando a agravante de lhes permitir que impeçam um melhor aproveitamento das classes confiadas a tais elementos. Portanto urge estabelecer-se que nenhum professor ingresse na carreira sem que sua capacidade tenha sido comprovada em prévio exame médico-pedagógico. Assim se impedirá o enquistamento, na carreira, de verdadeiras negações que irão prejudicar o ensino, não só por inação como por impedirem melhor ocupação dos cargos.

Uma criatura enferma, portadora de lesões orgânicas crônicas ou que se encaminhem para um estado crônico, não poderá jámais apresentar eficiência no trabalho escolar. Considere-se, préviamente, que o exercício do magistério não é uma função mecânica e, sim, um trabalho de importância social em que o entusiasmo, o otimismo, a alegria de viver, a generosidade de sentimentos e o espírito de solidariedade humana, têm de constituir agentes impulsionadores de ação fecunda. É evidente que uma criatura biliosa, com o aparelho digestivo comprometido, ou que tenha, nos pulmões ou no aparelho circulatório, deficiências amortecedoras da vontade e perturbadoras da normalidade psíquica, nunca poderá exercer com eficiência o sacerdócio do magistério. Daí o assistirmos frequentemente à infeliz atuação de professores que encaram os pequeninos alunos com antipatia, animosidade ou indiferença, quando deveriam acima de tudo olhá-los com amor, pobres necessitados que são, de todos os elementos para vencerem numa vida a que vieram sem ter pedido, antes forçados a entrar na luta e no sofrimento sem que para isso tenham sequer contribuído.

Não menos importante que a incapacidade física, é a incapacidade pedagógica. É um erro considerar-se que o simples fato de possuir um diploma deva dar direito ao ingresso na carreira do magistério. Se o Estado, acolhendo o professor nos quadros educacionais, oferece-lhe garantias sólidas, de estabilidade e amparo material, mister se faz que essas garantias não sejam malbaratadas com indivíduos que, falhando em sua

missão, venham a equiparar a ação do Estado à função negativa de remunerar a incapacidade e o obstáculo ao progresso.

Tempos houve em que os professores primários paulistas, afim de obterem remoção para a capital, deviam submeter-se a um concurso de provas do qual constava uma aula dada perante banca examinadora e com assistência do público. Pois inúmeros casos houve, de professoras que vendo-se à frente da classe, sob o olhar da assistência, entregavam-se a crises de pranto, convulsões ou inibição completa, patenteando total incapacidade nervosa.

Não faz muito, acompanhámos, num grupo escolar, certo viajante estrangeiro, ilustre educador desejoso de conhecer nossos processos educativos e o grau de eficiência de nossos educadores primários. Pois tivemos a profunda magua de constatar que algumas professoras, convidadas pelo visitante a continuar suas aulas, caíam em transe nervoso e nada podiam fazer senão despertar a comiseração do observador estrangeiro pelas pobres criancinhas confiadas a professoras incapazes de dar uma aula em presença de extranhos. Cumpre porém ressaltar que tais anomalias não constituíram regra geral e professoras houve, para consolo nosso, que ao visitante proporcionaram lisonjeira impressão de eficiência e capacidade.

A professora não pode ser recrutada entre pessoas enfermas. Tem que ser um espírito sadio, desembaraçado, livre de inibições ou crises nervosas e possuidora de um organismo robusto que lhe estimule a ação educativa. Deve, portanto, antes de ingressar na carreira, passar por um exame médico pedagógico que, se a encontrar incapaz, lhe proporcione em tempo a oportunidade de se encaminhar a outro ramo de atividade mais de acordo com suas aptidões e onde não venha tornar-se um óbice ao bom êxito das instituições.

O governo federal não permite o ingresso, nas escolas preparatórias de oficiais do exército, a indivíduos com deficiências de saúde. Assim o faz, não só porque as futuras atividades do oficial exigirão dêle perfeitas condições físicas e mentais, como também para evitar à Nação o onus da manutenção de elementos incapazes. Pois, colocado cada um no seu terreno próprio, ao futuro professor é também reservada missão tão importante e exigindo esforços tão elevados, como é evidentemente a dos homens que ocupam postos de comando nas forças armadas. Todos constroem e lutam, cada um no seu sector. Tanto o professor como o oficial precisam ter o físico, a inteligência e o carater dotados da fortaleza indispensavel aos seus altos designios.

Em seguida ao prévio exame médico-pedagógico, é de alta conveniência sua repetição em todos os casos de promoções e, ainda, naqueles em que a incapacidade seja denunciada pelos dirigentes, inspetores ou técnicos do ensino.

Impedido o ingresso no magistério aos portadores de deficiências físicas ou psíquicas, ou de insuficiente formação pedagógica, fácil ficará o consequente trabalho de verificação dos elementos em exercício. Verificada, porém, a incapacidade irremediavel, após alguns anos, incapacidade essa que terá então sobrevindo durante a permanência do professor na carreira, a lei deverá ampará-lo se tiver decorrido um número razoavel de anos, ou afastá-lo se a incapacidade ocorrer logo depois do início, significando que o elemento penetrou indevidamente nos quadros do magistério.

## APOSENTADORIA

Considerando-se que a profissão de ensinar não se coaduna com a decadência física ou psíquica, de vez que não é possível exercê-la sem entusiasmo, imaginação creadora, dedicação, amor e carinho, compreende-se que o Estado deve aposentar os elementos julgados incapazes, não pelo critério exclusivo da invalidez absoluta, mas pela impossibilidade de produzir trabalho eficiente. Conservar no cargo um professor improdutivo significa, além de se remunerar um elemento negativo, comprometer seriamente o futuro de muitas dezenas de crianças a êle confiadas, o que representa um mal muito maior. E preferível será, portanto, afastá-lo, preferindo-se de dois males o menor.

Deverão pois constituir razões para a aposentadoria:

a) Estado de saúde precário, conseqüente a enfermidades crônicas não suscetíveis de melhoras, constituindo, pela decadência ocasionada ao organismo e conseqüente depressão psíquica, acentuada incapacidade para o bom desempenho das funções.

b) Incapacidade didática devidamente comprovada pelo confronto dos resultados obtidos nos últimos anos de trabalho e, bem assim, pelas conclusões de uma junta julgadora. Em qualquer dos casos, os proventos da aposentadoria sendo proporcionais dos anos de serviço, não haverá o perigo de se recompensar ou estimular a incapacidade.

c) Idade superior a 60 anos e tempo de serviço além de 30 anos.

Não se pode comparar as exigências para aposentadoria dos funcionários em geral, com as referentes ao professor. É inegável que o exercício do magistério exgota e fatiga muito mais que qualquer outra função. E sabido que, para um professor ser eficiente, não basta uma sofrível capacidade, pois dele é exigida enorme soma de esforços, não só físicos como principalmente intelectuais; resultando que, aos 60 anos ou após 30 anos de serviço, raríssimo será o professor, principalmente primário, capaz de manter a disciplina em uma classe de 40 alunos e conseguir resultados compensadores, relativamente ao ensino.

Um funcionário burocrático qualquer, desempenha seu trabalho em silêncio; e os resultados a obter dependendo somente dele próprio, constituem fruto de ação mais mecânica que propriamente intelectual. O professor, porém, tem que trabalhar no terreno instável, agitado, turbulento, da intelligencia infantil. Tem que despertar entusiasmo, interesse e vontade. Tem que agir com energia e paciência. Tem que encontrar em si mesmo forças sempre latentes para dominar, impor-se, insinuar-se. Não pode ser um cansado, um exgotado. Dele são exigidos esforços e capacidade que não exige de um funcionário qualquer. Equiparar, portanto, a aposentadoria do professor à dos demais funcionários públicos, será transformar os quadros do magistério em legião de improdutivos. E estes farão às gerações que se estão formando, incalculáveis males acumulados e agravados pela falta de preparo da mocidade e perda de um precioso tempo, justamente na época em que a criatura principia, decisivamente, a edificar o futuro. Além disso ha a considerar o desânimo, a indisciplina e o relaxamento intelectual contaminando o espírito de pobres crianças que tiveram a desventura de gastar anos de uma vida em começo, no convívio gelado, derrotista, envenenado pelas desilusões, pelo tédio e pelo cansaço, de professores completamente exgotados.

É preciso acudir, com uma providência adequada, ao futuro dessa mocidade que, para viver, progredir, alçar-se ante os obstáculos tremendos que a vida lhes colocará implacavelmente no caminho, não pode ter seu desenvolvimento empecido e contrariado no convívio da doença ou velhice amarga e triste. É preciso rejuvenescer os quadros do magistério, dando-lhes gente nova em maior quantidade, gente com saúde, selecionada, forte e capaz de trabalhar eficientemente por um Brasil sempre maior e mais pujante.

## PROTEÇÃO À CRIANÇA E PROTEÇÃO AO PROFESSOR

Afastar da criança os elementos incapazes do professorado é assegurar-lhe a mais eficaz proteção relativamente a sua formação mental e desenvolvimento intelectual. Por outro lado, cumpre proteger eficazmente o professor que, tendo prestado por longos anos relevantes serviços à sociedade e à pátria, necessita o correspondente amparo a que tem direito pelos esforços que despendeu e pelo devotamento a que se entregou, dedicando sua existência à causa do ensino.

Entre as leis protetoras do professor e que o devem amparar contra a doença e a velhice, urge destacar:

a) Aumento progressivo dos vencimentos, à medida que aumentar o número de anos de serviço. Assim se contrabalançará, com um estímulo novo, a carga de desilusões, os motivos de desânimo e a fadiga que os anos fatalmente vão acumulando no espírito do professor.

b) Gratificação adicional incorporada aos vencimentos ao completar 30 anos de serviço.

Será este prêmio, um incentivo para que êle siga sem desfalecimento para uma velhice tranquila, que saberá bem amparada.

c) Aposentadoria em condições tais que não venha a acudí-lo *sòmente quando êle se vê às portas da morte*, mas antes permitindo-lhe um tempo razoável, de vida repousada, como prêmio de todo o bem que semeou durante grande parte duma existência dedicada à formação moral e intelectual dos homens do futuro.

## A INCIDÊNCIA DAS DOENÇAS MENTAIS NO MAGISTÉRIO

Dr. OSWALDO CAMARGO,

Delegado da Liga Brasileira de Higiene Mental e assistente do  
Diretor do Serviço Nacional de Doenças Mentais — Rio de Janeiro.

Não são poucos os pesquisadores que têm procurado estudar as doenças mentais através das profissões exercidas pelos pacientes, objetivando daí obter conclusões pelos algarismos da estatística. Esse processo nem sempre oferece garantias de fidelidade, porquanto há casos de incidência fortuita, que absolutamente nada indica de positivo em relação ao grupo profissional estudado.

No caso do professorado, porém, há algo de interessante a anotar; é o que indicam, entre outras, certas observações procedidas, com muito critério, por algumas personalidades de inconfundível relevo nos meios científicos do Rio de Janeiro.

Havia-me revelado, certa vez, o Prof. Adauto Botelho, diretor do Serviço Nacional de Doenças Mentais, de quem tenho a honra de ser assistente, o seguinte fato que lhe chamara a atenção no seu longo tirocínio clínico: entre os enfermos mentais pertencentes à classe do magistério, tanto o magistério público como o particular, confiados ao seu tratamento, havia sempre um contingente apreciável de maníacos-depressivos.

O Dr. Heitor Péres, livre docente de psiquiatria da Universidade do Brasil e chefe do Serviço de Higiene Mental, também já observara esse fato em doentes de sua clínica particular e nos internados em casas de saúde.

Desejando firmar as premissas desse problema para, si possível, dele extrair conclusões que servissem ao estudo das condições de saúde mental para o exercício do magistério — conso — ante o enunciado do Tema III deste Congresso — procurámos fazer uma investigação detalhada num dos maiores estabelecimentos privados para internação e tratamento de psicopatas no Rio de Janeiro, o Sanatório Botafogo, cujos arquivos clínicos são um modelo de precisão e organização.

De 41 (quarenta e um) professores que passaram pelo Sanatório por sofrerem das faculdades mentais, 16 (dezesseis) foram diagnosticados como casos típicos de psicose maníaco-depressiva. Essa cifra representa quasi quarenta por cento do total dos professores que ali estiveram internados. É o grupo mais numeroso de doenças mentais que exigem internação, incidindo nos círculos do magistério. Dentre os 14 grupos classificados admitidos pela Sociedade Brasileira de Neurologia, Psiquiatria e Medicina Legal, só esse, o da psicose maníaco-depressiva, como vemos, absorve perto de 40% do número total, na relação dos professores internados, a qual passarei a discriminar no final desta exposição.

Dentre esses 16 professores (e o elemento feminino é aqui preponderante, em concordância, aliás, com a sua altíssima porcentagem nessa

profissão), nada menos de 7, ou seja quasi a metade, são creaturas jovens, de menos de 30 anos. Figuram nesse meio uma professora de 19 anos, outra de 22, outra de 23, 24, 25, 26 e 29 anos.

Haveria alguma relação entre o exercício do magistério e a eclosão da psicose maniaco-depressiva?

Um estudo detalhado do biotipo, da constituição somato-psíquica dos indivíduos perturbados mentais e pertencentes à classe do magistério, por certo viria contribuir para a elucidação do assunto.

Como quer que seja, é forçoso reconhecer que o tipo picnico, o ciclotímico da classificação de Kretschmer, com todas as suas características temperamentais — tais como a loquacidade, a expansividade nas comunicações, a sociabilidade, a exuberância de gestos e atitudes, o poder imaginativo, a pronta sintonização com o ambiente, etc. — se ajusta melhor ao grupo profissional de que estamos tratando, pois do professor se exige exatamente essa perfeita comunicabilidade e entrosagem com o auditório.

Aliás, é fato admitido que os indivíduos escolhem a sua profissão de acordo com o temperamento. Deve haver muito mais ciclotímicos do que esquizotímicos no magistério.

E por serem peculiares ao meio profissional as aludidas características temperamentais, quero crer que os casos de enfermidade mental sobrevivendo no exercício da profissão e catalogados no grupo da psicose maniaco-depressiva, passem despercebidos no seu início, só sendo surpreendidos quando as manifestações da doença se tornam patentes por meio de reações anti-sociais.

Ainda é cedo para se tirar conclusões do caso. Esta exposição constitui uma simples nota prévia de um estudo mais amplo e cujos resultados, oportunamente, divulgaremos.

Uma coisa, entretanto, podemos desde logo deduzir: a necessidade, de, no exame médico-pedagógico periódico a que são ou devem ser obrigatoriamente submetidos os professores ou os candidatos ao magistério, acompanhar atentamente os sinais que conduzem à suspeita de psicose maniaco-depressiva, visto ser essa a doença mental que mais incide na classe.

O exame médico periódico deve ser feito com o maior rigor, pois é doloroso vêr-se uma creatura de 19 ou 20 anos, em plena floração de sua capacidade física, intelectual e profissional, depositária da esperança da nação no preparo da nossa infância escolar, ser subitamente recolhida a uma casa de saúde por motivo da eclosão de uma grave psicopatia, que vem inutilizar-lhe a existência e anular um dos valores com que a sociedade mais deve contar para o progresso coletivo.

## CONCLUSÕES

1.º) Das doenças mentais que exigem internação, a psicose maniaco-depressiva é a que mais frequentemente se observa na classe do magistério, conforme demonstra o grupo por nós estudado.

2.º) No exame médico periódico a que são submetidos os professores ou os candidatos ao magistério, convem que se faça a análise integral da personalidade, especialmente, despistando precocemente os tipos psicológicos que aparentemente retratam simples feição ciclotímico, mas que são, muitas vezes, constituições realmente doentias, prestes a ingressarem — com grave prejuizo para o ensino — na psicose declarada.

## A APOSENTADORIA DO PROFESSOR PRIMÁRIO

Dr. MENDES DE CASTRO

Trabalho apresentado ao I Congresso Nacional de Saude Escolar.

O professor primário é construtor anônimo do progresso de uma nacionalidade, pois, embrenhando-se pelos sertões a dentro, vai implantando os marcos do a b c na estrada larga que conduzirá os brasileirinhos de hoje, a um destino promissor, capacitando-os para a tarefa que lhes cabe no reerguimento de sua terra.

Comparado já, por alguém, ao modesto acendedor de lampeões que, paciente e anonimamente, de cada treva faz brotar um játo de luz, iluminando, por fim, uma rua, uma cidade inteira, volta ao findar a tarefa humilde, para o lar, para o repouso merecido de um dever bem cumprido.

É assim o professor: ilumina o nosso espírito, forma a nossa mentalidade; enche-nos o coração de bondade; guia nossa consciência pelo caminho do bem e da moral. A ele devemos a nossa formação, o *substratum* que fica num cantinho de nós mesmos, como um incentivo para as nossas realizações.

E, no entanto, a vida do professor é ardua, cheia de tropeços e dificuldades.

O curso de aprendizado é longo, atualmente, sete anos, que somados ao curso primário perfazem onze anos de estudos ininterruptos. Após esse curso longo e trabalhoso, entra, o professor na vida prática, começando, a sua carreira, obrigatoriamente, pela escola de roça, em lugares distantes.

Abandona, então, o aconchego do lar e a sua família e lá vai para o interior.

Muitas vezes, não tendo onde morar, no local da escola, é obrigado a percorrer quilômetros a pé ou a cavalo para cumprir o seu mister. Outras vezes cobram-lhe exorbitâncias pela pensão e condução, mal chegando, para tanto, seu ordenado, bastante exiguo.

Na escola de roça, fica, o professor, dois anos, a ensinar, durante o dia, os pequenos colonos e à noite, ou ajudando o fazendeiro na escrita ou lecionando os adultos analfabetos.

A maleita, o amarelão, o tracôma, muitas vezes, são moléstias contraídas pelo professor no exercício do magistério.

Terminado o estágio nas fazendas, candidata-se, então, em concurso, para o ingresso ao magistério.

Conforme os pontos obtidos na classificação, escolhe escolas melhor localizadas e assim sucessivamente vai passando de estágio em estágio até chegar à Capital, fruto ambicionado ha longo tempo.

Quando consegue uma boa colocação em cidade com conforto, já se passaram anos e anos de uma batalha ingente contra obstáculos de toda a natureza, contra os quais lutou bravamente e corajosamente.

É bem de ver que o trabalho do professor primário, as energias que dispense para a sua execução, o desgaste físico que o atinge, mercê de climas inhospitos, o alquebramento mental e moral de vida. O contínuo ajustar e reajustar a situações difíceis, novas e inesperadas, não pode ser comparado com o de outros funcionários públicos, os burocráticos.

Estes, com toda a facilidade, atendem às suas repartições, localizadas em cidades grandes, próximas de suas residências com condução confortável e frequente, desenvolvem suas atividades dentro das melhores condições de higiene e após o expediente, calmamente retornam ao lar, sem outra preocupação que a de um repouso merecido.

O professor não: precisa corrigir provas, preparar as aulas, ideando sempre novos processos para o maior progresso de seus alunos. E, dentro da Escola, é aquele contínuo esfalfar para manter a disciplina e ordem em uma classe de 40 crianças oriundas de todas as massas da população, apresentando os mais singulares desvios de conduta, desequilíbrios de personalidade, muitas vezes, verdadeiros problemas quanto ao aspecto mental, moral e social.

Torna-se, pois, necessário e é justo e é humano que ao professor caibam outras regalias que não devem competir, atualmente, aos outros funcionários.

Já que o seu ordenado, ainda, é pequeno, não compatível com a sua posição e encargos pessoais e de família, seja-lhe dada compensação no que respeita à aposentadoria.

A concessão desta, ao cabo de 35 anos, independente de exame médico, como é, agora, determinado, por lei, é exigência demasiada para um funcionário obrigado a carreira tão cheia de precalços e sacrifícios. No magistério superior há a jubilação aos 25 anos; porque não adotar o mesmo critério para o professor primário?

Aos 25 anos de exercício, o professor primário já está cansado, já está exgotado, não leciona mais com aquele idealismo e entusiasmo de quando saiu da Escola Normal.

Outro ponto que merece consideração é o rejuvenescimento do quadro do magistério. Depois de 25 anos de trabalhos, é difícil, ao professor, adaptar-se a novas formulas educativas, novos sistemas de ensino, acompanhar, com eficiência, os progressos dos meios educacionais.

Por todas essas razões, achamos que o professor primário, após 25 anos de serviço, deve ser aposentado automaticamente, cabendo-lhe, na aposentadoria, os vencimentos integrais, de quando em exercício.

## CONCLUSÕES

- 1 — A aposentadoria para o Professor Primário deve ser concedida após 25 anos de efetivo exercício.
- 2 — A concessão da aposentadoria ao Professor Primário, após 25 anos, seria feita compulsoriamente, independentemente de exame médico ou outra formalidade.

## SÔBRE OS DISTÚRBIOS MENTAIS ENTRE OS PROFESSORES PÚBLICOS. ESTUDO ESTATÍSTICO

DR. JOÍ ARRUDA

(Médico psiquiatra)

A psiquiatria não se limita somente ao estudo individual dos seus doentes, mas trata também da parte social. Em conexão com a denominada "psiquiatria social", desenvolveu-se, desde fins do século passado, a idéia de lutar contra as causas conhecidas dos transtornos mentais e de fortificar e melhorar a personalidade humana, tornando-a mais resistente a adoecer. Tais são as principais finalidades da higiene mental, cuja eficácia está hoje unanimemente aprovada. São dignos de louvor, todos os esforços no sentido de favorecer a higiene mental nos diversos aspectos da atividade humana, tanto individual como coletiva. Os estudos estatísticos têm seu valor e trazem-nos conhecimentos úteis para a coletividade. Foi por esta razão que procuramos apresentar um estudo sobre a incidência dos transtornos mentais entre os professores públicos. Tratando-se de uma classe culta, de bom nível social e de condições econômicas satisfatórias, poderemos diante destes fatores tirar algumas conclusões úteis.

A Secção de Higiene Mental do Serviço de Saúde Escolar, além de suas demais funções, encarrega-se dos exames neuro-psiquiátricos nos funcionários públicos dependentes do Departamento de Educação, quer para fins de licenças, afastamentos, aposentadorias, etc. Assim, estão sujeitos a êsses exames, os médicos, técnicos especializados, professores, escrivaniários, serventes, etc., desde que a comissão examinadora de clínica médica os julgue necessário. São pois, os pacientes, encaminhados para esta Secção após o minucioso exame clínico. O exame psiquiátrico é procedido, segundo as normas de semiologia psiquiátrica, tendo-se por mira principal a verificação da capacidade ou não do examinando para o exercício de suas funções, seu grau de desajustamento social, sua periculosidade e o prognóstico dos distúrbios apresentados. Uma parte desses funcionários ingressam nos hospitais especializados, onde nos é dado examiná-los. Outra parte continua no convívio social sendo examinados na sede da Secção. Neste caso, o exame traz, muitas vezes a psiquiatria, certos embaraços e dificuldades para estabelecer um diagnóstico preciso e definitivo. Por tais razões no nosso material encontramos um relativo número de exames limitados ao diagnóstico apenas do síndrome, e outro em que apenas falamos em diagnóstico de probabilidade. Neste estudo, deixamos de lado êsses casos, que foram catalogados como diagnósticos imprecisos.

A maior parte dos exames é constituída pelos professores públicos, o que nos fez limitar êste trabalho somente a esta classe de funcionários.

Assim, durante o ano de 1940, cêrca de 2.723 professores foram examinados no Serviço de Saúde Escolar, e dêstes foram solicitados 94 exames psiquiátricos. Segundo os dados fornecidos pelo Departamento de Educação, existiam no Estado de São Paulo, durante o ano de 1940, o total de 11.817 professores em atividade, o que nos dá uma incidência de 0,79% de distúrbios mentais entre os mesmos.

Não possuímos elementos para um estudo comparativo dessa incidência, por ser o nosso material constituído, na maioria, por distúrbios nervosos de pequena monta, que não chegam a exigir internação em hospitais psiquiátricos, onde em geral, são feitos os estudos estatísticos das moléstias mentais. Era necessário, para tal fim, que possuíssemos uma estatística de serviços psiquiátricos abertos. Entretanto, procuraremos fazer um estudo comparativo entre a incidência das psicoses na população psicopática geral com a do nosso material.

Para um estudo mais sistemático, pareceu-nos interessante dividir o material em tres partes, mais ou menos iguais procurando, entretanto, manter a classificação da Sociedade Brasileira de Psiquiatria, Neurologia e Medicina Legal, para haver facilidade de comparações.

De Janeiro de 1939 a Favereiro de 1941, examinámos 144 professores, dos quaes, 6 não apresentavam moléstia neuro-psiquiátrica, 4 sofriam de moléstia neurológica pura e 134 tinham distúrbios mentais. Destes, 11 (8,2%) tinham diagnósticos imprecisos. Eis o quadro em que estão distribuidos os professores estudados:

1) PSICOSES — 32,%	N.º	Porcentagem
Psicose maniaco-depressiva .....	18	13,4%
Psicoses esquizofrênicas .....	15	11,1%
Psicoses parafrênicas .....	3	2,2%
Paranoia .....	1	0,7%
Paralisia geral progressiva .....	2	1,4%
Psicoses de involução .....	4	2,9%
	<b>Total</b>	<b>43</b>
		<b>31,7%</b>
2) Transtornos psíquicos sem psicoses — 26,1%	N.º	Porcentagem
Arterio-esclerose cerebral .....	8	5,9%
Neuro-lues .....	2	1,4%
Epilepsia .....	6	4,3%
Personalidades psicopáticas .....	7	5,2%
Síndromos de rebaixamento mental .....	5	3,7%
Déficit mental por lesão neurológica .....	2	1,4%
Disendocrinias .....	5	3,7%
	<b>Total</b>	<b>35</b>
		<b>25,6%</b>
3) Psiconeuroses .....	45	33,5%

A separação em tres agrupamentos diversos, tem por finalidade focalizar a gravidade dos distúrbios. Assim no grupo das psicoses estão incluidos os casos de psicoses propriamente ditas, isto é, processos patológicos nos quais as perturbações mentais apresentam um caráter antiso-

cial evidente, o que torna indispensável o recolhimento do paciente a hospital psiquiátrico. No grupo 2, encontramos os casos em que predomina a incapacidade profissional, sem, entretanto, apresentarem distúrbios psicóticos de caráter antisocial. São casos de enfraquecimentos mental global, ou de moléstias mentais incipientes, ou ainda, casos como a epilepsia, caracterizados apenas pelas crises passageiras.

O grupo 3 é constituído somente pelas psiconeuroses, por que representam a grande maioria dos distúrbios mentais dos professores.

Estudando-se a incidência dos diversos grupos nosológicos no quadro apresentado, verifica-se a preponderância das psiconeuroses (33,5%). Este grupo é bastante reduzido nos hospitais públicos psiquiátricos, constando no Hospital de Juquerí, a taxa de 0,69%. Nos estabelecimentos psiquiátricos particulares, com relativa frequência verificamos o ingresso de tais doentes. Não temos entre nós estatísticas neste sentido, baseando-nos apenas em nossa experiência psiquiátrica.

Ulysses Pernambucano e Arnaldo Di Lascio, em interessante estudo sobre as admissões num estabelecimento particular (Sanatório Recife) encontraram a porcentagem de 15,8% de psiconeuroses, em discordância com a do Hospital de Ienados de Recife que é de 2,6%. Em suas considerações, afirmam que tais doentes recorrem aos serviços abertos e acrescentam que "não há duvida sobre a verificação da maior incidência das neuroses entre as classes economicamente mais favorecidas". Como referimos no início deste trabalho, os professores constituem uma classe de condições econômicas satisfatórias, o que vem a favor desta afirmação. Entretanto, esta não é causa determinante das neuroses e a alta incidência entre os professores levanta a questão de se saber si a profissão determina ou pelo menos concorre para seu desenvolvimento. Segundo Nomberg, existem vários fatores etiológicos das neuroses, podendo-se reuni-los em dois grupos, dos quais o primeiro é de natureza biológica e o segundo de caráter social. A série biológica compreende a predisposição dos instintos e a insuficiente reação do eu deante do perigo representado por eles (excessiva predisposição à angústia e hipersensibilidade deante do mal estar). A série social depende de causas externas, tais como meio em que vive o indivíduo, condições econômicas, etc.. Cada uma destas séries etiológicas é insuficiente para produzir uma neurose. Os fatores biológicos e sociais se completam mutuamente. Desta maneira, poderemos dizer que o professor está sujeito a uma série de fatores sociais que poderiam predispo-lo às neuroses, como sejam a permanência no início da carreira em sítios e fazendas ou vilas, desambientado da população, separação do meio familiar, etc.. Encontramos porém, maior numero de neuroses em professores já com longos anos de magistério, e estabelecidos na sua carreira profissional. Pode parecer, assim, que o exercício continuado do magistério viria concorrer para o aparecimento das neuroses. Entretanto, não julgamos que a profissão tenha uma influência direta neste sentido, parecendo, antes, estarem as neuroses dependentes de situações familiares, extra-profissionais, conforme apuramos em nossos estudos.

Em segundo lugar da nossa estatística, encontra-se o grupo das psicoses mania-co-depressivas com 13,4% dos casos. Varia nos diversos hospitais psiquiátricos a porcentagem deste grupo: entre 13,4% no Estado de New York (1933), 24,7% no Hospital de Alienados de Recife, 9% na estatística espanhola, 18% no Sanatório Recife e 6,27% no Hospital de Juquerí. Vemos, assim, que não há discordância destes dados com o nosso achado. Já não acontece o mesmo com a demência precoce ou esquizo-

frenia, que na maioria das estatísticas nacionais e estrangeiras é o grupo predominante, atingindo em geral cerca de 30 a 40%. É interessante, pois, termos obtido uma taxa de 11,1% entre os professores. Lembramos, entretanto, que a esquizofrenia é u'a moléstia da juventude, cujo início se dá em geral, na puberdade, interrompendo muitas vezes carreiras de jovens que até então haviam revelado certo talento, destinado à ulterior desintegração e demência. Com o advento dos modernos metodos terapêuticos, é justo que a grande incidência das esquizofrenias atinja um mínimo, que não tardará a ser estabelecido. Acrescentamos ainda que, não poucas vezes, tivemos de permitir a reassunção de professores vítimas desta enfermidade, após obter cura total com a insulinoterapia de Sakel ou a convulsoterapia de von Meduna.

Merece algumas considerações a incidência da arterio-esclerose cerebral entre os professores, que atinge a cifra de 5,9%. As estatísticas nacionais que possuímos não especificam a porcentagem da arterio-esclerose, incluindo-as nas demências cerminais. Nos estudos estrangeiros, a arterioesclerose cerebral contribue com cerca de 10% em média. Não há, pois, um aumento na incidência desta moléstia entre os professores. Naturalmente, trata-se de uma moléstia de diagnóstico difícil e, por isso mesmo, temos tido por norma dedicar-lhe o máximo de nossa atenção. A epilepsia, a psicose de involução, as parafrenias, a parancia e as personalidades psicopáticas, apresentam-se entre os professores na mesma proporção que as admissões nos hospitais psiquiátricos.

Quanto aos demais transtornos psíquicos, vemos o quanto são êles influenciáveis pela educação, cultura, nível, de vida social mais elevada, condições econômicas, etc.. Assim, não encontramos casos de psicoses heterotóxicas; a paralisia geral progressiva, a neuro-lues, apresentam taxas mínimas. Isto nos leva a crer que a saúde mental de nossas populações ainda depende da educação.

Estudando-se a idade dos professores, veremos como mostra o gráfico, que os distúrbios mentais incidem preferencialmente nos indivíduos de 26 a 30 anos e nos de 41 a 55 anos de idade, compreendendo êstes grupos cerca de 69,2% dos doentes examinados. A maioria da população psicopática geral ingressa para os hospitais entre os 20 a 40 anos de idade.

Quanto ao estado civil, temos grande predominância entre os casados. O gráfico 2, demonstra isso com facilidade.

A distribuição dos professores em relação ao sexo dá um número total de 110 mulheres e 24 homens. Este achado não é surpreendente em virtude de serem os professores de sexo feminino em numero muito maior, no nosso Estado, que os do sexo masculino.

O gráfico 111, os distribue em relação ao tempo de exercício, demonstrando-nos que o maior número de doentes são encontrados no grupo de maior tempo de exercício, distribuindo-se regularmente pelos outros grupos.

Assim estudado êsse material, poderemos resumir nossos comentários no que se segue:

1.º) A incidência dos distúrbios mentais entre os professores: compreendendo os de pequena monta até as psicoses, é de 0,79%.

2.º) A profissão não parece ser a causa direta dos distúrbios mentais.

3.º) Incidem tais distúrbios, de preferência nos grupos de idade de 26 a 30 anos e de 41 a 55 anos. Não há, pois, antecedência do seu aparecimento.

4.º) Dentre os distúrbios mentais encontrados, os do grupo das psiconeuroses são os mais frequentes, apresentando a porcentagem de 33%. Não há uma relação direta entre esta alta incidência e os fatores dependentes da profissão.

5.º) No grupo das psicoses prepondera a psicose maniaco-depressiva, seguida de perto pelas psicoses esquizofrênicas.

6.º) É interessante salientar a influenciabilidade de certos grupos nosológicos pela educação, cultura, nível social e condições econômicas. Entre os professores, que apresentam praticamente todas estas condições favoráveis, encontramos taxas nulas e mínimas em relação às psicoses heterotóxicas, paralisia geral progressiva, neuro-lues, etc.

7.º) Diante do exposto, é de se supor que a educação de nossas populações ainda constitui uma poderosa arma que a higiene mental deve manusear na profilaxia das moléstias mentais.



## LEIS PROTETORAS DO PROFESSOR

HILARIÃO FRANÇA

(Representantes do Centro Acadêmico "XI de Agosto")

Os estabelecimentos de ensino classificam-se em dois grupos: oficiais, mantidos pelos poderes públicos, e particulares, mantidos por particulares. No Brasil, predominam os particulares. Nos oficiais, os professores são funcionários públicos e estão, assim, diretamente protegidos pelo Estado. Quanto aos professores que trabalham em colégios particulares, é que surge a necessidade de leis protetoras do seu trabalho. Preliminarmente, indaguemos: deverá o professor particular ser incluído nas leis de assistência social? Parece-nos que a afirmativa se impõe. A Constituição de 1934, em seu art. 121, § 2.º, declarava: "para efeito deste artigo, não há distinção entre o trabalho manual e o trabalho intelectual ou técnico, nem entre os profissionais respectivos". Ora, o professor, indiscutivelmente, tem um trabalho intelectual. E como não há distinção entre o trabalho intelectual e o manual, o professor, sob os ditames dos Estatutos de 1934, já devia auferir os lucros de uma assistência social, como o salário mínimo, regulamentação do horário, férias anuais remuneradas, estabilidade funcional, etc. A Constituição de 1937, em seu artigo 136, repetiu o sábio dispositivo da anterior, determinando que o "trabalho intelectual, técnico e manual tem direito à proteção e solicitude especiais do Estado". Está, assim, fora de dúvida de que o professor, na qualidade de trabalhador intelectual, tem direito à proteção do Estado, direito este que é reconhecido e proclamado pela nossa Lei Magna. A sua nobre profissão o professor a exerce, atualmente, sob a proteção das leis trabalhistas, que têm como escopo determinar o critério de relações entre o empregado e o empregador. Dentro das normas constitucionais, as leis trabalhistas ordinárias devem assegurar ao professor: a) repouso semanal; b) férias anuais remuneradas; c) regulamentação do horário de trabalho; d) auxílios, de acordo com a organização dos Institutos de Aposentadoria; e) direito ao emprêgo; f) salário mínimo. Vejamos, rapidamente, estes itens.

### 1.º REPOUSO SEMANAL

O Decreto-lei n.º 2028, de 22 de Fevereiro de 1940, é, pode-se dizer, a primeira lei trabalhista em benefício dos professores particulares. A promessa constitucional de 1934, só em 1940 teve a sua primeira concretização. Nela, vamos encontrar perfeitamente assegurado o direito ao repouso semanal. E' o seu art.º 5:

"Dos professores não se exigirá, aos domingos, a regência de aulas nem o trabalho em exames".

A lei foi mais pragmática do que se esperava e, ao estabelecer a obrigatoriedade do descanso, fixou o seu dia, determinando que seja aos domingos, em perfeita harmonia com as tradições do nosso povo.

## 2) FÉRIAS REMUNERADAS

Continuando a análise do Decreto 2.028, vamos ler o seu

“Art. 8 — No período de exames e no de férias, será paga mensalmente aos professores remuneração correspondente à quantia a eles assegurada, na conformidade dos horários, durante o período de aulas”.

E' um dispositivo salutar da lei, que assegura ao professor a remuneração do período integral das férias. A êle, nada acrescentaremos, a não ser a esperança que depositamos nos fiscais do govêrno quanto à fiel observância de sua execução, porque de tão salutar que é tememos que constitua letra morta em nossa legislação. Alguns empregadores, mesmo depois da vigência da lei, para se desobrigarem dessa imposição, têm procurado burlá-la com os mais sofismáticos argumentos, felizmente derribados por terra em virtude de decisões do Exmo. Sr. Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio. Ao lado, entretanto, da fiscalização eficiente por parte das autoridades públicas, deve também colaborar na execução integral dêste dispositivo o próprio professor, sem o que tôda e qual-quer vigilância será sempre precária.

## 3.º) REGULAMENTAÇÃO DO TRABALHO

Está no art. 4.º:

“Não poderá o professor dar por dia mais de seis aulas”. E' a regulamentação do horário de trabalho. O mínimo de trabalho de seis horas diárias, considerando que o seu salário mínimo é irrisório, é muito pouco. Em quasi tôdas as atividades privadas, a duração normal do trabalho não excede de oito horas diárias. E' clássica a lei dos três 8, em que dividimos o dia. Não sabemos porque ao professor se veda trabalhar também pelo menos oito horas diárias. É porque o trabalho intelectual é mais intenso, cansa mais, e o descanso, consequentemente, deve ser maior. Estamos de acôrdo, mas a lei deve, então, assegurar melhores vencimentos aos professores. Como veremos, ao tratar do salário mínimo, trabalhar seis horas diárias, com o salário atualmente fixado, é obrigar o professor a viver precariamente. Esquece-se a lei de que o professor precisa ler jornais, assinar revistas técnicas, comprar livros caros, ter representação social. Esquece-se a lei de regulamentar o caso dos professores que só exercem esta profissão como um “acheço” a mais nos seus vencimentos. Muitos funcionários públicos, médicos, advogados, são professores adventícios. E estes podem lecionar as 6 horas diárias, e ainda trabalham seis horas ou mais nas repartições públicas, nos escritórios. Ao professor profissional, que é só professor, vive de dar aulas, a lei proibe trabalhar mais de 6 horas diárias; mas, os outros, os adventícios, trabalham diariamente 12 ou mais horas, porque lecionam seis no colégio, além de atender a outras atividades, em outros lugares que não o magistério.

#### 4.º) AUXÍLIOS E SEGUROS

Como contribuinte obrigatório do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes, ao professor particular já estão assegurados os auxílios natalidade, pecuniário, funeral, aposentadorias, empréstimos, etc. A proteção ao professor, dentro da organização do Instituto, já é uma realidade, que lhe garante um futuro tranquilo, não só para a sua pessoa, mas também para os membros de sua família, que são resguardados dos sérios imprevistos da vida.

#### 5.º) DIREITO AO EMPRÉGO

Em nossa legislação trabalhista, o empregado tem direito ao emprego, devendo ser indenizado, nos contratos de duração indeterminada, quando rescindidos sem justa causa. Este é um assunto que não foi abordado pelo decreto-lei n.º 2028. De acordo com as instruções oficiais vigentes, cada professor, anualmente, em comum acordo com o seu colégio, fixará, por contrato escrito, as condições do seu trabalho. Isto quer dizer que, cada fim de ano letivo, o seu contrato caduca, devendo ser reformado, sempre si as partes contratantes acordarem. Em consequência, o professor fica desempregado cada fim de ano, permanecendo ao arbítrio do empregador, isto é, do diretor do colégio. A lei não pode deixar de amparar o professor nessas circunstâncias. Devem ser estabelecidos, taxativamente, princípios que obriguem a renovação ou recondução do contrato, para que não fique o magister ao sabor das vontades patronais. Sabemos, perfeitamente, que há mil e um meios de burlar as leis trabalhistas, mas sabemos também que, em tendo boas leis e eficiente fiscalização, os resultados serão satisfatórios, em benefício sempre da coletividade.

#### 6.º) SALÁRIO MÍNIMO

Desde 1932, a classe professoral ouve dizer que os contratos, nos estabelecimentos particulares de ensino, devem assegurar-lhes uma remuneração condigna, mas só o Decreto-lei que vimos estudando é que objetivou essa promessa, determinando no seu artigo 9 que “não será permitido o funcionamento do estabelecimento particular de ensino que não remunere condignamente os seus professores, ou não lhes pague pontualmente a remuneração de cada mês”. Estamos, aqui, deante do salário mínimo dos professores, cuja fixação foi estabelecida pela Portaria Ministerial n.º 8, de 16 de janeiro do corrente ano. Digo-vos, entretanto, que tal fixação não correspondeu à expectativa e fica mesmo muito aquém das necessidades normais da vida de um professor. Conhecemos as dificuldades na elaboração de trabalhos dessa natureza, e, por isso, não deixamos de apontar aos dignos legisladores as lacunas dessa lei protetora do professorado. A Portaria Ministerial n.º 8, ao abordar o assunto do salário condigno dos professores, diz textualmente:

“considerando que a maior ou menos amplitude da condigna remuneração dos professores de um estabelecimento particular de ensino é assunto de livre entendimento entre aqueles e este, dependendo a sua fixação de múltiplas circunstâncias de natureza econômica e cultural;

considerando, porém, ser possível e necessário, a bem dos interesses gerais da educação do país, fixar normas que assegurem a determinação de um mínimo de remuneração condigna para os professores dos estabelecimentos particulares de ensino, remuneração variável de conformidade com a categoria e a localização de cada estabelecimento, satisfatória do ponto de vista das legítimas aspirações do magistério, e compatível com as possibilidades financeiras desses estabelecimentos, independentemente de qualquer providência que pudesse tornar mais dispendiosa, para as famílias, a educação dos filhos”.

O Ministério reconhece as dificuldades, mas acha possível harmonizar os interesses e, assim, depois dos considerandos introdutórios, a Portaria estabelece o salário mínimo do professor, que é variável conforme a contribuição e o número de alunos. Este salário é inferior ao estabelecido em muitos colégios particulares da Capital. Em estabelecimentos de S. Paulo, cujas mensalidades variam de 65\$ a 95\$000, o salário condigno do professor variará de 7\$045 a 8\$750, por hora de aula, em classe com mais de 36 estudantes. É relativamente pouco, tendo a considerar que o professor só pode trabalhar durante seis aulas diárias. E nos colégios que cobram 40\$ ou 50\$000 mensais? O professor terá um salário de 4\$962 e 5\$396 por hora, o que lhe dará um ordenado insuficiente para satisfação de suas necessidades normais. A lei proibiu, aos estabelecimentos que estiverem pagando remuneração superior a estabelecida, que a diminuam, em virtude da execução da lei. O próprio legislador prevê que a sua fixação é diminuta porque reconhece que há colégios que pagam mais, às vezes, muito mais! Mas, mesmo assim, a lei não previu a burla desse dispositivo. É o que Maurício de Medeiros, em belo artigo para a “Gazeta”, esclarece nestes termos:

“A lei estabeleceu um máximo de horas de aula por semana. Em se tratando de qualquer outro serviço pago por dia de trabalho ou por mês, essa delimitação seria favorável ao empregado. Mas, como a base da remuneração é por hora de aula — a delimitação importa numa diminuição de proventos. Alguns professores sofreram com essa restrição uma diminuição sensível nos seus ganhos mensais, com a consequente repercussão no equilíbrio das suas finanças privadas. Os professores do ensino secundário reclamam, outrossim, o sistema de contrato coletivo de trabalho. E explicam a razão. A lei que fixou o mínimo por hora de aula, tendo-o feito abaixo do que se verificava em muitos colégios privados, os donos destes colégios se consideram generosos por manterem uma paga superior àquilo a que a lei os obrigaria. Por isso mesmo multiplicam suas exigências, até que o professor objetivado se magôe e peça exoneração. Saindo este professor de salário alto, o novo que o virá substituir fa-lo-á pela tabela legal, isto é, por uma paga inferior à do que saiu. Por outro lado, o que saiu procura colocação em outro colégio, onde lhe vai acontecer o mesmo que ao seu substituto no antigo emprêgo, isto é, vai ser contratado pelo mínimo estabelecido na lei. Ambos os diretores de colégios

ganham, pois, nessas substituições e é claro que procuram criar motivos para elas. Entendem os professores do ensino secundário que si lhes fosse dada a regalia do contrato coletivo, a tabela de remuneração seria a do grupo de professores, portanto, uniforme e, com isso, não haveria essa redução de vencimentos para os que viessem preencher vagas no quadro de cada colégio: o padrão de pagamento seria o do grupo já aí existente."

## CONCLUSÃO

Assim, meus senhores, vemos que a nossa primeira lei protetora do professor particular deve ser reformada, no sentido de oferecer ao magistério melhores condições de trabalho, maior proteção e uma remuneração mais condigna, mas nobre e humana.

Concluimos, propondo que o Primeiro Congresso Nacional de Saúde Escolar apresente sugestões ao governo no sentido de reformar a lei ora existente, de modo que fiquem assegurados ao professor:

- a) regulamentação da profissão, proibindo o exercício do magistério aos que fazem dele um simples aumento dos seus proventos mensais;
- b) melhor e mais equitativa distribuição da duração de trabalho, aumentando para oito o número de aulas diárias;
- c) garantias quanto à estabilidade do emprêgo, fixando normas para a recondução do contrato de trabalho;
- d) salário mínimo condigno, maior do que o ora estabelecido.

Só assim, caros congressistas, poderá o educador exercer a sua nobre profissão. E o educador — sabeis vós — é um formador de almas, é o orientador da nossa mocidade, é o guia de milhares e milhares de cerebros em preparação para a luta da vida. Na palavra cristalina de Olavo Bilac é "o homem que afeiço o coração, transforma o corpo, equilibra os nervos, robustece os músculos, aperfeiço o cérebro, apura a inteligência, desenvolve a bondade, ensina a justiça e afervora a coragem".

É este homem extraordinário, cuja função foi belamente sintetizada pelo brilhante vate brasileiro, que necessita e espera a "proteção e solicitude especiais do Estado", promessa radiante do art. 136 da Constituição de 1937.

## RAZÕES PARA A APOSENTADORIA

PROF. DR. OSCAVO DE PAULA E SILVA

Diretor do Ginásio do Estado, em Itú — S. Paulo

Estamos em um mundo de realidades. Saber vê-las e dominá-las deve ser, talvez, o supremo senão único escopo das gerações atuais, que pouco e pouco libertas daquele terror pânico inicial, de que falava Graça Aranha, e desse transeceanismo amolentador, porque lírico, de que fala Oliveira Viana, vão descobrindo o Brasil em um novo ciclo bandeirante de alargamento das fronteiras morais e espirituais da nacionalidade, numa eferescência viril de observações, de pensamento e realização, que o Estado Nacional, identificado com o povo, possibilita e incentiva.

Conheceis, talvez, escreve Vicente Licínio Cardoso, a fantasia luxuosíssima que o mais honesto dos estudiosos estrangeiros de nossas coisas legou às nossas cartas geográficas incipientes.

Cientista de polpa, honesto sobretudo, Eschwege, habituado com o que vira na serra do Mar e outras, imaginou, por simplificação própria do espírito humano, repetições generalizadas de sistemas orográficos que o levaram à fantasia de desenhar grandes serras que jamais existiram no Brasil, estranhas linhas de cumiadas que foram, um século depois, substituídas pela realidade de enormes chapadões e planícies interiores, graças à obra memorável e espérrima de Rondon.

Não ha senão mostrar, com o evento, o perigo das generalizações *a priori* e que o raciocínio puro, sem a ajuda da realidade, que tanto estimavam os antigos, pode levar-nos a consequências desastrosas.

Professor, apenas isso e disso nos orgulhamos ciente e concientemente, bem sabemos, porque sentimos, que a força dos que se dedicam às lutas do magistério, vem, antes de tudo, de seu extremado idealismo.

Mas o idealismo, em função do desenvolvimento social, por sem dúvida que precisa ter, como fundamento, qualquer coisa de concreto e exato, que vem a ser a ciência.

O que disso desbordar, nasce e morre como verdadeira inutilidade, que é.

O insigne educador que, além de presidente deste magno Congresso, é diretor geral de um dos mais importantes Departamentos do Estado — o de Educação — ao assumir, em agosto do ano p. passado, as funções de seu cargo, expendeu pensamentos que, não fôra a angústia de tempo que o Regimento nos faculta, certo os transcreveríamos na íntegra, tal a impressionante oportunidade que revestem.

Disse, em resumo, o preclaro professor, revelando, para logo, o homem que sabe pôr sua indiscutível cultura em função da realidade de toda hora, o seguinte: que a escola, onde a sociedade deve viver em miniatura, numa conjugação de esforços de todas as instituições sociais, entre as quais avultam o trabalho do médico e o trabalho do militar — trabalho pela saúde e trabalho pelo amor da Patria — precisa caracterizar-se por